

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A ESQUERDA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO FIM DA GUERRA
FRIA

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini

Rodrigo Dias

Porto Alegre, fevereiro de 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

A ESQUERDA BRASILEIRA NO CONTEXTO DO FIM DA GUERRA
FRIA

Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito parcial à obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Fagundes Vizentini
Rodrigo Dias

Porto Alegre, fevereiro de 2002

Esta dissertação foi defendida em _____ de 2002
Perante a seguinte Banca Examinadora:

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Paulo Fagundes Vizentini: pelas idéias.

Ao Programa de Pós-Graduação da UFRGS: por todas as infinitas contribuições.

Ao meu irmão Agnaldo: pelas discussões.

À Janaína: pelo amor e paciência

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 OS PARTIDOS DA ESQUERDA TRADICIONAL	20
1.1. O caso do PCB e a democracia como valor universal	21
1.1.1 A influência da <i>Perestroika</i> no PCB e os acontecimentos de 1989.....	27
1.1.2 As mudanças do IX Congresso.....	33
1.1.3 De uma nova forma de partido para uma nova utopia.....	42
1.2. O caso do PCdoB e a defesa do modelo histórico estalinista	44
1.2.1 <i>Perestroika</i> e o PCdoB.....	50
1.2.2 A crise do socialismo alcança o PCdoB.....	62
2 A ESQUERDA INDEPENDENTE	63
2.1 O Caso do PT e o socialismo democrático	64
2.1.1 Os acontecimentos de 1989 e seus efeitos no PT	76
2.1.2 O VII Encontro Nacional e o I Congresso do PT.....	83
2.1.3 A Revolução Conservadora no novo PT.....	90
3 O fim da Guerra Fria e a crise dos partidos de esquerda no Brasil	95
CONCLUSÃO	103

Resumo

Esta pesquisa surgiu a partir das novas questões postas com o fim da Guerra Fria e a necessidade de desvendar suas relações com o processo histórico brasileiro. Tendo em vista que o fim da Guerra Fria pode ser considerado como o divisor de águas de uma nova conjuntura internacional, partimos de um recorte que acreditamos ser bastante significativo para a compreensão nacional desta problemática. “Os partidos de esquerda brasileiros no contexto do fim da Guerra Fria” apresenta-se como um objeto capaz de estabelecer um diálogo necessário com um dos processos históricos mais significativos do século XX: o colapso do comunismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que representou uma verdadeira crise de valores no conjunto das práticas sociais e nos principais paradigmas dos partidos de esquerda no Brasil. Esta dissertação analisa as transformações ocorridas no período de 1989 a 1993 no Partido Comunista Brasileiro, Partido Comunista do Brasil e Partido dos Trabalhadores , a partir desta nova conjuntura internacional.

Abstract:

This research appears as a result of the new questions set with the end of the Cold War and the need to unfold their relations with the Brazilian historical process. Bearing in mind that the end of the Cold War may be regarded as a dividing point for a new international state of affairs, we set from an idea which we believe to be very meaningful to the national comprehension of this problem. “The left-wing parties in the context of the end of the Cold War” presents itself as an object which is able to establish a necessary dialogue with one of the most significant historical processes of the 20th century: the collapse of communism in the Union of the Socialist Soviet Republics, which represented a true crisis of values in the grouping of social practices and the main paradigms of the left-wing parties in Brazil. This paper analyses the transformations which occurred in the period between 1989 and 1993 in the Brazilian Communist Party (PCB – Partido Comunista Brasileiro), the Communist Party of Brazil (PC do B – Partido Comunista do Brasil) and the Labourers Party (PT – Partido dos Trabalhadores) from this new international situation on.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu a partir das novas questões postas com o fim da Guerra Fria e da necessidade de desvendar suas relações com o processo histórico brasileiro. Tendo em vista que o fim da Guerra Fria pode ser considerado como o divisor de águas de uma nova conjuntura internacional, partimos de um recorte que acreditamos ser bastante significativo para a compreensão nacional desta problemática. “Os partidos de esquerda brasileiros no contexto do fim da Guerra Fria” apresenta-se como um objeto capaz de estabelecer um diálogo necessário com um dos processos históricos mais significativos do século XX: o colapso do comunismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que representou uma verdadeira crise de valores no conjunto das práticas sociais e nos principais paradigmas dos partidos de esquerda no Brasil. Também é um objeto que pode acabar contribuindo não apenas para revelar uma crise interna dos partidos socialistas no Brasil, mas sua relação com o conjunto da sociedade brasileira neste novo contexto internacional.

Este trabalho se divide em quatro momentos: o primeiro, em forma de introdução busca explicitar a metodologia e os principais conceitos desenvolvidos na dissertação; o segundo, é uma análise documental que remonta a história e as principais transformações ocorridas nos partidos de esquerda no Brasil decorrente do fim da Guerra Fria; dividida na análise dos partidos de *esquerda tradicionais* e da *esquerda independente*. E o terceiro momento, que contextualiza a problemática do fim da Guerra Fria e seus desdobramentos para o Brasil e para os partidos de esquerda nacionais. E o último momento, em forma de conclusão.

O primeiro passo desta pesquisa foi uma análise sobre o Diário Oficial do Congresso Nacional e, esperando encontrar um combate encarniçado dos partidos de esquerda contra as políticas neoliberais implementadas pelo governo Collor em 1990, percebeu-se uma situação totalmente contrária, já que os maiores combatentes deste modelo pertenciam ao campo da centro-esquerda -como o “Movimento em defesa da

economia nacional: Manifesto ao povo Brasileiro”¹ liderado pelo PDT e defendido pelo deputado Paulo Ramos - e não da esquerda propriamente dita (PCB, PCdoB e PT). Se os partidos de esquerda que tradicionalmente eram os principais agentes contestadores das políticas conservadoras não estavam atuando com todas as suas energias, então para onde estavam voltados os interesses destes partidos no primeiro e segundo ano do Governo Collor?

Inicialmente notamos que as intervenções da esquerda ficavam resumidas a luta por melhorias salariais e poucos discursos de esquerdistas demonstravam-se preocupados com as privatizações e a abertura sem salvaguardas dos mercados brasileiros. Depois, estudando fontes mais densas dos partidos de esquerda, notamos que existiram algumas preocupações acerca do neoliberalismo, mas grande parte dos olhares da esquerda era referente aos problemas da *crise internacional do socialismo*², e sua relação com os partidos de esquerda no Brasil. Naquele momento os partidos de esquerda estavam mais preocupados com suas próprias questões do que com as ações da direita. Talvez por isso um militante do Partido dos Trabalhadores (PT) declarou que “1990 foi um ano morto para os partidos de esquerda no Brasil”.³

Mas uma questão ainda estava encoberta: dos três principais partidos de esquerda no Brasil, apenas o Partido Comunista Brasileiro (PCB) identificava-se com o modelo existente de socialismo na URSS, o que poderia colocar em dúvida a relação da crise do socialismo soviético com a crise dos partidos de esquerda no Brasil. Como que um partido como o PT, que sempre criticou o socialismo soviético, poderia ser afetado com a crise deste modelo? Na mesma entrevista com o militante petista encontramos uma declaração realmente surpreendente: “É como na família da gente: crescemos criticando nossos pais, mas quando eles morrem, choramos.”⁴ A

¹ BRASIL. Diário do Congresso Nacional. Movimento em Defesa da Economia Nacional: Manifesto ao povo brasileiro, 1990. Brasília, p.1494, 1495.

² Entendendo como crise internacional do socialismo o conjunto de transformações dadas pelos acontecimentos inscritos nos anos de 1989 a 1991 que geraram o colapso dos regimes comunistas no Leste Europeu e, que colocaram em xeque os principais valores da esquerda internacional.

³ ANDRADE, Gilnei de Freitas. Entrevista sobre a crise do socialismo no Partido dos Trabalhadores. Entrevistador: Rodrigo Dias. Porto Alegre: 2001. 1 fita cassete (30 min.).

⁴ idem.

partir desta citação foi possível elaborar uma espécie de genealogia dos partidos de esquerda brasileiros para estabelecer as relações entre estes e o colapso do socialismo internacional.

Entretanto, uma outra questão atravessava a temporalidade deste trabalho, já que a esquerda continuava num certo refluxo no momento da pesquisa, e isso poderia deixar o trabalho sem uma perspectiva de avaliação de um contexto maior ou de um processo acabado. Era um problema de ordem metodológica de primeira grandeza, pois o historiador estava imerso no próprio processo histórico. Este problema, característico de quem faz “história do tempo presente”, poderia ser amenizado com o método de todo historiador: o rigor com as fontes. Mas também se tornou necessário um estudo paralelo de autores mais preocupados com o processo histórico do que com a defesa de um partido especificamente. Concomitante a isso, a maioria das publicações da esquerda se apresentavam a partir de um formato mais ou menos científico. Todavia, a maioria dos documentos não fugiam de uma explicação circunstancial, limitados pela justificação de suas próprias posições de crítica ao “socialismo real”, ao invés de explicitarem as causas de um processo histórico complexo. Neste caso, a interpretação das fontes necessitava um certo distanciamento das opiniões partidárias que pairam no tempo presente. Isto não significa uma evocação a “As aventuras do Barão de Münchhausen”⁵ e, sim, de um estudo que não perde de vista os interesses de classe no processo histórico e que também busca um conhecimento científico da sociedade.

Para um levantamento inicial da problemática foi necessário buscar instrumentos analíticos para o estudo do objeto que tornariam possível a revelação do ponto de encontro entre a crise do socialismo internacional com a crise dos partidos de esquerda no Brasil. Ou seja, encontrar as relações de identidade entre os movimentos internacionais do socialismo que entraram em colapso com os partidos de esquerda no Brasil, marcados por momentos de ruptura e continuidade. Inicialmente foi através de Baczko(1991) que estes instrumentos teóricos surgiram. Segundo ele, os movimentos revolucionários pautam suas práticas sociais a partir de

“mitos revolucionários” como representações do passado e de “idéias-imagens utópicas” como representações do futuro.

Mitos, porquanto correspondem a outros tantos discursos que contêm uma história primordial, falam das origens e constituem, por isso mesmo, outros tantos discursos sobre uma identidade coletiva(...).

Os mitos que evocamos são, pela sua própria estrutura, portadores de uma promessa de futuro que constitui uma abertura possível para a utopia(...).

O intercâmbio entre mitos e utopias permanece no entanto: as utopias amplificam e radicalizam a promessa de futuro, embora também possa suceder que a rijidifique num sistema de representação fechado sobre si mesmo, ao mesmo tempo que ganham em dinamismo e materiais que vão buscar aos mitos.⁶

Para tornar isso operacional, saímos do pressuposto que os partidos de esquerda no Brasil tinham uma identidade na forma de *mito fundador* com Revolução Russa de 1917, como início de uma genealogia que mantinha um fio de continuidade entre a URSS e os partidos de esquerda no Brasil. Estes se orientavam por uma prática para alcançar o socialismo baseada em imagens daquela revolução. Vem daí um tipo de organização partidária muito específica encontrada regularmente na maioria destes partidos, uma imagem de caminho como prática social para alcançar o poder, visto através das táticas e estratégias desenvolvidas pelos partidos de esquerda no Brasil. Como utopia, os partidos de esquerda no Brasil construíram uma idéia de futuro como representação de uma outra sociedade, diferente e superior desta existente. Entretanto, a utopia socialista têm de ser vista com base na materialidade social, o que significa dizer que até a crise do socialismo internacional este substrato material tinha um caráter de classe, pois a sociedade do futuro era vista estrategicamente para as classes proletárias.

Estas indicações preliminares podem apontar dois caminhos importantes: o primeiro é que a Revolução Russa de 1917 operava fortemente no imaginário dos esquerdistas brasileiros, tanto do ponto de vista de suas práticas quanto na forma de romper com a sociedade capitalista. Em segundo lugar, a URSS, mesmo tendo sido

⁵ LÖWY. Michael. , “As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento”, 1987.

⁶ BACZKO, Bronislaw .Los Imaginários sociales. Buenos Aires, Nueva Vision, 1991.

permeada por inúmeros defeitos em seu modelo de socialismo e para a maioria dos esquerdistas não representar um modelo adequado, era referência de uma possibilidade real de constituição de uma outra sociedade. Estes dois elementos garantiriam que a utopia socialista estaria ao alcance da mão.

Neste sentido, para revelar esta identidade entre o socialismo soviético e os partidos de esquerda no Brasil, deve-se ir na direção de uma perspectiva temporal de passado, presente e futuro. Assim, os partidos de esquerda no Brasil foram buscar no mito fundador da Revolução de 1917 materiais que serviram para organizar suas práticas presentes como estratégia para alcançar um novo mundo, localizado no futuro, na forma de uma sociedade socialista. A crise de valores instituída nos partidos de esquerda com o fim do socialismo na URSS foi uma ruptura com as identidades inscritas nestas temporalidades. Explicitar estas rupturas foi o principal objetivo desta pesquisa.

A relação que se estabelece entre o movimento internacional socialista e os partidos de esquerda no Brasil no contexto do fim da Guerra Fria clama por uma interpretação apoiada em alguns conceitos-chaves das relações internacionais, como demonstra Halliday (1999).

Isto porque, segundo este autor, a Guerra Fria apresentou um caráter de tensão intersistêmica, onde era necessária a superação e eliminação total do adversário como principal objetivo do conflito e que o conceito de

Guerra Fria pode ser usado pelo menos em duas acepções: uma para referir-se aos períodos de intensa confrontação entre os dois maiores blocos do pós-guerra e, em particular, aos anos entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, a “Primeira Guerra Fria”, e o final da década de 1970 até 1988, a “Segunda Guerra Fria”. O outro uso do termo Guerra Fria refere-se à rivalidade essencial entre o comunismo e capitalismo que começou em 1917 e que, como resultado da Segunda Guerra, converteu-se na divisão dominante e constitutiva dos assuntos mundiais.⁷

Partindo da segunda acepção, de forma mais ampla e operacional para esta pesquisa, a formação dos partidos de esquerda no Brasil mantém uma relação direta

⁷ HALLIDAY, Fred. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999, p.270.

com esta disputa e são, neste sentido, resultantes dela. É por isso que se faz necessária uma interpretação dos quatro principais debates acerca das relações internacionais propostas por Halliday (1999): as determinações socioeconômicas, de classe, históricas e dos processos revolucionários.

Neste sentido, a partir da primeira questão, nenhuma análise inserida no contexto internacional pode deixar de levar em conta a sociedade capitalista global e as formações sociais resultantes dela. Em geral os partidos de esquerda no Brasil tiveram um papel fundamental no processo da Guerra Fria e o fim dela gerou uma ruptura nos modos de articulação destes partidos com a sociedade a partir da mudança substancial desta realidade.

O que faz do estudo da esquerda brasileira no contexto do fim da Guerra Fria buscar uma necessária explicação das relações da esquerda brasileira na dialética dos movimentos internacionais do socialismo é que o padrão das políticas desenvolvimentistas e nacionalistas estava sendo substituído pelo paradigma neoliberal. Neste momento, a esquerda brasileira deslocava sua orientação internacionalista e proletária e passava a sofrer um processo de crise nunca visto em sua história. Numa tentativa de reorganização, a esquerda ficou entre as classes subalternas e a classe média, buscando também no discurso nacionalista as fórmulas para combater esta crise de valores. Estas transformações colocaram a esquerda brasileira num quadro de crise decorrente não do “fim da história”, mas de uma ofensiva conservadora das classes dominantes sem precedentes.

A Guerra Fria como conflito armado não declarado entre capitalismo e socialismo, e representada em última instância por EUA e URSS, foi a base das tensões na maioria dos países do mundo e responsável pela perseguição e repressão de muitos esquerdistas. A eliminação física destes militantes acabou abortando uma parte importante do pensamento socialista no Brasil e no mundo, o que certamente contribuiu muito para a direitização de uma parte significativa das políticas da esquerda no momento da crise internacional do socialismo. O ônus da Guerra Fria para os partidos de esquerda brasileiros estava justamente aí, pois além da corrida

armamentista liderada pelos EUA e dos embargos comerciais à URSS, uma das principais ações do mundo capitalista contra aquele país foi desarticular os movimentos socialistas do Terceiro Mundo e que orbitavam em torno das políticas socialistas. E foram justamente estes três elementos que fizeram parte do programa capitalista para derrotar o bloco comunista.

Ao mesmo tempo em que a direita eliminava fisicamente os socialistas, assimilava políticas sociais e tentava “humanizar” o capitalismo apresentando-o como alternativa viável para o futuro do planeta. Os anos seguintes ao fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados pelo crescimento na produtividade industrial e chamados de “anos de ouro do capitalismo”. Em grande parte do mundo este crescimento foi acompanhado pelo desenvolvimento de políticas de bem-estar social, conhecidas como keynesianismo, que acompanhavam a forma de acumulação fordista, calcada na produção de massa e apoiada nas iniciativas do Estado (Harvey, 1989), para a recuperação da economia dos países arrasados pela guerra e para o desenvolvimento industrial. Os governos deste período foram altamente intervencionistas, representados pelo trabalhismo inglês, pelo socialismo francês e pelas políticas keynesianas norte-americanas. Por outro lado, os trabalhadores, através de seus sindicatos e partidos de esquerda, também tinham um poder de pressão muito grande na relação com o Estado, fazendo que este ampliasse os benefícios sociais.

Com o fim da “era de ouro do capitalismo”, com a primeira crise do petróleo (1973), os investimentos em bem-estar passaram a ser apontados como responsáveis pela instabilidade monetária. Foram iniciadas, a partir daí, as primeiras políticas neoliberais de combate à inflação, que tiveram como pano de fundo a diminuição dos gastos do Estado, privatizações, a desregulamentação financeira e a abertura de mercados.

A crise dos regimes socialistas no Leste Europeu e o fim das tensões internacionais entre capitalismo e comunismo geraram o aprofundamento das políticas neoliberais que foram implementadas com todo vigor, no mundo e no

Brasil, durante toda a década de 1990. Um dos efeitos deste processo para os partidos de esquerda no mundo foi terem tomado para si parte dos projetos que anteriormente caracterizavam governos nacionalistas de direita e da social-democracia. E de terem que se rearticular frente a uma nova forma de acumulação flexível sustentada pela Revolução Científico-Tecnológica. O neoliberalismo não visa apenas superar os efeitos da crise do petróleo, mas tem como tarefa principal a flexibilização da mão-de-obra e a redução das pressões das classes subalternas nas relações com o Estado, possibilitando a diminuição das principais atividades sociais dos governos, reduzindo os gastos e propiciando a estabilidade monetária (Vizentini, 1999), estabelecendo uma nova forma de acumulação. Entretanto, no Brasil, a Revolução Científico-Tecnológica deve ser vista no contexto de um país periférico em relação ao capitalismo e ao seu desenvolvimento tecnológico. A análise da crise dos partidos de esquerda brasileiros, que muitas vezes é acompanhada equivocadamente por uma crise paralela do proletariado, deve ser vista num contexto específico do nível de desenvolvimento das forças produtivas brasileiras e nunca do nível de desenvolvimento das forças produtivas dos países centrais do capitalismo.

Com a crise do Leste Europeu, na proporção inversa em que a perspectiva internacionalista dos socialistas caiu por terra, a burguesia aprofundou seu novo projeto mundial e abandonou as preocupações sociais. Tendo em vista estas transformações socioeconômicas, promovidas inicialmente ainda num contexto de Guerra Fria e responsáveis pela superação do sistema comunista pelo capitalista, pode-se ver uma grande articulação das classes dominantes na execução deste programa. Por outro lado, não é possível retirarmos os partidos de esquerda desta conjuntura. E por mais que alguns queiram diluir o caráter de classe dos partidos políticos ou até mesmo demonstrar o fim da luta de classes, é necessário recolocar os partidos de esquerda no contexto desta tensão existente antes e depois da queda do Muro de Berlim.

Neste sentido, o segundo tema do materialismo histórico referente a centralidade das classes, e que são definidas pela posse dos meios de produção como atores na vida política nacional e internacional, remete para uma definição do

conceito de partido de esquerda dentro do contexto da luta de classes. Tornando necessário a superação do conceito de Norberto Bobbio e de seu jogo de palavras onde a esquerda estaria no contexto dos partidos políticos ansiosos por mais igualdade:

(...) o elemento que melhor caracteriza as doutrinas e os movimentos que se chamam de “esquerda”, e como tais têm sido reconhecidos, é o igualitarismo, desde que entendido, repito, não como a utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais.⁸

Segundo este conceito a dicotomia entre esquerda e direita não envolve interesses de classe e muito menos de projetos de transformação social, o que significa dizer que este autor construiu um conceito fora da história, negando todos os processos de mudança ocorridos na disputa entre direita e esquerda e entre os interesses das diferentes classes organizadas em seus respectivos partidos ou dentro dos mesmos. Numa visão diferenciada, o partido de esquerda vai além, é uma formação ideológica, por isso:

Contrariamente aos proponentes do debate atual, a filosofia da práxis afirma que o processo histórico é determinado, em última instância, pelas contradições sociais de caráter classista, mesmo que mediadas pela ação de partidos, Estados, aparelhos hegemônicos ou estruturas transnacionais de poder. Tais contradições têm por base material(...) as contradições de base econômica (a unidade complexa das relações de produção e das forças produtivas) e desenvolvem-se através das formas ideológica às quais essas contradições dão nascimento.⁹

Aqui o conceito de filosofia da práxis tem o mesmo sentido de materialismo histórico. Assim, os partidos de esquerda são formações políticas que se encontram no contexto da *mediação* da luta de classes. Esta mediação pode se dar apenas com

⁸ BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política, 1995, p.110.

⁹ BRAGA, Ruy. A Restauração do Capital: um estudo sobre a crise contemporânea, 1996, p.114.

reivindicações por melhorias sociais, mas se têm como objetivo final a hegemonia das classes subalternas, e quanto mais claro for este objetivo para o partido de esquerda, maior será a tensão sobre o sistema capitalista, porque a hegemonia das classes subalternas significaria o fim definitivo das atuais relações de produção capitalistas. Estes partidos no Brasil foram representados, no período estudado, pelo Partido Comunista Brasileiro(PCB), Partido Comunista do Brasil(PCdoB) e Partido dos Trabalhadores(PT).

O terceiro debate aponta para uma análise construída a partir da historicidade do objeto e da formação da sociedade capitalista contemporânea, suas origens e seus condicionamentos passados. Assim, numa perspectiva histórica, o internacionalismo tinha como objetivo a tomada do poder mundial pelo proletariado. Desde o Manifesto do Partido Comunista (1848) esta perspectiva colocava a luta encarniçada dos socialistas contra o capitalismo reinante. Ali, Marx já anunciava a necessidade da burguesia de expandir os mercados globalmente para as suas mercadorias e, por outro lado, da importância do proletariado se organizar internacionalmente para tomar o poder. Os movimentos internacionalistas e socialistas foram a maior expressão deste processo, o que levou os militantes de esquerda a se identificarem, com maior ou menor intensidade, à maioria das experiências socialistas existentes.

Este contexto de disputa pela hegemonia onde os países capitalistas mantiveram a sua dominação baseados numa política extremamente agressiva e militarista, propiciaram na maioria das vezes táticas defensivas por parte do mundo socialista. Por outro lado, gerou um grau acentuado de organização e disciplina capazes de colocar o sistema capitalista em risco permanente. Este processo desde a Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa já era representado pelos campos opostos da Liga da Nações e da Terceira Internacional Comunista. Neste sentido as relações internacionais dos partidos de esquerda objetivam a eliminação total do campo capitalista, mas em consequência, as crises internacionais do socialismo também acabaram refletindo no interior da maioria dos partidos de esquerda.

A relação das crises internacionais do socialismo com os partidos de esquerda no Brasil não são inéditas em 1989. Depois da Revolução Russa de 1917 e da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922, outros dois acontecimentos no socialismo internacional, e mais precisamente na URSS, foram responsáveis por profundas transformação nos partidos de esquerda no Brasil.

O primeiro foi após a morte de Lenin e a vitória de Stalin sobre Trotsky no governo da Rússia e o posterior exílio deste no México. Este fato gerou a primeira cisão do comunismo internacional e, no Brasil, propiciou a formação das primeiras organizações trotskistas na década de 1930, que deram início aos movimentos que chamaremos de *esquerda independente*. Entretanto, a esquerda independente vai muito além do trotskismo, pois é caracterizada por todas as organizações e partidos de esquerda que não tiveram como referencial o modelo do socialismo soviético. Assim, os trotskistas, bem como os independentes não trotskistas, negaram todo o modelo soviético após a implementação e consolidação da revolução. Em termos de URSS se identificaram, na maioria das vezes, apenas, com o que chamamos de mito fundador da Revolução de 1917.

O segundo acontecimento foi a morte de Stalin (1953) e o XX Congresso do PCUS (1956), que deu início as críticas ao modelo estalinista por parte do PCUS e gerou no Brasil a primeira grande secessão na *esquerda tradicional*. Por esquerda tradicional se entende todos os partidos que estabeleceram uma identidade mais direta com os modelos de socialismo desenvolvidos na URSS. O grupo majoritário do Partido Comunista do Brasil (1922) aderiu as críticas a Stalin e mudou o nome do partido para Partido Comunista Brasileiro, mas ficou com a sigla PCB; por outro lado, o grupo minoritário em 1962 continuou se identificado com o governo de Stalin, manteve o nome, Partido Comunista do Brasil, e fundou a nova sigla PCdoB.

Entretanto, foi a desintegração da URSS e o colapso do socialismo no Leste Europeu que causaram transformações sem precedentes na história dos partidos de esquerda no Brasil, tanto na *esquerda tradicional* (PCs), como no partido que deu continuidade aos movimentos da *esquerda independente*, o PT.

Mesmo tendo em vista que os dois primeiros acontecimentos causaram rompimentos com a URSS é possível afirmar que a Guerra Fria gerou uma condição de disputa pela hegemonia que acabou simplificando, grosso modo, todos os socialismos em torno do socialismo soviético. Pois o socialismo soviético tornou-se uma espécie de referência contra-hegemônica para a maioria dos socialistas do mundo, já que representava a maior força de polarização e tensão com o capitalismo hegemônico pelos Estados Unidos da América.

O que não significa que muitos partidos de esquerda no Brasil desenvolvessem outros tipos de identidade internacionais como alternativa ao socialismo soviético, como os referenciais de Cuba e da Nicarágua, ou mais distantes, como o caso do maoísmo chinês ou da Albânia. Mesmo assim, o mito fundador da Revolução Russa parecia influenciar nos movimentos de esquerda brasileiros de várias formas. A mais importante funcionava como um símbolo sublime de ruptura com o capitalismo, além de ter contribuído com a criação de várias imagens de organização e práticas partidárias que se apresentavam como caminho para alcançar a utopia socialista. Mas outras formas também apareceram e pesaram muito sobre os movimentos de esquerda do mundo em relação a URSS: era o fato dela ter se tornado em pouco tempo uma grande potência mundial, mesmo que isso seja atribuído ao governo de Stalin. O fato do socialismo possibilitar um país a se tornar uma grande potência operava fortemente no imaginário dos esquerdistas. E por mais que se tenha criticado este modelo, a URSS era o princípio da luta socialista para a maioria dos partidos de esquerda, pelo menos, até 1991.

O último debate coloca a questão da revolução como clímax dos conflitos de classe, todavia, a questão da revolução neste trabalho apresenta uma nova dimensão, tendo em vista a transformação do modo de produção socialista em capitalista no Leste Europeu. Aquele processo não ocorreu de baixo para cima, como é típico dos processos revolucionários, o que o caracteriza como uma “revolução conservadora” e, então, o centro impulsionador da crise internacional do socialismo e refletido na esquerda brasileira. Este elemento corresponde a um dos aspectos mais reveladores,

tendo em vista que a maioria dos partidos de esquerda imaginavam que, entre 1989 e 1990, o socialismo avançaria e que a democratização dos países socialistas era um fato a ser comemorado. Todavia, isto era apenas um discurso de superfície, permeado por inúmeras contradição que na maioria das vezes não eram explicitadas. Neste sentido é necessário uma breve narrativa dos acontecimentos que levaram ao fim da Guerra Fria e como a esquerda brasileira se comportou frente a esta revolução conservadora.

As críticas que começaram a abalar os regimes socialistas de forma mais incisiva foram na própria URSS, com as políticas de Gorbachev de reestruturação econômica e política (*Perestroika*) e de transparência (*Glasnost*), desde a última metade da década dos anos 1980. Todavia, o caráter político da *Perestroika* foi mais relevante que o econômico, já que a criação de instituições do tipo ocidental de democracia tiveram um impacto maior nas transformações do que as mudanças econômicas vinculadas muito mais ao comércio exterior. Só depois é que estas instituições propiciaram a restauração capitalista no governo de Boris Yeltsin. Já a *Glasnost*, apresentou-se apenas como forma de garantir a “livre expressão”.

As fontes demonstram que o processo de *crise internacional do socialismo* para os partidos de esquerda no Brasil, aprofundou-se com dois acontecimentos no ano de 1989: 1- A manifestação dos estudantes em Pequim, na China, em 3 de junho, com a intervenção militar das tropas chinesas na praça Tiananmen (Paz Celestial); 2- O processo que iniciou em 4 de novembro na Alemanha Oriental, com uma manifestação convocada por grupos sociais com interesses particulares (intelectualidade) e que culminou com a derrubada do muro cinco dias depois. Entretanto, estes fatos não representam a totalidade dos acontecimentos que levaram ao fim do socialismo (como demonstraremos), mas foi apenas a ponta do iceberg, tendo em vista que o processo de crise foi muito mais complexo e de muito maior alcance.

A *Perestroika* e a *Glasnost* foram de fundamental importância para recolocar a URSS no contexto do capitalismo, mesmo que se queira argumentar que estas não

eram as intenções iniciais. Estas críticas foram decorrentes do esgotamento de um modelo e se aprofundaram com os problemas econômicos, sociais e políticos vividos na URSS desde a década de 1970. E mesmo tendo em vista que muitos esquerdistas brasileiros tenham percebido esta “estagnação” na URSS nos anos 80, estas críticas só passaram a transformar efetivamente os paradigmas dos partidos de esquerda no Brasil, a partir dos acontecimentos de 1989; passando a atuar como “crise de valores”, pelo menos durante toda a década de 1990. Esta crise do socialismo internacional é refletida no Brasil nas profundas mudanças ocorridas na vida teórica e prática nos partidos de esquerda brasileiros. Esta dissertação tem o objetivo de abarcar a fase da *crise internacional do socialismo* no Brasil, que vai de 1989 até 1993.

As mudanças promovidas por Gorbachev no sentido de criar uma estrutura política inspirada na democracia ocidental foi a base de uma transformação por cima, e foram as lideranças comunistas e não as massas, as principais responsáveis pelo fim do comunismo soviético. Como demonstra Halliday (1999) a estagnação vivida na URSS não ameaçava as massas, que se não tinham um padrão elevado de vida, pelo menos não eram ameaçadas pelo caos econômico, e isto talvez seja necessário enfatizar: a URSS de 1989 não era uma Argentina de dezembro de 2001. E talvez a argumentação de Halliday (1999) seja bastante contundente na medida que demonstra que foi a liderança soviética que em termos comparativos percebeu que a URSS não chegaria nunca a superar o desenvolvimento capitalista a partir do seu próprio modelo econômico. E na medida em que não existia possibilidade de superação e/ou extermínio do seu adversário histórico, a Guerra Fria passou a perder o sentido para estas lideranças.

Se as mudanças por cima geraram as condições para a eleição de candidatos críticos ao regime para o parlamento, por outro lado não é totalmente correto afirmar que não houveram manifestações populares, como a greve dos mineiros (na Sibéria e Ucrânia) e manifestações de caráter nacionalista (como na Lituânia), mas os efeitos delas foram insignificantes perto do desgaste do regime dado pela eleição de

candidatos como Boris Yeltsin, estes sim, os principais responsáveis para que o socialismo soviético fosse à bancarrota.

Os acontecimentos da China foram particularmente importantes na medida em que serviram como instrumento de propaganda do capitalismo para reafirmar à comunidade internacional que o socialismo estava sendo fortemente rejeitado pelo povo. Já o caso da Alemanha Oriental era muito mais problemático para a esquerda mundial, pois os movimentos expressavam o desejo pelo fim do regime socialista e a volta do capitalismo. É de se destacar que, ainda assim, o governo na Alemanha Oriental não foi derrubado na relação direta com aqueles acontecimentos, mas a partir da idéia da reunificação, já em 1990.

O caminho para o fim da Alemanha Oriental começou a ser pavimentado em 1988, quando a URSS fechou um acordo onde prometia não intervir para manter os regimes comunistas na Europa, dentro do mesmo quadro de percepção da necessidade soviética de pôr fim a Guerra Fria. As pressões do capitalismo sobre os alemães orientais foram tremendas, com um discurso calcado na idéia de que, finalmente, o capitalismo tinha ultrapassado o modelo econômico socialista do ponto de vista das conquistas tecnológicas. Os vetores desta propaganda foram principalmente a música POP, que atingia diretamente a juventude, e a TV: para os alemães orientais o mundo capitalista se apresentava muito mais sedutor que o comunista; e, se na República Democrática Alemã (RDA) os movimentos anticomunistas tiveram um caráter popular, este foi influenciado pela possibilidade de consumir mercadorias inexistentes ou sem acesso no mundo comunista. A pressão exercida pela Alemanha Ocidental também foi determinante no desfecho dos acontecimentos, destacando-se a importante atuação de Helmut Kohl nas eleições da RDA e na campanha a favor da unificação.

Uma análise de profundidade sobre a crise do socialismo e o fim da Guerra Fria no contexto de uma revolução conservadora é necessária: além dos já citados acontecimentos, o fim do socialismo no Leste Europeu no último semestre de 1989, como na Hungria, na Tchecoslováquia, na Bulgária, na Romênia e na Polônia, e no

outro ano na Albânia e Iugoslávia (Vizentini, 1999), demonstravam que as expectativas da esquerda brasileira em relação ao futuro do socialismo, com raras exceções, estavam totalmente equivocadas. É interessante notar que aquela avaliação positiva (a conquista da democracia nos países socialistas) feita pela maioria da esquerda brasileira refletia a sua relutância em admitir que o socialismo estava a beira da falência e, por ironia, provavelmente este último aspecto levantado seja uma das maiores expressões desta crise. Entretanto, quando os partidos de esquerda no Brasil tomaram consciência em 1991 que o socialismo na URSS estava terminando, acabaram tomando várias iniciativas no sentido de reorganizarem e redefinirem vários elementos de suas práticas e paradigmas.

Talvez o exemplo mais revelador desta discussão seja o caso da Polônia, onde o sindicato Solidariedade foi responsável pelo fim do socialismo. A profundidade disso é que o Partido dos Trabalhadores apoiava o movimento Solidariedade, o que o forçou a buscar os motivos da crise em outros acontecimentos mais “visíveis” e menos comprometedores. Assim, cada partido de esquerda no Brasil modulou o seu discurso segundo a necessidade de justificar velhas posições.

Na Polônia, ao contrário da maioria dos países socialistas que entraram em crise, existia uma oposição organizada, mas a transição para o capitalismo também foi negociada e gradativa. Nas eleições polonesas os candidatos apoiados pelo sindicato Solidariedade imprimiam uma grande derrota ao Partido Operário Unificado da Polônia (POUP), que acabou convidando lideranças do Solidariedade para participarem do governo. É interessante que em agosto de 1989 o Solidariedade havia tomado o poder na Polônia, mas este fato não causou grande impacto na esquerda brasileira. O PT, que apoiara o Solidariedade, sequer teve tempo de comemorar tal vitória. Ao contrário, os acontecimentos apontavam para outra direção, e contraditoriamente grande parte da esquerda seguia imaginando que 1989 era um ano de vitórias do “socialismo democrático”. Entretanto, como demonstraremos, este discurso não correspondia aos fatos, e sim, as circunstâncias. E só em 1991 que a maioria dos partidos de esquerda brasileiros enxergaram este processo com mais clareza.

Ao longo da história dos partidos de esquerda no Brasil e na América Latina a solidariedade internacional aos países socialistas foi uma das suas principais características; ao mesmo tempo, a influência do socialismo soviético sobre as políticas dos partidos de esquerda brasileiros são expressadas de várias formas no decorrer de suas histórias. É por isso que a crise do Leste Europeu representou um dos acontecimentos mais dramáticos da história dos partidos de esquerda no Brasil.

Por mais que alguns setores da esquerda tenham criticado os modelos de socialismo no Leste Europeu, como no caso do Partido dos Trabalhadores, encontramos referências importantes, como as visitas de seus militantes em cursos realizados na Alemanha Oriental ou, ainda, como exemplo mais forte, o Partido Comunista Brasileiro refletiu todas as principais crises do PC soviético em sua estrutura interna, chegando até a aceitação de políticas liberais, como foi o caso de Roberto Freire em 1995. O caso do Partido Comunista do Brasil se apresentou de forma mais singular, pois manteve uma identidade basicamente histórica com o regime soviético do período estalinista, rompendo com o movimento “revisionista” que prevaleceu após a morte de Stalin. Todavia, preferiu o golpe “revisionista” de 19 de agosto de 1991 contra o governo de Gorbachev, que apoiar a restauração do capitalismo na URSS. O que demonstra um fio de continuidade com o que chamaram de revisionismo pós Stalin.

Para o enfrentamento da dificuldade de um estudo que pretende revelar a crise da esquerda brasileira no contexto da crise internacional do socialismo, percebendo até que ponto a esquerda mantinha laços de identidade com os modelos que entraram em crise na Europa, necessita verificar na documentação o grau de relevância do interesse das esquerdas brasileiras com os fatos que levaram a estas transformação internacionais, que vão ao encontro da preocupação inicial desta pesquisa, ou seja, até que ponto a esquerda brasileira foi absorvida por uma auto-análise capaz de colocá-la numa verdadeira inércia. Mas também, encontrar numa perspectiva histórica as posições construídas no decorrer da formação destes partidos

de esquerda, que os levaram a tomar as posições que tomaram frente ao colapso do socialismo mundial.

Os reflexos desta crise internacional das esquerdas, na esquerda brasileira, são largamente documentados nas resoluções de congressos e encontros nacionais, assim como nas principais revistas e jornais publicados no auge das transformações do socialismo internacional. Há um grande número de artigos que podemos ver representados em títulos como: “Perestroika: nova fase de integração no mercado capitalista mundial”; “Socialismo Real: o que desfazer?”; “O crepúsculo das burocracias”; e “O fim do que foi o princípio”, entre tantos outros títulos que ilustram os efeitos diretos da crise internacional do socialismo sobre os partidos de esquerda no Brasil.

Dos vínculos identitários com a URSS, pode-se ver numa perspectiva histórica, uma construção de idéias que influenciaram significativamente no grau de crise instalada nos partidos de esquerda no Brasil. Assim, as identidades em relação a URSS podem ser encontradas nos partidos de esquerda brasileiros sob três formas, que não aparecem necessariamente separadas ou em conjunto: 1) Uma identidade com um modelo histórico de socialismo ou de partido, como o caso do estalinismo ou da Revolução; 2) uma identidade com o modelo de socialismo existente na URSS; e 3) e por último, uma identidade mais branda, mas não menos importante, que foi uma referência contra-hegemônica.

Para uma análise documental, além de entrevistas, que não foram muito produtivas em termos de análise, (com exceção da entrevista realizada com Gilnei Freitas de Andrade, do PT) tendo em vista que as entrevistas realizadas em 2001 não eram compatíveis com o que os partidos diziam em 1989. Então, buscamos nas resoluções de encontros nacionais e de congressos e nas principais publicações dos partidos de esquerda no Brasil como as revistas “Teoria e Debate”, do PT ; “Princípios”, do PCdoB; e o jornal “Voz da Unidade”, do PCB, dois tipos de artigos: que tratavam da crise do socialismo internacional ou da história dos partidos e militantes de esquerda no Brasil.

Para o estudo deste tipo de fonte é necessário uma análise qualitativa do processo e as escolhas e cortes realizados no decorrer do trabalho constroem uma história que representa as idéias e discursos responsáveis pelas transformações na prática dos partidos de esquerda na sociedade brasileira durante a crise do socialismo internacional.

Podemos identificar, preliminarmente, três aspectos distintos por onde foram afetadas as identidades dos partidos de esquerda no Brasil com a crise do socialismo internacional: 1) a dúvida sobre a concepção da revolução armada e proletária (ou camponesa) como método para alcançar o socialismo; 2) a crise de um modelo de partido e de organização; e 3) a crise na perspectiva da tomada do poder ou da hegemonia das classes subalternas, principalmente do proletariado.

As mudanças mais visíveis nos partidos de esquerda no Brasil culminaram em 1992, no Partido dos Trabalhadores, com a expulsão da tendência minoritária Convergência Socialista e a formação do Partido Socialista dos Trabalhadores-Unificado (PSTU); no PCB, com mais uma secessão do partido e a formação do Partido Popular Socialista (PPS); e no PCdoB uma crítica inédita ao estalinismo. Entretanto, o objetivo é apontar não apenas as causas que levaram a estas transformações na organização partidária, mas encontrar uma explicação coerente para o que chamamos de “crise dos partidos de esquerda no Brasil”.

1 OS PARTIDOS DA ESQUERDA TRADICIONAL

Os partidos da esquerda tradicional no Brasil até a crise terminal do socialismo foram o PCB e o PCdoB. Estes partidos estão no contexto de uma

esquerda tradicional pelo fato de terem se identificado de uma forma mais específica com os modelos de socialismo da URSS. No caso do PCB houve uma identidade com o socialismo realmente existente na URSS; no caso do PCdoB tivemos uma identidade na forma histórica com o modelo estalinista. Outro elemento que caracteriza estes partidos é o fato de buscarem desenvolver no Brasil táticas e estratégias situadas no desenvolvimento de socialismos exógenos. Todavia, este trabalho não pretende se pautar por uma denúncia aos “estrangeirismos” dos PCs, ao contrário, acredita-se que estes partidos mantiveram coerência intelectual na medida que se proclamavam internacionalistas. Na verdade, o problema reside na incapacidade de suas formulações darem conta de um processo histórico específico e diferenciado do europeu ou chinês, como é o caso da América Latina.

Entretanto, o PCB e o PC do B acabaram enfrentando a crise do socialismo internacional de forma totalmente diferente, ou seja, na medida que são originários de uma cisão, acabaram interpretando os acontecimentos de 1989-91 a partir da construção teórica dada com base no processo histórico que os separou.

1.1. O caso do PCB e a democracia como valor universal

A crise do socialismo internacional atingiu profundamente o Partido Comunista Brasileiro, mas as transformações ocorridas, e encerradas no período de

1989 a 1992, foram resultado de outras mudanças acontecidas no decorrer de sua história aqui no Brasil e no resto do movimento internacional comunista. Para a compreensão deste processo é necessário partir das transformações táticas e estratégicas ocorridas em momentos reveladores da disputa internacional pela hegemonia, já que o PCB manteve um referencial internacionalista e proletário como elemento estratégico de sua política. O que significa que até os acontecimentos de 1989 o partido visava, em última instância, a conquista da hegemonia proletária, o que representava um referencial de classe e, por isso, comunista.

A origem do Partido Comunista do Brasil (PCB) é proveniente dos movimentos operários do início do século que culminaram nas greves de 1917 ocorridas em alguns grandes centros urbanos do país. O PCB foi fundado em 25 de março de 1922 e o seu aparecimento pode ser relacionado ao esgotamento dos movimentos anarquistas que hegemonizavam a esquerda brasileira até então e, mais importante, pode ser visto como expressão da ascensão do movimento comunista mundial a partir da Revolução Russa de 1917. É inegável que o crescimento da classe operária em algumas regiões do país, decorrente do processo de industrialização gerado pela Primeira Guerra Mundial, proporcionou, naquele momento, a principal base social do partido.

Esta articulação do PCB com o movimento internacionalista comunista abriu as portas para influências e identidades estrangeiras sem precedentes, mas, principalmente, com a URSS e com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Os laços do PCB com o PCUS foram construídos dentro da Internacional Comunista (I.C.), e esta foi hegemonizada pelo PCUS. Por maiores que sejam os problemas desta orientação, o PCB, como caudatário das determinações do PCUS, foi inserido num programa muito articulado, de disputa pela hegemonia internacional no contexto do capitalismo *versus* comunismo.

Na medida que o PCB tornou-se parte da I.C. e aceitou a hegemonia do PC soviético e sua linha de orientação internacional, manteve grande parte do programa do PCUS até 1956 e, dentro deste programa, uma perspectiva revolucionária de uma

sociedade comunista para o Brasil. Para tanto, o partido deveria obedecer uma lógica conjuntural internacional. Assim, os interesses e as políticas externas soviéticas acabaram prevalecendo enquanto orientação para o movimento comunista brasileiro. A perspectiva de Stalin de se voltar para o desenvolvimento econômico interno da URSS, desenvolvendo a indústria de base e coletivizando a agricultura, necessitava de uma política externa menos agressiva internacionalmente. Pois, mais uma guerra defensiva contra o mundo capitalista, como a dos anos 1920, acabaria por prejudicar em demasia os esforços soviéticos na sua marcha para o desenvolvimento. A orientação geral da URSS para os partidos comunistas do mundo era uma política que permitisse o crescimento destes partidos em seus países, mas que não gerassem problemas de ordem internacional que atrapalhassem a URSS. Era a política do socialismo em um só país, mas articulada internacionalmente na I.C. Os partidos comunistas do mundo deveriam contribuir para o desenvolvimento do comunismo soviético, para só então, depois disso, construírem o seu próprio comunismo. Entretanto, nem sempre esta política deu certo, já que o pós Segunda Guerra foi um momento histórico no qual o movimento comunista internacional pululava em detrimento das vontades de Stalin (Deutscher, 1956)

Nesta perspectiva surgiram muitas elaborações teóricas no Brasil demonstrando que o país não vivia uma etapa de seu desenvolvimento condizente com uma revolução comunista. Como a interpretação esboçada no “feudalismo brasileiro”, onde as análises levam o sistema colonial brasileiro como sendo permeado pelo feudalismo europeu. Era, pois, necessário uma revolução anti-feudal no Brasil, nos moldes de uma “Revolução Francesa” e/ou uma “Revolução Industrial”. O PCB deveria alinhar uma aliança com os setores da burguesia nacional para superar a etapa atrasada do desenvolvimento econômico brasileiro.

É no quadro de tensionamento do período pré Segunda Guerra mundial, associado a esta análise etapista da revolução brasileira, que o PCB buscou na Intentona Comunista uma revolução de caráter puramente nacionalista em 1935, liderada por militares e com pouca inserção das classes subalternas.

Com a morte de Stalin em 1953, as primeiras transformações significativas acerca das táticas para alcançar o socialismo apareceram na chamada Resolução de Março de 1958¹⁰. Esta Resolução do partido no Brasil era proveniente do processo de desestalinização da URSS. Após a Segunda Guerra Mundial, e a morte de Stalin, a URSS iniciou uma “revisão” do período anterior, mas procurou dar continuidade a uma política externa menos agressiva, tanto para buscar relações comerciais e empréstimos internacionais, como para se reconstruir dos estragos gerados pelo conflito e, como forma defensiva, recuperar-se em termos de corrida armamentista e nuclear.

Esta política externa de “coexistência pacífica” gestada pelo PC soviético, gerou no Brasil uma tática de um “caminho pacífico” para a revolução comunista. A Resolução mantinha a perspectiva etapista, mas incluía uma possibilidade nova: a tomada do poder pelo proletariado e a instauração de um regime comunista no Brasil por meio de uma revolução pacífica. Esta plataforma continha quatro pilares de sustentação: O antiimperialismo, o nacionalismo, o anti-feudalismo e a democracia.

A primeira etapa desta revolução deveria cumprir o papel social de uma “Revolução para o povo”; abarcando uma política externa independente da dominação norte-americana; um projeto de desenvolvimento das indústrias nacionais; o rompimento com o caráter feudal da agricultura brasileira; e uma perspectiva democrática eleitoral. A Resolução deixava claro a possibilidade de uma transição pacífica para o socialismo mas, também, o papel central do proletariado brasileiro que vinha se desenvolvendo significativamente após as duas grandes guerras, em função da industrialização decorrente da substituição das importações.

Neste sentido, tendo em vista a hegemonia dos grupos ligados a Resolução de 1958 no interior do partido, este grupo impunha uma estrutura partidária dentro dos antigos modelos estalinistas, autodenominados por herança de centralismo democrático, mas muito mais afeito a um tipo de autoritarismo da direção partidária

¹⁰ EM DEFESA DOS TRABALHADORES E DO POVO BRASILEIRO: documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo: ^a Garibaldi, 2000.

nas decisões e que podemos conceituar, agora, como um “centralismo democrático de tipo estalinista”. A proposta de democracia do PCB para a sociedade brasileira era extremamente contraditória, já que no momento que passaram a pensar uma transição democrática para o socialismo no Brasil, não existia democracia no interior do partido e nem na URSS.

Aqui talvez seja necessário um esclarecimento: o formulador da organização partidária no comunismo foi Lenin. Stalin se apropriou do conceito de centralismo democrático e o adequou aos seus interesses.

Como demonstra Isaac Deutscher(1956), o modelo de partido centralizado e sem facções já vinha do governo de Lenin, mas numa perspectiva temporária, tendo em vista os conflitos internos e externos da implementação da Revolução Russa. Sem entrar na discussão acerca da personalidade de Lenin ou Stalin, parece que, de fato, a perspectiva de Lenin era na direção de uma democratização gradativa da organização partidária, intenção que nunca existiu para Stalin. Na verdade, não era o centralismo democrático (de Lenin) em si o que obstruía a democracia interna, mas sim a não admissão de tendências no interior do partido e, portanto, a formação de uma direção monolítica. Pois o centralismo democrático só existe em forma de resolução partidária, ao passo que as tendências formam a elaboração e a discussão divergente no interior do partido, construindo as resoluções e estabelecendo a correlação de forças internas de uma forma mais democrática. Neste sentido o tipo de centralismo democrático do PCUS, apesar de ter nascido no período leninista era, na verdade, estalinista, e isto refletia no Brasil, pois as resoluções na maioria das vezes eram impostas pela direção do PCB.

Se em termos de organização partidária o PCB pouco foi afetado com a morte de Stalin, por outro lado, as perspectivas em termos de métodos para alcançar o socialismo mudaram muito. Entretanto, se para o PCB as circunstâncias internacionais com as exigências soviéticas de “coexistência pacífica” haviam sido determinantes na formulação do discurso da transição pacífica para o socialismo, o objetivo final do PCB continuava a ser a tomada do poder pelos e para os proletários como etapa e objetivo último para o socialismo.

A Revolução Cubana(1959) acabou gerando um outro quadro para a América Latina. Agora, pela primeira vez, a Guerra Fria estava no continente e a tensão gerada por ela em relação aos EUA transformava a política de “coexistência pacífica” numa construção teórica abstrata e longe da realidade latino-americana .

A identidade eurocomunista do PCB distanciou-o das perspectivas revolucionárias latino-americanas e pouco foi afetado pela Revolução Cubana (ou mais tarde pelo sandinismo), a não ser quando perdia militantes, como foi o caso de Carlos Maringhela que, após uma visita à Cuba se desligou do partido(1967) criticando a estratégia de aliança com a burguesia nacional e propondo a revolução armada no Brasil com a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Na medida em que as reformas socialistas se aprofundavam em Cuba, a Guerra Fria passava a estar, cada vez mais, na ordem do dia do continente.

As disputas internas do PCB e, com elas, a visão etapista e de aliança com a burguesia não permitiram uma leitura realista do momento pré golpe militar no Brasil. Não compreenderam assim o quadro de pressão gerado pela Guerra Fria instaurado no país.

Em 1962 um grupo resolveu romper com o processo de mudança ocorrido com a Resolução de 1958 e fundou o Partido Comunista do Brasil(PCdoB), que iremos abordar mais na frente.

Enquanto muitos outros setores rompiam com a política pacifista do PCB contra a ditadura buscando uma referência cubana de luta armada, como a Aliança Libertadora Nacional (ALN); o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista Revolucionário (PCBR), o Partido Operário Comunista (POC) e a Vanguarda Popular Revolucionária(VPR), ou setores do sindicalismo, como o Comitê Regional Marítimo da Guanabara; o PCB seguia a luta pela sua legalidade e pela democracia, numa prática social baseada na distribuição de panfletos e jornais contra a ditadura.

Esta perspectiva histórica aponta para uma desfiguração geral do partido no Brasil. O seu enfraquecimento constante gerado pelas inúmeras dissidências e pela repressão gerou um quadro de desarticulação muito grande durante a ditadura. O fato que a maior parte das tarefas do militante do PCB, na ditadura, terem sido a confecção e distribuição de panfletos e jornais não os poupou da perseguição e tortura. Provavelmente isso tenha contribuído para fazer do PCB um partido de quadros, muito distanciado das bases proletárias ou camponesas. Mas, também, a luta pela restauração da democracia como centro do seu programa, colocou-o mais preocupado em estabelecer alianças com setores da burguesia do que se inserir em alguma base social. Naquele período o PCB estava mais interessado em apresentar um programa nacional, a exemplo da sua histórica luta pela criação da Petrobrás na década de 50 - e a luta pelas “diretas já” deu continuidade a este discurso -, do que disputar efetivamente a hegemonia política no país.

Na década de 1980, com o aprofundamento das críticas ao modelo socialista soviético, o PCB acabou sendo o partido brasileiro mais afetado e que mais se transformou em virtude desta crise. Os antecedentes do PCB prenunciaram o falecimento de boa parte das convicções comunistas das principais lideranças do partido. O PCB não estava ficando apenas órfão de uma matriz, mas estava sendo adotado por uma nova família. Com o fim da Guerra Fria o PCB não só perdia o *status* de satélite do PC soviético, mas acabaria por se tornar um partido desacreditado para alcançar e dirigir o socialismo.

1.1.1 A influência da *Perestroika* no PCB e os acontecimentos de 1989

Com a *Perestroika* o PCB deu continuidade a sua perspectiva democrática como forma de alcançar o socialismo. Na medida em que a crise do socialismo internacional se aprofundava, o conceito de democracia ia aparecendo cada vez mais no discurso pecebista. As formulações da democracia como valor universal decorrentes da influência da crise internacional do socialismo já apareciam

formuladas em documentos de militantes como Carlos Nelson Coutinho em 1980 e já traziam os primeiros ares da crise do socialismo na URSS.

E, se hoje se generaliza entre os marxistas ocidentais uma atitude crítica em face de determinados aspectos do ‘modelo soviético’, não mais considerado como modelo único ou universal de socialismo, isso resulta em grande parte da emergência de uma nova concepção do vínculo entre socialismo e democracia por estes marxistas.(...) Precisamente por ser universal, o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. Pois se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas e na prática política do que é hoje chamado de “eurocomunismo”, esse algo é o modo novo – um modo dialeticamente novo, não como novidade metafisicamente concebida como ruptura absoluta – de conceber essa relação entre democracia e socialismo¹¹

Pode ser significativo o fato de que este autor acabou saindo do PCB na mesma década e se filiando ao Partido dos Trabalhadores, mas esta perspectiva colocada durante a década de 1980 foi mantida e aprofundada no interior do partido aqui no Brasil, pelo menos no interior do grupo liderado por Roberto Freire que, ganhando o apoio da direção, acabou hegemonizando e dando a linha para as transformações internas do partido. Esta visão de “democracia como valor universal” não diferiu muito da idéia de “transição pacífica para o socialismo” da Resolução de 1958. Era uma continuidade e um desdobramento desta, mas apresentou uma conjuntura internacional diferenciada, já que, enquanto a “transição pacífica para o socialismo” era uma forma de se reduzir as tensões internacionais em prol das políticas externas da URSS, a “democracia como valor universal” não apenas colocava a necessidade de democracia no Brasil, mas na própria URSS.

Mesmo depois da dissolução do Cominform(1956), a tendência internacionalista do PCB permaneceu, e a URSS continuou sendo um referencial contra a dominação e a hegemonia capitalista. O internacionalismo do PCB seguiu ligado quase que exclusivamente ao PC soviético. As visitas regulares de seus militantes à URSS e as suas participações em reuniões do PCUS marcam a seqüência da identidade do PCB com o PCUS na década de 1980.

¹¹ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: O Marxismo na América Latina. Org. Löwy, Michael , 1999,p424.

Todavia, durante esta década as relações entre o PCB e o PCUS acabaram sendo afetadas pelas críticas feitas por Gorbachev. Todo processo de construção do discurso da “transição pacífica para o socialismo”, que provavelmente foi plantado no PCB pelo próprio PCUS a partir do interesse das suas políticas externas de “coexistência pacífica”, acabaram contribuindo para que o PCB aderisse facilmente a *Perestroika* e a *Glasnost*. O caso do PCB em relação ao internacionalismo, nesta fase da crise das esquerdas brasileiras, pode ser resumido no processo que marca a decadência do PC soviético e o fim deste partido como matriz ou modelo para o partido no Brasil. A crise do socialismo soviético rompeu os vínculos e identidades internacionais existentes entre o grupo hegemônico do PCB e o PCUS, o que ficou claro na tentativa de golpe dos velhos quadros do PCUS em 1991 contra Gorbachev, já que os setores hegemônicos do PCB condenaram o PCUS naquele acontecimento.

Em 1985, na Plenária de Abril do Comitê Central do PCUS, com a participação de militantes do PCB como Roberto Freire, foram apresentadas as novas políticas do novo núcleo dirigente do PC soviético liderado por Gorbachev. Estas críticas foram adquirindo corpo no partido no Brasil e foram responsáveis, juntamente com a própria decadência do socialismo soviético, pelas principais transformações ocorridas no IX Congresso (1991) e X Congresso (1992) do PCB. Para o PCB a *Perestroika* e a *Glasnost* simbolizavam uma ruptura teórica e prática com os modelos que vigoravam até então:

Assim, por ocasião de uma reunião muito tumultuada do Partido Comunista Soviético, nós tomamos uma decisão muito sintomática: que nós estávamos aplaudindo a posição assumida por Gorbachev mas que independentemente do Comitê Central do PC da União Soviética, adotaríamos a posição da Perestroika e da Glasnost, mesmo que naquele momento houvesse um retrocesso. Isso foi no momento em que ainda não tinha ocorrido nenhuma débâcle nos países do mundo socialista, ou seja, aquilo representava uma atitude de independência frente a qualquer modelo, a qualquer diretriz.¹²

Na verdade, o PCB sempre refletiu todas as mudanças ocorridas na União Soviética e isto se apresenta com uma regularidade histórica no partido. E, mesmo

que Roberto Freire tenha acreditado que a postura em relação a *Perestroika* e a *Glasnost* tenham sido de independência, Gorbachev era líder do novo grupo dirigente, ou seja, era uma política oficial em construção. Interessante que, segundo Freire, já havia uma imagem de retrocesso, o que implica numa maior preocupação com a democratização do que com a construção do socialismo. Isto é bastante revelador, na medida em que este discurso corresponde ao momento que o socialismo soviético estava se exaurindo (1991) e que a perspectiva democrática para Freire passava a ser o centro de seu discurso.

Na medida em que o PCB assumiu a perspectiva da *Perestroika* e da *Glasnost* seguindo as discussões soviéticas, o seu discurso se voltou para a crítica aos modelos burocráticos e anti-democráticos do socialismo soviético como único sentido da assimilação daquele programa, pois a sua estrutura partidária só mudou efetivamente após o fim do socialismo na URSS. Antes disso o partido permaneceu imobilizado em sua organização de tipo estalinista. Ou seja, na prática, a *Glasnost* e a *Perestroika* pouco mudaram a vida do partido e na verdade as mudanças orgânicas só aconteceram a luz do fim do socialismo na URSS, o que quer dizer que até 1991 o PCB, em tese, não era muito diferente do PCB de 1958.

É verdade que as exigências de democratização no Brasil e na URSS causaram um aprofundamento do discurso democrático do PCB. O apontamento para um socialismo democrático significava, ainda, em 1989, uma forma de tomar o poder político através de eleições e usar o Estado para garantir a instituição do socialismo através dele. Esta perspectiva que reforça a democracia como valor universal e estratégico permanece com um forte apelo classista, o que significava que o socialismo seria o momento da hegemonia do proletariado, como aponta um dos editoriais de a “Voz da Unidade”:

(...) os comunistas comemoram mais um aniversário do PCB diante do desafio de construir um Partido de massas, novo, um Partido nacional, democrático, independente e internacionalista. Um Partido que deseja caminhar para o socialismo – como dizia Lenin - pela via da república democrática, que é apenas uma parte da sociedade mas pretende apreender sua totalidade, que busca enfim fundir a teoria da

¹² FREIRE, Roberto. Entre o Passado e o futuro. In: Teoria e Debate - 15 – p.11, 1991.

*revolução com o movimento operário, herdeiro das melhores tradições leninistas.*¹³

Aqui o editorial do Voz da Unidade trabalha uma idéia de república democrática como uma forma de poder parcial da sociedade. Este caminho para o socialismo fundia o caráter de classe do PCB e a sua perspectiva de transformação social ao Estado através da vitória eleitoral. É isto que significava a democracia ser complementada pela teoria da revolução de Lenin, o que indica um processo de ruptura com a ordem capitalista. Concomitante a isto, “apreender o Estado em sua totalidade” significava que o Estado seria tomado e hegemônico por uma classe universal, a classe operária.

Entretanto, existiam grupos no partido que não concordavam com esta formulação teórica. Esta distinção talvez seja necessária para a compreensão dos acontecimentos futuros. Não existiu no PCB um consenso a respeito da democracia como valor universal (estratégico). No momento da secessão estas posições ficaram mais claras na formação dos grupos “Renovação” e “Movimento Nacional em Defesa do PCB”, o primeiro defendendo o valor estratégico da democracia e o segundo o seu valor tático, além de questões de ordem orgânica que veremos abaixo.

Em 1989 o PCB se preparava para a sucessão presidencial com o candidato Roberto Freire, na perspectiva de construção de uma linha própria. Não imaginava que seria ele a principal liderança no processo de desintegração do partido. Como já foi visto, o PCB de 1989 não diferia muito da linha política geral que vinha adotando desde a Resolução de Março de 1958, mas, na medida em que a *Perestroika* ia se tornando prática no mundo soviético e influenciando o Leste Europeu, acabou tensionando cada vez mais a vida interna do partido, provocando inúmeras alterações de ordem organizacional que acabaram mudando a estrutura dirigente do partido .

A cada editorial do jornal “Voz da Unidade” o partido comemorava sua longa trajetória política no Brasil. Em 1989 eram 67 anos e os poucos quatro anos de legalidade ininterrupta no país. Citando Marx e Lenin, o editorial ainda projetava a

¹³ Voz da Unidade, março de 1989, p.2.

centralidade do proletariado e o caráter internacionalista de sua luta. Mas assinalava os erros de sua experiência decorrente das influências externas, assim como apontava para a *Perestroika* e a *Glasnost* como força de renovação do socialismo internacional.

As manifestações na praça da Paz Celestial e a queda do Muro de Berlim provocaram uma necessidade profunda de retomada das opções renovadoras e democráticas da Resolução de 1958, como anuncia a Voz da Unidade de março de 1990:

(...) isso requer uma nova cultura, uma nova política e uma nova organização, edificadas sobre a crítica dura e inflexível às causas essenciais das deformações e crise do socialismo e do movimento comunista internacional, de sua perda de prestígio e influência.

(...) Concepções e estereótipos arraigados durante anos e anos de dogmatismo e sectarismo limitam o processo de renovação partidária, em meio a uma cultura orgânica que confunde o necessário e inabalável instinto de sobrevivência do Partido com o mais puro conservadorismo.¹⁴

Não se inclui apenas uma crítica a um tipo de organização estalinista baseada no centralismo democrático, mas a continuidade de um projeto iniciado em 1958, e que não foi completamente concluído pela forma de organização e por grupos “ortodoxos” e “conservadores” no interior do partido.

Neste editorial se traça uma idéia de renovação comunista baseada nas experiências da Revolução de Outubro e da própria social-democracia, associada as revoluções de massa pela democracia, numa alusão as manifestações que levaram a queda do Muro de Berlim. Seria o momento do comunismo brasileiro incorporar definitivamente o caráter estratégico da democracia e, ao mesmo tempo, a democracia no interior do partido. Isto incluía a defesa contra o centralismo democrático estalinista e as formas de escolha da direção do partido.

¹⁴ VOZ DA UNIDADE, março de 1990, p.2.

Até então o partido não aceitava tendências internas e até o VIII Congresso o secretário geral, cargo máximo do partido, era escolhido pela Comissão Executiva, que podia destituí-lo a qualquer momento, o que fazia do cargo uma posição com pouca sustentação das bases e poderes limitados pela Comissão Executiva. Neste sentido o secretário-geral não tinha poderes suficientes para mudar as estruturas do partido sem o apoio da Comissão Executiva .

Fica claro neste editorial, também, que as conquistas do movimento operário com a Revolução Bolchevique e as reformas da social-democracia europeia são para o partido uma forma de assegurar as conquistas históricas do movimento operário, que passavam a ser atacadas pelo neoliberalismo. Isto representa um certo recuo no programa socialista, mas não elimina a identificação com os progressos gerados pelo socialismo no Leste Europeu e, provavelmente, da social-democracia no resto da Europa. Esta fase da crise do socialismo internacional, apesar de crítica, ainda é vista de forma otimista pela maioria do partido. Pois, na URSS, Gorbachev ainda lutava contra os interesses das nacionalidades que exigiam a sua independência política, como por exemplo, na Lituânia. E, na medida em que o governante soviético ainda resistia a desintegração da URSS, o PCB acreditava numa evolução democrática para o socialismo.

Um último elemento, ainda que de forma embrionária, já aparece neste documento do partido, que foi a questão da nova organização do mundo do trabalho determinado pela Revolução Científico-Tecnológica que, mais tarde, vai ser um dos elementos fundamentais para a explicação da necessidade das mudanças no interior do partido, segundo os grupos hegemônicos do PCB.

A crise gerada pelos movimentos sociais em prol da democracia na Alemanha Oriental foram relativamente bem acolhidas pelos militantes do PCB, entretanto, ninguém no partido, naquele momento, tinha uma dimensão clara e não especulativa do que realmente poderia acontecer com o socialismo.

1.1.2 As mudanças no IX Congresso

O PCB sofreu as influências diretas do aprofundamento da crise do “socialismo real” na URSS .E, par e passo com o fim do socialismo, que ia sumindo no principal referencial internacional do partido, este congresso iniciou a passagem do fim do ideário comunista no partido aqui no Brasil. O fim da Guerra Fria gerou mudanças profundas nas bases teóricas e práticas do partido, assegurando a continuidade dos referenciais da Resolução de 1958, só que no novo contexto internacional da “revolução conservadora”.

O IX Congresso do PCB foi o ponto de partida para as profundas transformações ocorridas no seio do partido. Quatro elementos assinalavam que existia uma “crise inédita” dentro do partido: os poucos vínculos com o movimento operário, baixo percentual eleitoral, debilidades teóricas arraigadas ao marxismo-leninismo da Terceira Internacional e a crise do “socialismo real”. Neste Congresso aprovaram uma Declaração Política que apontava para várias mudanças internas de caráter teórico e orgânico como condição necessária para uma adaptação as novas conjunturas nacionais e internacionais. Todavia, um dos acontecimentos mais importantes e significativos do evento foi a renúncia do presidente do partido Salomão Malina¹⁵, na abertura do Congresso e o encaminhamento de uma eleição direta inédita para a presidência do partido, onde foi eleito Roberto Freire pela chapa “Renovação”.

O fato de ter sido eleito diretamente num congresso pela base do partido, garantiu a Roberto Freire uma representatividade que nenhum presidente havia tido antes. Foi a forma encontrada, a partir do apoio de Salomão Malina, para que Roberto Freire fosse capaz de implementar as transformações necessárias no interior do partido. Este fato deu-lhe condições de convocar um outro congresso para mudar o nome e o símbolo do partido.

O IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro, ocorrido em 2 de junho de 1991, no Rio de Janeiro, também alterou algumas concepções teóricas que geraram transformações orgânicas importantes e que já anunciavam o início de uma ruptura muito maior e significativa no interior do partido.

O elemento fundamental da Declaração do IX Congresso foi a questão da democracia como valor universal para dentro do partido. A partir disto, teremos a base de todas as outras transformações. A via democrática para o socialismo foi incluída nesta Declaração a partir da hegemonia dos grupos ligados, basicamente, a chapa Renovação. Entretanto, este processo já estava inserido no contexto internacional da aceleração da dissolução da URSS e do fim do “socialismo real”. A democracia como valor universal passou a ser vista como elemento fundamental na conjuntura do fim da Guerra Fria. Esta nova conjuntura da política internacional era reproduzida nacionalmente na busca de um consenso sobre o desenvolvimento nacional, tendo a democracia como um projeto nacional acima das classes.

A suposta paz que reinaria no mundo com o fim da Guerra Fria possibilitaria um destensionamento das relações internacionais e da própria luta de classes, o que tornava definitivamente obsoleta a confrontação entre a democracia representativa e a ditadura do proletariado. É claro que para a construção do socialismo era necessário uma democratização dos meios de produção, mas esta explicação só iria aparecer a partir da interpretação da Revolução Científico-Tecnológica aprofundada posteriormente.

Dentro da história do PCB, como já foi visto, a democracia vinha sendo um elemento constitutivo do discurso pecebista mas, na verdade, além de existirem grupos no interior do partido mais “ortodoxos”, mantiveram-se também as estruturas de um partido comunista tradicional. Em 1991 a democratização do socialismo estava levando à restauração capitalista. Este fato levava para uma desesperança em relação a todos os métodos usados na URSS, desde a forma de implementação do

¹⁵ VOZ DA UNIDADE, Precisamos olhar com coragem para a frente: intervenção de Salomão Malina na abertura do 9º Congresso do PCB, 1991.

socialismo (a revolução armada), até as formas de conduzir o processo, como as questões da ditadura do proletariado e do centralismo democrático.

A questão da revolução e da ditadura do proletariado ficavam definidas dentro do partido após a aprovação da Declaração Política do Congresso, como:

Uma nova política reclama também o rompimento com a velha concepção de revolução, entendida esta como o momento da “luta final”, de “ação violenta”, “momento explosivo”, e de ação da vanguarda da classe operária” ou seu “Estado maior” dirigida ao “assalto ao poder” pela força e que “implanta o socialismo”, no qual o poder se institui como “ditadura do proletariado.”¹⁶

Esta citação demonstra o rompimento definitivo do partido com os métodos da Revolução Bolchevique, mas, no interior do partido, vimos uma disputa marcada pela votação da Declaração Política, onde a chapa que tinha como referência Oscar Niemeyer colocava em dúvida o caráter da democracia como valor universal e da nova concepção de revolução. Todavia, em termos de documentação, não tivemos acesso aos substitutivos propostos pela chapa, mas pudemos ter uma idéia do programa deste grupo através dos documentos do “Movimento Nacional de Defesa do PCB”, publicados posteriormente entre novembro e dezembro no contexto internacional da tentativa de golpe contra Gorbachev em 19 de agosto de 1991, que pelo que tudo indica teve um papel decisivo na secessão, substituição do símbolo e nome do partido.

Um desses fatores foi o quadro internacional, particularmente o golpe e a resistência popular na URSS, e suas repercussões entre nós. A participação da cúpula do PCUS na trama antidemocrática e a posição simpática ao golpe adotada por setores e lideranças do PCB, com espaço no próprio Diretório Nacional e até mesmo na Executiva, evidenciaram a urgente necessidade de aprofundarmos e explicitarmos ainda mais o compromisso da radicalidade democrática, aprovado no IX Congresso, e sua ampliação e respectivas conseqüências.¹⁷

¹⁶ VOZ DA UNIDADE3. Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia: Declaração Política do IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro. 1991, p.15.

¹⁷ PARTIDO NOVO. Generosa coragem, outubro de 1991, p.2

É sintomático o fato que o Voz da Unidade não circularia mais até o desenvolvimento de um amplo debate acerca da necessidade e perfil do periódico.

A “revolução conservadora” iniciada com as mudanças democráticas no mundo socialista acabou por impor a hegemonia total do grupo que pretendia fazer a mesma democratização no interior o partido. Mas a posição de alguns setores do partido no sentido de defenderem o golpe contra Gorbachev fez com que os setores hegemônicos propusessem o aprofundamento das mudanças no partido. E nesta edição do Jornal Partido Novo já apareciam várias propostas de nomes para o novo partido, além das regras para o X Congresso do PCB. Nomes como Partido da Cidadania Brasileira, Partido Democrático de Esquerda e Partido do Novo Socialismo¹⁸ procuravam fugir nitidamente do “espectro que assombra o mundo”, o Comunismo.

No editorial deste novo jornal aparece a explicação do processo de crise do socialismo que mais tarde vai ser o eixo do discurso do PPS: o determinismo tecnológico passou a ser a base deste programa, as inovações tecnológicas estavam por substituir a classe operária, gerando a aceleração do declínio dos partidos comunistas no mundo. Segundo este discurso estavam dadas as bases econômicas e políticas para que o PCB, e todas as correntes “ortodoxas” no seu interior, deixassem de existir. A tão proclamada democracia interna do IX Congresso e a proporcionalidade não foram capazes de gerar um programa coeso, exigindo assim a necessidade do X Congresso do partido para acabar definitivamente com todos os resquícios da “velha ortodoxia”.

O movimento de resistência ao fim do PCB culminou num encontro realizado de 11 à 13 de outubro com cerca de 200 delegados. Propôs a permanência destes militantes no partido e a sua participação no X Congresso, que se realizou em janeiro de 1992. Em publicação intitulada “O PCB Continua” este grupo propõe um PCB revolucionário, marxista e leninista. Apontando para as conquistas econômicas e sociais realizadas pelo socialismo soviético, demonstrando a incapacidade de medidas paliativas e remendos sociais como forma e método de atuação para o partido.

¹⁸ idem.

O Movimento em Defesa do PCB interpretava a questão da democracia como “democracia de classe”:

Neste sentido a democracia que os comunistas devem aprender e valorizar, não pode ser aquela entendida , difundida e apregoada, hoje, mais que ontem, como valor universal, mas sim a Democracia Política, que mesmo sendo a expressão das possibilidades da ordem burguesa, foi sempre fruto das conquistas dos trabalhadores. É somente com esta perspectiva que podemos romper com o dogma da democracia apenas como expressão da liberdade do indivíduo, e não como potencialidade contraditória da socialização do poder político¹⁹.

E numa carta de Oscar Niemeyer ao IX Congresso publicada neste boletim informativo : “Discutimos apenas problemas da *democracia*, dessa democracia de classe que não nos deve entusiasmar. E nos afastamos da luta operária, participando satisfeitos das festas da política e das classes dominantes”.²⁰

Estes boletins do Movimento de Defesa do PCB representam um movimento de continuidade ao mito fundador da Revolução de 1917 e, ao mesmo tempo, de ruptura a Resolução de 1958: são os “ortodoxos” do PCB , aqueles cuja voz provavelmente foi silenciada pelas derrotas nos congressos do partido, uma minoria que não se expressava nas resoluções mas que aqui, num movimento paralelo, apoiaram o golpe sobre a *Perestroika* e denunciaram a “revolução conservadora” no interior do partido, rompendo com a política oficial e tentando manter o comunismo como centro da luta partidária.

Na medida em que o socialismo desaparecia na URSS e se atribuía isto ao fato de não ter existido democracia nem no interior do partido (PCUS) e nem fora dele, o PCB passava a impor um ritmo mais forte de críticas e mudanças. Não apenas em termos de métodos para alcançar o socialismo, como na Resolução de 1958, mas no interior do partido e mesmo como objetivo final para o partido.

O primeiro elemento significativo das mudanças de ordem organizacional foi o abandono da perspectiva estalinista na organização do Partido Comunista Brasileiro, como por exemplo, este tipo de centralismo democrático. O fim do

¹⁹ O PCB CONTINUA: O Socialismo Vencerá. dezembro de 1991, p.7.

centralismo democrático de tipo estalinista propiciou a resolução que admitia tenências internas e sua representação proporcional nos órgãos do partido. A liberdade de tendência e expressão concedida no IX Congresso possibilitou o aprofundamento das críticas aos velhos modelos de organização e ao ideário estalinista, mas ironicamente, não deu conta de permitir a “velha ortodoxia” de se expressar, como demonstra o programa apresentado pelo jornal Partido Novo. E, como na URSS, a democratização deu força aos críticos do comunismo.

Com o golpe contra Gorbachev e o apoio de setores do partido ao golpe, o grupo renovador acabou por levar a cabo seu programa de dissolução do partido aqui no Brasil e, como se fosse um espelho do que acontecia no Leste Europeu, a utopia comunista deveria acabar também no interior do partido brasileiro.

O X Congresso Extraordinário do PCB, realizado no Teatro Zúcaro, em São Paulo, tinha como tema central a mudança do nome e símbolo do partido. O PCB se transformou em Partido Popular Socialista com uma bandeira vermelha com as letras P, P e S grafadas em amarelo ouro, abandonando definitivamente a foice e o martelo como símbolos do partido. Mesmo com as resistências de Freire, que não pretendia manter a palavra “socialismo” no nome do partido (propondo Partido Democrático de Esquerda), houve uma tendência inicial de pelo menos manter o partido numa perspectiva de ruptura, o que não se confirmou. Assim, a personalidade jurídica do PCB permaneceu com o PPS. Entretanto o grupo do Movimento Nacional de Defesa do PCB, cerca de 600 militantes, rompeu com o Congresso e acabou convocando outro (Mazzeo, 1999). Este foi realizado em 25 e 28 de março de 1993, mas só ganharam registro oficial em janeiro de 1995, com uma nova personalidade jurídica, mas mantendo a velha sigla e símbolos: nascia o novo PCB.

Detendo a personalidade jurídica do PCB, o PPS pôde “doar” toda a documentação do PCB para a Rede Globo que, por sua vez, elaborou um memorial do partido. E tendo em vista o caráter nitidamente anticomunista desta emissora de

²⁰ O PCB CONTINUA: O Socialismo Vencerá. Novembro de 1991, p.4.

televisão, esta doação acabou servindo como lápide na sepultura do comunismo enterrado pela direita brasileira. Nada é mais emblemático: além de acabar com uma ideologia, liquidou-se com os documentos que a memorizam.

Com estas reformulações o PPS e o novo PCB passam para campos opostos. Sem a “velha ortodoxia”, o PPS passou a construir uma nova perspectiva política menos conturbada pelos antigos valores do comunismo. Na medida em que a URSS e o PCUS se desfizeram, o partido perdeu definitivamente a sua identidade internacional. Além disso, passaram a analisar a conjuntura internacional através de uma imagem que possibilitaria o fim dos tensionamentos internacionais a partir do fim da Guerra Fria, mas também, seguiram as formulações do IX Congresso num programa econômico que rompia com a centralidade do proletariado e se colocava como programa acima das classes. De forma geral o X Congresso apenas mudou o símbolo e a sigla do partido e “excluiu” os grupos ortodoxos. No resto, seguiram o programa e a organização partidária construída no IX Congresso.

O novo PCB passou por um refluxo muito grande, as posições do partido o colocavam na contramão da história e acabou passando por um profundo isolamento numa reconstrução demorada e marcada por poucos militantes e representatividade. No momento que se escreve, o novo PCB não tem representação nenhuma no Congresso Nacional e não passa, no Rio Grande do Sul, por exemplo, de 150 militantes orgânicos. Em seus documentos, como o jornal “Reconstruindo”, procuram referências em Cuba e China e, também, no pensamento de Marx, Engels e Lenin. Também passaram a projetar um processo de ruptura com o capitalismo dentro de um processo revolucionário.²¹

O PPS passou para uma organização mais parecida com a do PT, porém, com menos inserção social, como um partido de quadros no contexto das lutas institucionais. Já a visão de futuro socialista adquiriu uma nova dimensão.

²¹ RECONSTRUINDO: Jornal dos comunistas brasileiros, reconstruindo o PCB, comemorativo aos 70 anos de fundação do Partido Comunista Brasileiro, março de 1992.

A análise da conjuntura internacional do PPS foi determinada pela “revolução conservadora”. Esta teve como pilares de explicação uma leitura da nova ordem mundial baseada numa dupla revolução, econômica e política.

A revolução econômica teve como base as transformações tecnológicas que mudariam as relações do mundo do trabalho propiciando um crescimento produtivo e a melhoria da vida dos trabalhadores (uma sociedade do tempo livre?), o que reduziria sensivelmente a luta de classes no interior das relações de produção, possibilitando uma transição pacífica para o socialismo se os meios de produção fossem utilizados de forma racional. É claro que este racionalismo seria executado a partir de um governo do próprio partido. Para isso seria necessário um governo que desenvolvesse a revolução tecnológica no Brasil. Este programa não aparece de forma explícita antes da criação do PPS. É durante o ano de 1992, e mais especificamente nas resoluções da Conferência Nacional Política do PPS em 1993, que o seu discurso passa a dar ênfase às transformações nas relações de produção dada pela Revolução Científico-Tecnológica:

Uma economia que se quer moderna e democrática exige compromisso com a eficiência econômicas, isto é, com a produtividade: gastar cada vez mais menor quantidade de insumos e de mão-de-obra por unidade de produto final. Isto implica abandonar definitivamente a via do crescimento extensivo e optar pela via do crescimento intensivo, assumindo em toda sua integridade a tecnologia de capital intensivo.

Tal orientação leva à intensificação do desenvolvimento científico-tecnológico e a disputa pelo que há de ponta no mundo de hoje, como a microeletrônica, a informática, a robótica, a telemática, a química fina, a mecânica de precisão, a biotecnologia e os novos materiais.²²

A nova utopia do partido parece ser relacionada a um processo pacífico e democrático de desenvolvimento tecnológico. A partir dela seria possível um programa desenvolvido dentro do capitalismo gerenciado por interesses que transcendessem os interesses de classe em prol dos “interesses nacionais maiores”. Este novo programa inserido no contexto da “Nova Ordem Mundial” acabou por retirar a centralidade da classe operária, colocando-a à margem do

processo político, juntamente com os sindicatos e os partidos de massa. Esta nova conjuntura econômica seria capaz de ser transformada de cima para baixo, ou seja, seria democratizada por um governo “bem intencionado”.

O pilar político da revolução conservadora teve como base o fim da Guerra Fria. A diminuição dos conflitos internacionais que caracterizaram a luta de classe no contexto mundial proporcionariam um mundo capaz de resolver os seus problemas de forma pacífica. Esta interpretação já havia surgido, como foi demonstrado anteriormente, no IX Congresso do PCB e ilustra bem como funcionava esta perspectiva no grupo hegemônico do partido que formou o PPS:

*O fim da Guerra Fria e da política de blocos antagônicos propicia a construção da paz e da segurança, fortalece os princípios de não intervenção e respeito aos direitos dos povos de escolher livremente os seus caminhos. As soluções políticas negociadas dos conflitos abrem possibilidades concretas de sua desmilitarização e de desarmamento.*²³

O capitalismo parecia, para os integrantes desta posição, caminhar tranquilamente para o socialismo, as classes sociais não entrariam mais em conflitos de interesses internacionais e a derrota do socialismo soviético parecia ser positiva e garantia a paz mundial. Este novo cenário internacional destensionado daria a possibilidade negociada para os países do mundo de escolherem o seu próprio destino.

Sem conflitos internacionais e sem conflitos dentro das fábricas, a democracia parecia ser a principal arma daqueles novos dirigentes, ansiosos para justificar as suas posições políticas adotadas durante a crise do socialismo internacional e dos seus principais referenciais políticos. Era um jogo que o partido pensava que só ele mexeria as peças.

²² CONFERÊNCIA NACIONAL POLÍTICA DO PPS, 1993, p.21

²³ VOZ DA UNIDADE. Lutamos pelo socialismo com liberdade e democracia: Declaração Política do IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro. 1991, p9

Assim, a “revolução conservadora” gerou a possibilidade de instituição de um socialismo construído pela Revolução Científico-Tecnológica e não pela luta de classes no interior das relações de produção, ao mesmo tempo que o fim da Guerra Fria possibilitaria que isso acontecesse pela via democrática, e não insurrecional .

1.1.3 De uma nova forma de partido para uma nova utopia

A secessão do PCB foi a maior expressão da crise do socialismo no partido e no Brasil, marcada pelo surgimento do PPS e do abandono de símbolos históricos da luta comunista, como a foice e o martelo, mas é claro que as principais mudanças ocorridas envolvem muito mais que isso.

O método revolucionário de tipo Bolchevique para a tomada de poder entrou em declínio com a Resolução de Março de 1958, passando a ser construída a idéia de uma transição pacífica para o socialismo, que depois tomou a forma da democracia como valor universal, principalmente com a assimilação do projeto da *Perestroika* e da *Glasnost* nos anos 80. Todavia, este programa não foi totalmente consensual no interior do partido, representado pelo apoio dos “ortodoxos” ao golpe contra Gorbachev em 1991. Mas na medida em que este grupo rompeu com as mudanças de 1992, o PPS passou a ser representado na íntegra pelo programa da democracia como valor universal, numa perspectiva de tomada do poder através dos processos eleitorais. As mudanças ocorridas no PCB foram relacionadas aos acontecimentos que foram progredindo no Leste Europeu com a dissolução do socialismo.

Em termos de organização partidária, tivemos um processo marcado pelo abandono da organização estalinista de partido, o que envolveu o fim do centralismo democrático e a possibilidade de tendências organizadas e representadas nos órgãos dirigentes do partido através da proporcionalidade. Inclui-se aqui a mudança de nome e símbolo do partido. Estas mudanças de organização partidária tiveram um

papel muito grande na medida em que ocorreram paralelamente aos acontecimentos do Leste Europeu, ou seja, refletiam a crise do socialismo aqui no Brasil e foram ao mesmo tempo a base para as transformações de ordem estratégica e teórica no partido. A disciplina e a organização do militante não eram mais necessárias, não apenas porque não existia mais a necessidade defensiva da época da ditadura, mas porque também não existia a necessidade programática de se tomar o poder de uma forma diferente da via eleitoral. Neste sentido Hobsbawm tinha razão ao declarar que o bolchevismo de Lenin havia contribuído muito mais como “instrumento de *organização* para mudar o mundo do que como *doutrina*”.²⁴ Se não se pretende uma revolução não se precisa organizar-se para ela. Entretanto, o problema de falta de organização e disciplina gerou um aprofundamento maior da crise da esquerda brasileira, já que falta de organização e disciplina nunca foi um problema para a direita.

A questão da perspectiva de hegemonia do proletariado como objetivo final , talvez tenha sido, realmente, a mais importante dentre as mudanças, já que afeta a estratégia do partido. Como foi visto, o proletariado acabou perdendo a centralidade no discurso do IX Congresso, decorrente do fim da Guerra Fria e da Revolução Científico-Tecnológica; o discurso da democracia como valor universal não tinha apenas uma justificativa política, mas passa a ter, também, base econômica, ou seja, o desenvolvimento tecnológico acabaria sendo a base da nova utopia para o PPS, pois o crescimento produtivo e a diminuição do tempo de trabalho gerariam a sociedade do “bem-estar” para todos.

Estas mudanças operaram significativamente não apenas no interior do partido ou da esquerda brasileira como um todo, mas principalmente no campo oposto. A direita brasileira passou a festejar o declínio internacional do socialismo com o declínio do Partido Comunista Brasileiro. O significado disso não tem precedentes: marcou a derrota de um projeto de esquerda para o mundo e para o Brasil, posto que todos os acontecimentos demonstravam a falência de qualquer programa alternativo ao capitalismo. Em conjunto com a crise do PCB vinha um processo que legitimava as ondas liberalizantes que vieram crescendo juntamente com a crise do socialismo,

²⁴ Hobsbawm, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991, p.451

inclusive o processo de liberalização e privatizações que aconteceram na própria URSS. O mundo estava se “modernizando”, o socialismo estava derrotado na URSS e aqui no Brasil o PCB representou de forma exemplar esta derrota.

1.2. O caso do PCdoB e a defesa do modelo histórico estalinista

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) como partido da *esquerda tradicional*, foi o partido que menos mudou sua perspectiva teórica e prática com a crise internacional do socialismo. Sua ruptura programática com XX Congresso do PCUS e, a partir daí, com o socialismo existente na URSS, gerou estruturas teóricas capazes de sustentarem um discurso de ruptura com a maioria das políticas desenvolvidas na URSS depois de 1956. Este fato fez dos acontecimentos de 1989-91 apenas instrumentos de confirmação de suas elaborações, o que caracterizou a continuidade dos princípios comunistas do PCdoB. Mesmo tendo rompido com o socialismo da URSS após 1956, o PCdoB manteve uma identidade com um modelo de socialismo do governo de Stalin na URSS, o que o coloca no campo de uma *esquerda tradicional*. O fim do socialismo na Albânia e o golpe de Estado sobre Gorbachev em 1991, apontaram alguns desvios e contradições no partido, que acabaram por apontar para algumas reformulações em pontos de suas análises bastante significativos para o conjunto das transformações ocorridas na esquerda brasileira.

Como foi visto, o Partido Comunista do Brasil veio da dissidência do antigo PCB em 1962, o que nos remete a uma origem comum. É aceitável, portanto, que iniciemos este estudo específico a partir do aparecimento da nova sigla. O grupo dissidente que formou este partido o fez a partir da ruptura com a “Resolução de 1958 do PCB” que vinha no contexto do XX Congresso do PCUS(1956) que, segundo a nova organização, iniciou um processo de “revisão” caracterizado por críticas ao “modelo estalinista”.

Após a secessão de 1962 o partido foi influenciado pelo socialismo da China e pelo maoísmo, na perspectiva de uma revolução camponesa que se expandisse para a cidade. A aproximação do PCdoB ao maoísmo, em virtude das críticas chinesas a Kruschew e a desestalinização, não mudaram a tática interna do partido construída ainda no PCB, e acabaram mantendo a perspectiva etapista e de aliança com os setores nacionais da burguesia, porém, dentro da estratégia que a última etapa deveria ser o embate revolucionário entre a burguesia e o proletariado. Esta perspectiva de luta armada foi mantida durante a ditadura militar no Brasil e possibilitou a formação de uma guerrilha na Amazônia brasileira (Araguaia, 1972). A luta armada assinala a principal ruptura em termos de método para alcançar o socialismo em relação ao PCB e, inclusive, foi um dos principais pontos geradores da dissidência. O partido, ao publicar os “Documentos do PCdoB de 1960 a 2000”²⁵, colocou em forma de apêndice a “Resolução de 1958 do PCB”, que havia motivado e sido a principal responsável pela secessão do PC brasileiro e que integrava a política de “coexistência pacífica” proposta pela URSS e gerou no PCB a formulação da “transição pacífica” para o socialismo. O que levou o PCdoB a classificar tanto o PCUS como o PCB, pós 1956/1958, de “revisionistas”.

Ao manter o método revolucionário como horizonte, o PCdoB causava inúmeros constrangimentos para as classes dominantes no Brasil, e se este horizonte pode ter contribuído para entrar a democratização no país, foi responsável, também, por um tensionamento significativo com as classes dominantes, gerando o temor de que as classes subalternas aderissem ao programa comunista. Este quadro de tensionamento foi característico na maioria dos países latino-americanos no contexto da Guerra Fria e se aprofundou principalmente depois da Revolução Cubana. É claro que este papel não foi exclusivo do PCdoB, mas de todas as frentes revolucionárias urbanas e rurais que surgiram no país no período da ditadura e que ameaçavam o regime.

²⁵ EM DEFESA DOS TRABALHADORES E DO POVO BRASILEIRO. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. São Paulo, Editora Garibaldi, 2000.

Com a consolidação da Revolução Cubana e a crise do PCB gerada pelo golpe de 1964, houve a integração de vários grupos ao partido ²⁶, como:

- Ex-militantes das ligas camponesas lideradas por Francisco Julião, em 1963; entretanto, mais tarde, o partido acabou expulsando os seus principais articuladores;
- Setor de trabalhadores do Comitê Regional Marítimo da Guanabara, que lideraram as principais greves no governo Goulart e foram entrando no partido após 1964;
- Militantes provenientes do PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário). Foram muito perseguidos pela ditadura, torturados e mortos, principalmente na Guanabara entre 1972 e 1973, sendo que o PCdoB condena vários destes militantes por não terem resistido as “sevícias” na prisão e terem delatado companheiros de partido. Alguns elementos, como Jover Teles, foram expulsos do PCdoB na VII Conferência Nacional
- Militantes da Ação Popular (AP), provenientes da esquerda católica, entraram no partido a partir de 1972/73 e, principalmente, em 1974, tendo contribuído muito para a reconstrução partidária destruída com a repressão.

Em termos de base social, o PCdoB também teve muita expressão no movimento estudantil na década de 1970 como, por exemplo, na Universidade Católica de São Paulo, com a chapa Caminhando para o Diretório Central dos Estudantes (DCE). Dentro de sua tática política se inseriu nas lutas pela democratização do país na campanha das “diretas já” e, após adquirir a legalidade, participou do processo eleitoral para a Assembléia Constituinte de 1986 elegendo cinco deputados. No VII Congresso do partido em 1988 comemoraram os seus cem mil filiados até aquele ano, a forte influência nos movimentos sociais e a sua legalidade depois de trinta e oito anos da cassação do seu registro (ainda como PCB). Na luta pelo comunismo o partido seguia com a bandeira vermelha com a foice e o martelo, presente na maioria das manifestações populares no país.

²⁶ Análise crítica do processo de incorporação de seguimentos que se desligaram de outras organizações e da Ação Popular. In: Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documentos do PC do B de 1960 a 2000, 2000.

Na década de 1980 o PCdoB denunciou a CUT e a CGT como reformistas e pelegas. Ainda não tinha a hegemonia na UNE, porém, no meio da juventude, já vinha num processo importante de construção de uma das suas principais bases políticas, a União da Juventude Socialista (UJS).

A principal identidade internacional do PCdoB foi histórica, isto significa que a defesa dos princípios comunistas eram identificados com o “modelo histórico estalinista”, todavia, era necessário um referencial internacional baseado numa experiência existente de socialismo. Por isso o partido buscava, segundo a conjuntura internacional, um referencial com países que se aproximassem ao modelo de socialismo do governo realizado por Stalin, ou que pelo menos não o criticassem.

Com a China, o partido encontrou a primeira dificuldade quando este país se aproximou dos Estados Unidos na década de 1970, o que acabou levando o PCdoB a um rompimento com aquele e uma nova identificação com o tipo de socialismo albanês, um país menor territorialmente e com menos pretensões de hegemonia e expansão. Mas, na verdade, esta referência vinha do fato de que a Albânia não havia manifestado contrariedade ao “modelo estalinista”; antes, manteve uma forte identidade com ele, principalmente com as críticas de Enver Hoxha ao “revisionismo” soviético, seguidas mais tarde sob a direção de Ramiz Alia. Esta identidade pode ser também representada pela estátua de Stalin erguida na pobre capital Tirana e mantida lá até o fim do socialismo.

Tendo esta orientação histórica como referência e modelo de socialismo, o PCdoB apresentou um formato de organização interna bastante monolítico, sendo um partido organizado pelo centralismo democrático, que com a repressão do período da ditadura somado com as influências do estalinismo, funcionava no PCdoB muito mais uma subordinação da base para com a direção. Assim, o partido não aceitou nenhum tipo de tendência organizada no seu interior e a militância centralizava com as determinação dos dirigentes. Este monolitismo é expresso na principal publicação do partido, a revista Princípios. Nela não encontramos divergências e, sim, a defesa

de uma única linha política e, é claro, aquela que mais se aproxima com o que podemos qualificar como sendo a ideologia estalinista.

Dois aspectos podem ser vistos aqui: o primeiro é que o centralismo democrático característico dos bolcheviques adequou-se muito bem às organizações socialistas e revolucionárias clandestinas no período da ditadura no Brasil; o segundo é que o tipo de estrutura interna do PCdoB seguia a estrutura do PCUS até o fim do socialismo na URSS, na mesma perspectiva do PCB. Assim, o centralismo democrático do PCdoB era também do tipo estalinista (ver p. 22). É por isso que muitos grupos e militantes, durante a ditadura, acabaram sendo expulsos do partido por divergirem, mesmo no campo do socialismo revolucionário, das táticas da direção. Era uma espécie de retrato do que acontecera na URSS quando dos expurgos de Stalin. Esta continuidade em termos de organização partidária com a URSS, mesmo depois de Stalin, só acabou com a instituição da democracia de tipo ocidental e com a *Glasnost* implementadas por Gorbachev.

No documento do VII Congresso (1988) o partido analisa o programa de Gorbachev e coloca como tarefa a denúncia “do conluio soviético-norte-americano que visa a dominação do mundo pelas duas superpotências”²⁷. No ano seguinte, na revista Princípios de junho de 1989²⁸, tendo como chamada principal na capa “O socialismo Traído: Perestroika”, nota-se uma preocupação em demonstrar a ruptura do partido com o processo da transição soviética para o capitalismo iniciada desde o XX Congresso do PCUS, caracterizando-o como “revisionismo contemporâneo”.

(...) a crise que hoje dilacera a URSS é, na verdade, o coroamento da obra de restauração capitalista iniciado pós a ascensão de Krushev ao poder; e, em segundo, porque as reformas de

²⁷ O BRASIL NUMA ENCRUZILHADA HISTÓRICA: VII Congresso. In: Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documentos do PC do B de 1960 a 2000, p.377: 2000.

²⁸ O SOCIALISMO TRAÍDO: Perestroika: Revista Teórica, política e de informação, 1989.

*Gorbachev acentuam ainda mais o caráter capitalista do regime, de onde inevitavelmente provém a crise.*²⁹

O PCdoB foi o único partido de esquerda no Brasil que denunciou programaticamente a *Perestroika* como um retrocesso e não manteve ilusões acerca do processo que estava em curso com a implementação das novas políticas na URSS a partir de 1985. As únicas ilusões do PCdoB vieram do fato de ter acreditado que os problemas do socialismo iniciaram apenas após a morte de Stalin e que o socialismo albanês era uma fortaleza contra o “revisionismo”.

A questão da democratização do socialismo, elemento que operou sedutoramente sobre os outros partidos de esquerda brasileiros, não teve impacto significativo no partido. A concepção de democracia do PCdoB permaneceu no contexto de classe e, assim, a democracia ocidental representava os interesses da burguesia e a ditadura do proletariado, com os *soviets*, a democracia das classes proletárias.

*“O processo eleitoral, pela primeira vez é livre”, diz a propaganda burguesa: por permitir a participação dos dissidentes. A liberdade é, no caso, de falar e agir abertamente no sentido de acelerar as transformações de caráter capitalista na URSS, de adotar todos os modismos ocidentais, de facilitar a penetração das empresas e capitais estrangeiros na economia soviética. Deste modo, os trabalhadores e o socialismo é que têm sua liberdade sacrificada.*³⁰

Programaticamente o PCdoB manteve tanto a perspectiva revolucionária (com sua identidade com o mito fundador da Revolução de 1917) como forma da classe operária tomar o poder, como a utopia de um futuro socialista hegemônico por esta classe. Sendo assim, a história do PCdoB revela um partido de quadros, mas também de base, inserido nas lutas sindicais e camponesas, assim como no movimento estudantil e no parlamento, atuando partidariamente de forma muito organizada e disciplinada no meio social, e isto pode ser atribuído ao centralismo democrático.

²⁹ Idem, p4.

³⁰ Idem, p35.

Na medida em que o PCdoB dava continuidade ao programa comunista do período estalinista rompendo com as plataformas “reformistas” aprofundadas por Krushev, o partido construiu um aparato teórico que funcionou como um forte antídoto contra os efeitos gerados pela crise do socialismo internacional. Todavia, mesmo tendo mudado pouco, ou não passado por cisões importantes como o PCB e o PT; o PCdoB, como forma de renovação, vai ensaiar uma crítica inédita ao estalinismo, o que apontou para a principal transformação teórica ocorrida no interior do partido decorrente dos acontecimentos do Leste Europeu. Entretanto, isto não significa dizer que o partido abandonou o seu referencial histórico depois do fim do socialismo na URSS. Para a compreensão deste processo é necessário a análise dos dois acontecimentos que mais afetaram o partido como reflexo da crise internacional do socialismo: a posição tomada em relação aos revisionistas soviéticos com o golpe sobre Gorbachev e o fim do socialismo na Albânia.

1.2.1 A *Perestroika* e o PCdoB

A edição da 17ª revista Princípios foi a expressão de toda a preocupação do PCdoB com as transformações geradas pela *Perestroika* na URSS. “O Socialismo Traído: Perestroika” fazia parte da tentativa do partido de explicar o que estava acontecendo com o socialismo internacional. Nesta publicação é possível ver os principais referenciais teóricos do partido e como a crise gerada pela *Perestroika* pouco afetou o seu ideário comunista.

As manifestações da praça da Paz Celestial não foram o eixo do debate da revista, talvez por falta de tempo, já que era uma circulação do mês de junho, e a única referência foi a foto do estudante chinês em frente aos tanques do exército. Além de reafirmar os princípios do PCdoB, a revista foi dedicada quase que exclusivamente para a *Perestroika*. Os princípios do partido foram defendidos através da sua identidade com o modelo de socialismo característico do governo de Stalin e apresentou as mudanças políticas e econômicas que vinham acontecendo na URSS como a consolidação do processo de restauração capitalista.

O debate proposto pela revista caracteriza as mudanças econômicas ocorridas na URSS como sendo provenientes do “revisionismo contemporâneo” que passou a atuar naquele país após 1953. Naquele momento, todavia, as principais transformações eram de ordem política e a questão da democratização do regime era de certa forma o eixo do debate.

A questão da democracia aparece no artigo “Soviets: um milhão de vezes mais democráticos”³¹. Com as reformas de Gorbachev - criando a separação entre Legislativo e Executivo, o cargo de presidente da República e instituindo um parlamento nos moldes da democracia representativa -, o processo eleitoral acabou levando à derrota a maioria dos antigos líderes do PC soviético. A eleição de Boris Yeltsin com 89% dos votos, liderança que havia sido destituída da direção do partido e que seria no futuro o pivô da desintegração da URSS, prognosticava o fim da transição do socialismo para o capitalismo e a derrota do poder proletário. O autor procurou demonstrar que os soviets eram a forma de democracia específica da classe trabalhadora e que a democracia só pode ser vista a partir da questão de classe. A introdução da propriedade privada na URSS não combinava mais com as estruturas políticas herdadas da Revolução Bolchevique e o projeto soviético que estava sendo implementado era justamente a criação das bases da democracia burguesa para a sustentação desta mesma classe futuramente.

O período do revisionismo acabou gerando as condições para o aparecimento de uma classe pequeno burguesa, que agora necessitava de instituições políticas mais apropriadas à burguesia. Segundo este ponto de vista, a *Perestroika* era a forma de instituir as superestruturas ideológicas para a dominação da classe burguesa em ascensão na URSS. Como se fosse um espelho, a *Perestroika* apenas refletiu as mudanças econômicas provenientes do período revisionista contemporâneo.

Segundo Luis Fernandes³², a partir de meados de 1950 a URSS passou a desenvolver políticas de reintegração ao sistema capitalista de mercado e, na verdade, a Guerra Fria iniciou uma fase de disputa de hegemonia no campo do

³¹ LUTOSA, Rogério. “Soviets um milhão de vezes mais democráticos”. In: Princípios 17 - 1989.

³² FERNANDES, Luis . “Perestroika: Nova fase de integração no mercado capitalista mundial” In: Princípios, número 17, 1989

comércio exterior. A política de “coexistência pacífica” era, no fundo, uma forma de reintegrar o país neste sistema. O início de empréstimos para países do Terceiro Mundo como para a Argentina em 1953 e a própria contração de dívidas com os países capitalistas foram exemplos destas políticas.

Desde a década de 1950, a Guerra Fria passava para o contexto da disputa de mercados, e não mais de ideologias e utopias. A “Era Gorbachev” buscou, neste sentido, diminuir os investimentos em armamentos e, através da atração do capital estrangeiro, investir em tecnologia industrial. Este era o projeto de partilha do mundo em esferas de influência e talvez pudesse ter sido eficaz se a própria URSS não tivesse sido descentralizada e dissolvida.

O processo que separou o PCdoB do antigo PCB e também do modelo soviético que passava a vigorar, possibilitou uma análise mais condizente com o que realmente acontecia na URSS em 1989 - no “período quente” dos acontecimentos -, diferente da maioria dos partidos de esquerda que imaginavam um avanço para o socialismo democrático. Neste caso, o partido já entendia que não era um avanço do socialismo o que ocorria na URSS:

*(...) Gorbachev encarregou-se de abrir o jogo. Passou a predominar a economia de mercado, o lucro voltou a ser o objetivo principal da produção, instalaram-se grandes indústrias do capital estrangeiro que exploram a mais-valia dos operários, o sistema de arrendamento de terras foi restaurado. Os soviets, base da organização estatal criada pelos trabalhadores, converteram-se em parlamentos do tipo burguês(...)
Nada mais resta de socialismo proletário, científico, na União Soviética. É um país capitalista como outro qualquer(...)*³⁴

Esta perspectiva que aponta para uma análise de conjuntura próxima dos fatos iria demonstrar no futuro uma construção teórica baseada nas transformações econômicas na URSS, caracterizadas desde 1956, num processo de restauração gradativa do capitalismo. A questão que levou o PCdoB a interpretar os acontecimentos desta forma não foi apenas o rompimento com a URSS, mas o caráter do próprio comunismo do PCdoB que permaneceu estruturado nas bases anteriores a 1956, ou seja, um comunismo cravado no conceito de ditadura do proletariado e no contexto da intensificação da luta de classes como método

revolucionário, negando as intenções das políticas externas soviéticas e da transição pacífica para o socialismo. Se foi verdade, como viu o PCdoB, a restauração do capitalismo pela *Perestroika*, ainda era precipitado o discurso que colocava a URSS como um país capitalista como qualquer outro.

Para o PCdoB o que aconteceu na URSS era fruto do revisionismo de caráter pequeno burguês, e não uma “tendência democratizante”. Explicavam que lentamente após a morte de Stalin este processo foi sendo expandido pelo surgimento de uma pequena burguesia que vinha se apropriando dos meios de produção concedidos pelo reformismo de Estado.

Os revisionistas que passaram a dominar o Estado soviético a partir de 1953 levaram a efeito uma política diametralmente oposta às indicações de Stalin(...).

O domínio da pequena burguesia sobre o Estado soviético – que caracterizou todo o período de restauração do capitalismo na União Soviética – redundou no progressivo enriquecimento desta camada social(...)³³

Para o PCdoB, as políticas de Gorbachev apenas finalizavam este processo denominado de “período revisionista” dominado pela pequena burguesia, ao contrário do período de Stalin, que seria o governo realmente proletário. Nesta edição a reafirmação dos princípios do partido acabam por cair em verdadeiras deformações teóricas, como a construção de uma idéia de classe burguesa na URSS no período revisionista. Mas também girou em torno de uma complacência com os expurgos de Stalin. O desenvolvimento deste discurso gerou as condições para interpretar os assassinatos promovidos pelo estalinismo como mera denúncia burguesa.³⁴

É improvável que se possa falar em uma classe pequeno burguesa em ascensão na URSS, nem antes, nem depois de Stalin, já que uma classe burguesa só pode existir se for ligada a propriedade privada, o que não existiu na URSS pós Stalin. Neste sentido, a primeira imagem que o PCdoB procurou construir em 1989 é muito parecida com a dos trotskistas, negando a existência do verdadeiro socialismo

³³ MARTINS, Humberto. “Particularidades e caráter de classe do revisionismo soviético”. In: Princípios – 17 – p. 28.

na URSS. Para tanto, era necessário construir os germes do capitalismo naquele regime e na inexistência da propriedade privada (pois não existia apropriação por herança) construíram uma idéia de classe pequena burguesa destituída dos meios de produção, o que não é nada operacional em termos de análise para marxistas. Entretanto, enquanto os trotskistas imaginavam que o terreno estava mais fértil do que nunca para o socialismo democrático(citar convergência), com os acontecimentos de 1989 o PCdoB denunciava o fim certo e inevitável do que restava de socialismo na URSS. E mais: enquanto os trotskistas atribuíam os fatos a degenerações políticas, o PCdoB justificava-os através da restauração capitalista e, fundamentalmente, pela base econômica, daí o “domínio da pequena burguesia sobre o Estado”.

Se esta posição do partido de considerar a *Perestroika*, sem vacilações, como forma de restaurar o capitalismo na URSS foi uma análise de conjuntura próxima da realidade, é fato que esta leitura que joga todos os problemas do socialismo soviético ao período pós Stalin, não revela que a “pequena burguesia”, na verdade, era a burocracia associada a Stalin, e todos aqueles que no seio do partido não ousavam criticá-lo. O que ocorreu é que boa parte dos quadros que pensavam por si foram expurgados do partido, ficando nele apenas uma parcela de oportunistas e quadros medianos, ou seja, os “revisionistas” que levaram a URSS ao capitalismo fizeram parte do principal círculo de poder criado pelo próprio Stalin(Deutscher,1956).

Com os acontecimentos de 1989, o PCdoB manteve o seu referencial internacional com a Albânia, fazendo alusões as lutas revolucionárias de El Salvador e Nicarágua, ao mesmo tempo em que colocava a China no mesmo patamar da URSS, inclusive execrando a repressão chinesa na praça da Paz Celestial. A análise sobre a Albânia em 1990 levou o PCdoB a denunciar a propaganda anticomunista que foi feita , segundo o partido, contra a autenticidade e permanência dos princípios do socialismo científico na Albânia.

E é com toda honestidade profissional, temperada por uma pontinha de prazer, que desminto, de cabo a rabo, categoricamente,

³⁴ AMAZONAS, João. “Com a Perestroika cai a máscara do regime”. In: Princípios – 17 – p.5: 1989

*todo o noticiário agourento que vem sendo publicado, sobre o fim iminente do socialismo albanês.*³⁷

A Albânia era um exemplo de socialismo e as ilusões acerca da permanência do socialismo lá são provenientes da necessidade de justificar esta identidade internacional, ou seja, esta citação indica uma tentativa do partido de demonstrar que as suas posições eram coerentes, também, em termos práticos, e que o socialismo albanês iria resistir a crise do socialismo europeu. Para o PCdoB a Albânia era um modelo vivo do socialismo da era de Stalin, e não tinha sido permeado pelo “revisionismo” e nem pela pequena burguesia.

1.2.2 A crise do socialismo alcança o PCdoB

A crise do socialismo internacional só alcançou o partido a partir de dois acontecimentos que colocaram os valores pcedobistas em xeque: 1- O fim do socialismo na Albânia; 2- a defesa do golpe sobre Gorbachev, que significava a defesa aos revisionistas até então extremamente criticados pelo partido.

As ilusões acerca da resistência da Albânia como referencial internacional acabaram caindo por terra e, logo em seguida, em 1991, João Amazonas declarava que “Nas condições de hoje, é praticamente impossível o triunfo do verdadeiro socialismo num pequeno país”³⁵. Era o fim do principal referencial internacional do PCdoB, e concomitante a isso a percepção de que a crise do socialismo era maior do que se pensava.

*Parte da população manifesta, às vezes de maneira violenta, discordâncias com o regime existente. Isso acontece quando os dirigentes do Estado albanês promovem a democratização da vida do país. Pouco a pouco, a Albânia vai mudando de rumo.*³⁶

A retirada da estátua de Stalin da principal avenida de Tirana, na Albânia, juntamente com as transformações de ordem política e econômica faziam que João Amazonas se perguntasse acerca dos motivos. Entendendo que talvez não fosse momento apropriado para prestar homenagens a Stalin, mas também, não era

³⁵ AMAZONAS, João. “As mudanças de rumo na Albânia socialista”. In: Princípios – 20 – p.42:1991.

motivo para a Albânia entrar na onda anticomunista da URSS e dos países imperialistas. A crise da Albânia não chegou a afetar imediatamente os princípios do partido, como a maioria dos regimes que caíram acabaram por afetar outros partidos de esquerda. Isto só não aconteceu porque o antídoto anti-crise do PCdoB era justamente agarrar-se em um modelo histórico de socialismo, muito mais do que a um modelo existente. A estátua de Stalin representava o maior símbolo do socialismo na Albânia, e a sua retirada foi apenas um indício de restauração capitalista e o motivo para o partido romper definitivamente com aquele país como referência internacional.

O fim do socialismo na Albânia assinalava para o fim de um modelo real de socialismo, e isto implicava em assumir uma perspectiva de crise de valores mais próxima para o partido. O que entrava em crise não era mais aquilo que se criticava, mas aquilo que se defendia. A crise do socialismo parecia alcançar o partido.

Neste mesmo artigo João Amazonas cita o discurso do representante albanês na ONU, Ramiz Alia, o qual ainda chamava de “camarada”, onde este apontava para o fim da Guerra Fria como elemento positivo para o fim dos conflitos internacionais. Com isso a Albânia entrava para o rol daqueles que defendiam uma nova versão da “coexistência pacífica”, política que o PCdoB havia rompido desde o seu surgimento como partido em 1962. Se a Albânia havia sido um modelo “verdadeiro” de socialismo e não tinha abandonado o referencial de Stalin após a sua morte, ficava difícil explicar como tinha aderido a uma linha “revisionista”, principalmente sem uma pequena burguesia como a da URSS. Ou seja, se ela havia caído tal como todos os outros modelos que eram considerados “revisionistas” desde 1953, era possível que algo estivesse fora do lugar. Explicar este processo significava necessariamente ir mais longe do que afirmar que um pequeno país não poderia resistir sozinho ao colapso do socialismo, senão Cuba teria sido o primeiro a abandonar o socialismo.

Em 1992 o PCdoB lançou um documento bastante sintomático, numa avaliação da crise do socialismo. O PCdoB reavalia de forma inédita as posturas de Stalin frente a URSS, responsabilizando-o, em parte, pela crise do socialismo. O PCdoB critica a excessiva centralização do dirigente do partido, a superposição do

³⁶ Idem, p. 92.

partido sobre o Estado, o culto a personalidade e a teorização da revolução em um único país.

Esta análise parte de uma perspectiva de avaliação de toda a *débâcle* socialista e apresenta elementos fortemente carregados de uma tentativa de remodelação das concepções pecedobistas. Isto não implica em dizer que o PCdoB abandonou o seu referencial histórico com o período estalinista, mas gerou reformulações de alguns pressupostos até então intocados pelo partido.

O segundo acontecimento importante deste processo, para uma interpretação da crise do socialismo internacional e sua relação com o PC do B, foi o golpe de Estado contra o governo de Gorbachev em 19 de agosto de 1991. O golpe se resumiu a uma tentativa mal elaborada das principais lideranças do PCUS quando proclamaram que um Comitê de Emergência iria substituir o secretário-geral do partido, Mikahail Gorbachev. Entrava em cena Boris Yeltsin para dar o golpe fatal no comunismo soviético: desafiou os golpistas e seus poucos tanques com alguns milhares de manifestantes e acabou fechando o PCUS e garantindo a própria dissolução da URSS, passando por cima de um plebiscito realizado em março daquele ano que determinava a manutenção de uma federação(União dos Estados Soberanos).

Este acontecimento encerrou a era de Gorbachev e da *Perestroika* e deu início ao capitalismo na Rússia e em todos os novos Estados independentes. Yeltsin era o novo presidente da Rússia, que não tinha mais bandeira nem símbolos comunistas e era recuperada a velha bandeira tsarista.

Com exceção do PCdoB e alguns setores do PCB, a maioria dos partidos de esquerda no Brasil colocaram-se contra o golpe de Estado promovido pelos velhos quadros do PCUS. Este golpe foi visto pela maioria dos partidos como um golpe sobre a democracia, todavia, poucos viram que o ocorrido, na verdade, era um golpe sobre outro. A dissolução da URSS dada por Yeltsin não tinha legitimidade nenhuma, pois passava sobre a vontade popular estabelecida no plebiscito de março.

Mas no que este processo de crise do socialismo soviético mudou no PCdoB se ele há muito tempo já via a restauração do capitalismo pelo que chamavam de “revisionismo”?

Mesmo que João Amazonas tenha afirmado em 1989, como demonstramos, que a “URSS era um país capitalista como outro qualquer”, por que preferiram apoiar o golpe revisionista de 1991?

As críticas ao revisionismo eram sempre no sentido de construção do próprio socialismo e, por mais que o PCdoB se distanciasse do socialismo existente na URSS, do ponto de vista da luta de classe era melhor viver com ele do que sem ele. E dentre as três forças políticas em jogo, os revisionistas do velho PCUS eram muito mais próximos do que o reformismo democrático de Gorbachev e o reformismo capitalista de Yeltsin. Agora, tudo o que o PCdoB queria era ver os velhos quadros revisionistas no poder da URSS.

A tentativa de golpe, em 19 de agosto, foi a expressão do inconformismo de setores do partido revisionista, do exército e do próprio governo a essa situação calamitosa. Gente que esteve envolvida com todas estas mudanças que vêm sendo realizadas desde o XX Congresso do PCUS mas que se alarmou com o caos criado, e tentou colocar um freio na guinada de Gorbachev rumo à direita escancarada de Yeltsin”.³⁷

Ficava muito clara a posição estratégica do PCdoB em relação a disputa de interesses internacionais. O apoio ao golpe foi um ato de coragem do partido perante o refluxo do socialismo deflagrado desde 1989, apoiar o golpe dos revisionistas significou tomar uma posição antiimperialista e anticapitalista, como bem demonstrou o articulista:

(...) a pretexto de salvaguardar a democracia, tomar como questão central a condenação do golpe, inevitavelmente resultaria em ser arrastado no leito da campanha imperialista em defesa de Gorbachev. E com os acontecimentos posteriores, não restam dúvidas sobre os frutos da vitória de Gorbachov-Ieltsin.³⁸

³⁷ LUTOSA, Rogério. Crise na URSS redefine forças políticas. IN: Princípios: Revista teórica, política e de informação, N 23, 1991-1992.p.20.

³⁸ LUTOSA, Rogério. “Crise na URSS redefine forças políticas”. In: Princípios – 23 – p.21: 1991,1992.

Esta posição do partido indica a necessidade de construção de um campo contra-hegemônico dentro de uma perspectiva de refluxo do socialismo. O PCdoB acaba se dando conta que a *Perestroika* era um processo muito mais complexo e determinante no contexto da Guerra Fria: era, na verdade, um avanço sem precedentes do mundo capitalista. Este elemento contribuiu para o partido compreender que as disputas dentro da própria esquerda poderiam ser fatais em determinados momentos, já que o que prevalecia era uma postura sectária e pouco interessada na busca de um objetivo comum. A política do PCdoB funcionou como um elástico tensionado de 1962 até 1991, negando toda e qualquer concessão aos princípios do modelo estalinista, até o ponto que tiveram de reconhecer que o revisionismo soviético era ainda uma forma de resistência ao capitalismo reinante.

Foram estas condições da conjuntura internacional que construíram a base do discurso do VIII Congresso do PCdoB, realizado de 3 a 8 de fevereiro de 1992 em Brasília. Dentro de muitos aspectos levantados pelo “Informe Político ao VIII Congresso”³⁹ o elemento teórico que mais chama a atenção é a crítica inédita que o partido realizou ao governo de Stalin.

Stalin, como o principal dirigente do PCUS e teórico marxista-leninista, tem responsabilidade no desastre sucedido com o socialismo na URSS.(...) , Stalin revelou também deficiências, cometeu erros, alguns graves, equivocou-se em questões importantes da luta de classes. Particularmente no fim da vida, exagerou seu papel de dirigente máximo. Caiu no subjetivismo e, de certo modo, no voluntarismo. Permitiu o culto à sua personalidade que conduziu à subestimação do Partido enquanto organização de vanguarda.

(...)concorreu para uma superposição do Partido ao Estado e de suas instituições.(...)Conduziu a repressão continuadas e possivelmente desnecessárias, com repercussão negativa na credibilidade do regime. (...) Deu menor importância ao outro aspecto, ao essencial, que é o da argumentação, política e teórica.”⁴⁰

³⁹ “Informe político ao VIII Congresso” In: Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro: documentos do PC do B de 1960 a 2000, 2000.

⁴⁰ Idem. p. 438, 439 e 440.

Tendo em vista a publicação dos documentos do PCdoB de 1960 até 2000, este foi o único momento dedicado para uma crítica e responsabilização dos “desvios” do socialismo de Stalin. Isso parece ser bastante significativo como um dos efeitos da crise internacional do socialismo para PCdoB. O fim do socialismo na Albânia já trazia indícios que indicavam para esta crítica e para uma explicação mais coerente da realidade. Ou seja, seria pouco operacional manter o discurso que predominou até a queda do socialismo albanês pois se o socialismo da Albânia era o representante do modelo proposto por Stalin, e se isto garantisse um antídoto razoável para a crise do socialismo, o socialismo teria se mantido de pé mesmo num pequeno e isolado país.

Este documento encerra, ao lado de todas as resoluções de congressos ocorridos em 1992 dos partidos de esquerda no Brasil, o ano das reformulações e da busca de se entender o que se passava com os principais referenciais e certezas teóricas até então dominantes. Esta crítica, mesmo que tenha sido parcial, configura dois elementos importantes para o partido: o primeiro é o fato que o PCdoB passou a ter uma perspectiva menos “apaixonada” por um modelo e passou a entender o processo histórico de forma mais aproximada da realidade, já que não é possível uma compreensão limitada de uma crise apenas pós Stalin, até porque erros e acertos na experiência socialista na URSS fazem parte de todo o processo histórico soviético. O que significa dizer que a história do socialismo soviético não pode ser vista como uma sucessão de várias histórias separadas, mas como uma linha contínua em que contribuíram em seus diferentes momentos, diferentes atores.

A afirmação de um líder e a veneração e culto à personalidade de Stalin teve sua continuidade aqui no Brasil através do PCdoB. O “modelo estalinista” para o PCdoB transitou entre o mito e a utopia. Como mito o partido buscou nele muitos elementos de sua organização e teorização e, como utopia; serviu como exemplo de sociedade para o futuro. Na medida em que o partido elaborou uma crítica a este modelo, acabou pondo em xeque os valores estabelecidos através destas identidades. Neste sentido, a crise do socialismo internacional acabou atingindo a raiz do pensamento pcedobista. O segundo elemento é que para fazer esta autocrítica o

partido não precisou abrir mão do projeto socialista de manter a perspectiva de hegemonia das classes subalternas e provavelmente tenha contribuído para uma ampliação dos referenciais teóricos do partido com a abertura de um período de maior coesão e tolerância a todos os grupos e partidos de esquerda que tenham um projeto de construção do socialismo.

Com o fim do socialismo no Leste Europeu, em especial na Albânia, o PCdoB perdeu o seu referencial internacional e buscou um reencontro com o modelo cubano e, mais tarde, o chinês. Estas identidades, na verdade, foram sendo construídas a partir da necessidade de criar um referencial contrário ao imperialismo norte-americano. O apoio ao golpe de 1991, na URSS, aponta o fio de continuidade da resistência contra-hegemônica exercida pela URSS e compreendida numa nova dimensão pelo PCdoB.

Como vimos, o PCdoB investiu todas as suas forças na reafirmação da ideologia comunista baseada principalmente no modelo estalinista de socialismo, mas buscou uma nova interpretação e passou a valorizar aspectos como a argumentação política e teórica como um valor essencial, numa crítica inédita ao “modelo estalinista”.

Na medida em que manteve uma organização relativamente maior e mais disciplinada que os outros partidos de esquerda, e ao mesmo tempo que não passou por processos de cisão que geralmente absorvem muito a vida dos partidos de esquerda. Pôde, assim, potencializar seus esforços nos movimentos sociais, inclusive se tornando uma das principais referências da esquerda no Brasil, como nos movimentos sociais de massa, principalmente o movimento estudantil, que na década de 1990 foi hegemônico pelo partido na UNE e em vários DCEs pelo Brasil, sem falarmos no movimento estudantil secundarista, assim como acabou aderindo a CUT no movimento sindical.

Se houve uma baixa significativa do PCdoB em termos de movimento sindical, em relação a década de 1970 e 1980, por outro lado, o PCdoB conseguiu articular uma camada social de classe média que se intelectualizava e buscava liderar

as principais manifestação contra o neoliberalismo no Brasil. O maior exemplo disso foram os movimentos pelo “Fora Collor”. O PCdoB foi um dos poucos setores da esquerda que fez uma crítica que ia além da questão da corrupção, criticando as políticas neoliberais implementadas por aquele governo. Isto não significa que o PCdoB tivesse obtido algum resultado em termos de evitar a nova ofensiva conservadora, mas mostrou um conteúdo programático e uma capacidade de se sustentar perante a crise muito maior que os outros partidos.

2 A ESQUERDA INDEPENDENTE

Os grupos da *esquerda independente* dos anos 30 eram caracterizados pelo rompimento com o modelo de socialismo existente na URSS. Muitos destes grupos eram herdeiros da tradição trotskista, mas não só. Estes partidos e grupos serviram muito mais como uma contra-referência ou alternativa aos partidos da *esquerda tradicional*, que já sofriam o desgaste da crítica da falta de democracia interna, do que ofereciam uma nova possibilidade à luta de classes. Era um discurso por demais internista, já que a URSS apresentava resultados bastante positivos em termos de desenvolvimento econômico, o que inviabilizava os argumentos dos não alinhados diante dos simpatizantes do socialismo. Somente com o declínio da URSS, a partir do final da década de 70, é que aqueles argumentos passaram a ter consistência e uma referência na realidade.

2.1 O caso do PT e o socialismo democrático

O Partido dos Trabalhadores foi um partido que nasceu no contexto das lutas sindicais, da democratização do país e do aprofundamento das críticas que levaram à crise internacional do socialismo. Como partido de *esquerda independente*, formulou uma perspectiva democrática de organização e de socialismo. Expressou heterogeneidade em suas bases teóricas e foi um dos partidos de esquerda responsável por imprimir um

alto grau de tensão na relação com o Estado e com as classes dominantes em toda a década de 80. Mas com a derrota de Lula em 1989, agravada pelo colapso do socialismo no Leste Europeu, acabou buscando o distensionamento da luta de classes na tentativa de conquistar o apoio das classes médias num projeto basicamente eleitoral e nacional. Com isso obteve um grande êxito eleitoral, vencendo várias eleições. Todavia, não obteve o mesmo sucesso no combate ao neoliberalismo implementado no decorrer do governo de Fernando Collor de Melo.

Desde sua formação o Partido dos Trabalhadores tem apresentado como uma forte característica a heterogeneidade teórica e social. Formado por intelectuais, religiosos e sindicalistas de várias matrizes teóricas, como o marxismo revolucionário, o trotskismo, a Teologia da Libertação e correntes obreiristas e empiristas ligadas ao movimento sindical, o PT preencheu o espaço deixado pela esquerda tradicional. O PT foi um partido que surgiu como alternativa aos PCs nos movimentos de democratização do país e, num ambiente econômico tensionado pela crise do petróleo da década de 1970, acompanha os movimentos sociais decorrentes e se

beneficia da expansão das indústrias de bens de consumo duráveis em algumas regiões do Brasil e o conseqüente aumento da classe operária.

O movimento estudantil teve uma importância significativa na formação do PT.

Organicamente, as inúmeras correntes do movimento estudantil contribuíram para o surgimento das muitas tendências internas do partido. As primeiras manifestações importantes do início da década de 1970, contra o regime militar, surgiram a partir da organização de pequenos grupos políticos estudantis. Estas primeiras manifestações eram inicialmente realizadas nos *campus* universitários, como por exemplo, as manifestações na Universidade Católica de São Paulo contra os diretores da Universidade e pela libertação de presos políticos. Os laços do PT com alguns setores da igreja católica e com as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) nasceram neste momento. As missas realizadas em memória dos mortos pela ditadura se tornaram grandes atos públicos em prol da democracia. Muitos militantes estudantis vinham de grupos ligados aos PCs e acabaram, mais tarde, enchendo as fileiras do novo partido, assim como os grupos trotskistas. Só a partir de 1977, que o movimento sindical

passou a ter um maior peso político contra a ditadura no Brasil, roubando a cena do M.E.

Com as greves de 1978, 1979 e 1980 no ABC paulista, surgiram as principais bases sociais do Partido dos Trabalhadores, da greve dos trabalhadores da Scania no dia 12 de maio de 1978, à greve geral de 13 abril 1979, e a moção “pela criação de um partido dos trabalhadores” aprovada no IX Congresso dos Trabalhadores Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, à 24 de janeiro de 1979, na cidade de Lins⁴¹, caracterizaram a forte identidade proletária de uma *esquerda independente* que passou a se aglutinar em torno destas lutas pela democratização do país e por projetos mais ambiciosos de tomada efetiva do poder. Estes grupos que não se identificavam com o modelo soviético existente, e muito menos com o modelo de partido estalinista, geraram a necessidade de um partido de esquerda independente dos PCs, culminando no Ato Nacional de Lançamento do Partido dos Trabalhadores à 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion em São Paulo/SP com 1.200 militantes e 18 estados representados.⁴²

⁴¹ “A Tese de Santo André-Lins”. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998:1999.

Estes movimentos garantiram ao PT uma base social fundamentalmente proletária, onde a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi um instrumento importante de organização de uma militância que mobilizava os operários no interior das fábricas e fazia das greves gerais momentos de grande movimentação e pressão sobre o Estado e as classes dominantes. Assim, o militante petista era na maioria das vezes sindicalizado e uma liderança proletária em potencial.

Um dos documentos mais significativos do partido e que representou as idéias das lideranças partidárias foi a revista "Teoria e Debate"⁴³. Ela nasceu no contexto das primeiras críticas ao socialismo burocrático do Leste Europeu e seu primeiro número, em dezembro de 1987, já incluía dois artigos anunciados na capa que pareciam prenunciar o eixo dos principais elementos acerca da crise do socialismo. Eram "As Palavras de Gorbachev" e "Para onde vão os sindicatos". O primeiro pode ser visto como uma espécie de manual para o militante petista entender o que era a *Perestroika* e a *Glasnost*; o segundo, um artigo de Aloizio Mercadante que propunha um sindicalismo autônomo, classista e de massas. A base da crise pela qual passaria o PT estaria justamente nestes dois pontos. A democratização do socialismo acabaria transformando os países do Leste Europeu em nações capitalistas, o que abalou profundamente os métodos socialistas do partido, e o movimento sindical, principal base social do partido, deixaria de ser classista e de massas.

As origens do PT, na verdade, só podem ser vistas no contexto das críticas que se aprofundaram com os primeiros sinais da crise internacional do socialismo nas décadas de 1970 e 1980. Estas críticas já representavam no Brasil o esgotamento dos modelos de socialismo do Leste Europeu. E mesmo tendo em vista que desde

⁴² "Manifesto de Lançamento" In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998:1999.

⁴³ TEORIA & DEBATE: Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores” - N 1 – São Paulo: 1987.

1930 já haviam grupos e partidos de esquerda independentes do PCB, é importante notar que a situação do socialismo internacional e, principalmente, da URSS, até pelo menos a década de 1970, era de expansão, o que reduzia a força destes movimentos que chamamos de *esquerda independente*. Mas na década de 1980 a situação soviética era outra: aprofundaram-se os problemas de ordem econômica e surgiam as primeiras críticas políticas de Gorbachev na URSS. O declínio do modelo soviético deu força para a *esquerda independente*, que teve sua expressão aqui no Brasil com a fundação do Partido dos Trabalhadores .

Neste sentido, na seção Memória de Teoria e Debate, encontramos uma entrevista com Plínio Mello realizada por pesquisadores do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (Cemap)⁴⁴. Nesta entrevista, Plínio Mello relata a sua trajetória nos movimentos socialistas/comunistas independentes do PCB, da Terceira Internacional Comunista e da esfera de influência da URSS, o que podemos concluir que o PT, segundo a história de vida do entrevistado, foi uma continuidade deste movimento que chamamos de *esquerda independente*, circunscrita pelo testemunho vivo de Plínio Mello.

Estas organizações tiveram seu início com a primeira grande divisão do movimento comunista internacional dada pela vitória de Stalin sobre Trotsky no governo da Rússia e o posterior exílio deste no México. Nem todas as organizações da *esquerda independente* foram de cunho trotskista, mas estiveram no contexto das críticas ao modelo de partido ligado ao PCUS, ao governo de Stalin e seus sucedâneos. No Brasil isto se refletiu na formação do Grupo Comunista Lenin (GCL), que em 1931 aderiu a Oposição Internacional de Esquerda, liderada por Leon Trotsky, passando mais tarde a ser a Liga Comunista do Brasil, integrada, inclusive, por alguns militantes que vinham do PCB de 1922, como João da Costa Pimenta e Rodolfo Coutinho e, ainda, por muitos outros que foram expulsos por não concordarem com a falta de democracia interna do PC brasileiro, como o próprio exemplo de Plínio Mello e Mário Pedrosa (fundadores do PT).

⁴⁴ KAREPOVS, Dainis. “Plínio Mello”. In: Teoria e Debate – 7 – p.30-35: 1989.

Durante os trabalhos da Assembléia Constituinte em 1934, foi formado o Partido Socialista Proletário do Brasil(PSPB), com base em vários deputados classistas. Teve um curto espaço de atuação e vida nestes trabalhos da Constituinte. No Estado Novo tivemos a atuação do Partido Operário Leninista (POL), de caráter trotskista e que, com a aproximação de dissidentes do PCB de 1937, como Hermírio Sacchetta e Alberto Moniz, criam em 1939 o Partido Socialista Revolucionário, resultando em 1947 no Partido Socialista Brasileiro, com muitos dos militantes que romperam com o trotskismo no início da década 1940. Todavia, foi um partido de intelectuais e com pouca inserção nos movimentos sociais.

Estas organizações, na maioria trotskistas, eram também ponto de referência para os críticos dos métodos do PCB e da Terceira Internacional (como deixa subentendido Plínio Mello). Contudo, apesar de serem independentes, sua história revela como muitos dos militantes de esquerda tiveram a sua genealogia originada no PCB.

Uma das grandes dificuldades destas organizações era conviver com um movimento comunista de tipo autoritário, porém, bem sucedido na aplicação de seu programa na URSS. Foi durante a década de 1930 que a URSS iniciou sua grande marcha na direção da industrialização, fato que propiciou que ela se tornasse a principal rival dos EUA. E de certa forma isto contribuiu muito para que a esquerda tradicional fosse a maior referência de esquerda no Brasil, pelo menos até o fim da década de 1970, quando esta situação passou a se reverter. Na medida em que a URSS passou a sentir os primeiros sinais de estagnação, a esquerda independente começou a se articular com mais eficácia. Exemplo disso foram os movimentos trotskistas na América Latina, que em função da ascensão das manifestações operárias no ABC paulista, logo se identificaram com elas e com outros grupos e organizações da esquerda independente responsáveis pela formação do PT. Um exemplo do projeto internacionalista/proletário e trotskista e seu interesse pelo que acontecia no ABC paulista é visto no documento publicado em 1979 no XI Congresso da IV Internacional na "Resolução sobre a América Latina":

No contexto desta recuperação e desta ascensão do movimento de massas(1977-78) pode-se detectar uma tendência: a

*iniciativa e o papel de vanguarda do proletariado na luta de classes, em relação ao conjunto das massas populares*⁴⁵

Este trecho ressalta a importância do movimento dos operários nas greves na América Latina nos anos 1977-78 e como os trotskistas atribuíam o papel central da organização do proletariado para a transformação socialista. Para estas tendências, o internacionalismo tinha um caráter basicamente proletário, apesar de nunca terem perdido de vista a importância dos movimentos indígenas e camponeses na América Latina.

Exemplo do interesse que os movimentos proletários do ABC paulista despertaram nos trotskistas foi o da Convergência Socialista, uma das tendências fundadoras do PT. Ela se originou no Chile e, inicialmente, com o golpe de Pinochet em 1973, seus militantes fugiram para a Argentina e entraram no Brasil em 1974. Com o nome de Liga Operária, dirigiram-se para o ABC paulista com a orientação de organizar o proletariado para a revolução, constituindo o grupo “Convergência Socialista” em 1978⁴⁶. O ABC paulista havia se tornado cenário não só da luta pela democratização no Brasil, mas de projetos mais ambiciosos em relação ao socialismo. Este processo também pode ser visto pelo deslocamento de militantes do movimento estudantil (que provavelmente era visto como estéril para a uma revolução), como alguns integrantes da Liberdade e Luta (Libelu), corrente trotskista do ME da Universidade Católica de São Paulo, para o movimento sindical. A maioria das organizações independentes de esquerda mantiveram a perspectiva de que o movimento operário do ABC era um campo propício para a formação de um partido de esquerda com traços diferenciados dos PCs.

Como vimos, no final da década de 1970 encontramos uma situação internacional para o socialismo totalmente diferenciada em comparação àquela vivida pelos movimentos da *esquerda independente* anteriores ao PT. O socialismo no Leste Europeu e, principalmente, a economia soviética, estavam entrando numa

⁴⁵ “XI Congresso da IV Internacional: Resolução para a América Latina”. In: O Marxismo na América Latina, 472: 1999.

⁴⁶ AZEVEDO, Ricardo. “Qual a tua Convergência?”. Entrevista realizada com o militante da tendência convergência socialista Valério Arcady. In: Teoria e Debate – 10 – p.58:1990.

profunda estagnação e na década de 1980 a *Perestroika* e a *Glasnost* apareciam para conter os problemas econômicos do país; ao contrário da prosperidade e crescimento econômico vividos na URSS até pelo menos o início da década de 1970. Neste sentido, mesmo o socialismo real sendo um regime autoritário e politicamente vulnerável, o PCB tinha bases e justificativas econômicas para defender aquele socialismo até 1970. Depois disso, apoiar o socialismo soviético passou a ser uma tarefa cada vez mais difícil. No momento da criação do PT a URSS vivia uma dupla deterioração política e econômica. Assim, desde seu aparecimento, o PT manteve um fio de continuidade com os movimentos de *esquerda independentes*, rompendo com o estalinismo e com os métodos do PCUS mantidos após a morte de Stalin e foi expressão e referência das críticas que se aprofundavam com a estagnação soviética aqui no Brasil.

Se as origens do PCB em 1922 são relacionadas com um movimento comunista em ascensão, as origens do PT fazem parte de um movimento comunista prática e teoricamente em xeque. A própria ausência da palavra comunismo ou socialismo no nome do partido assinala este processo. Mas é inegável o vínculo do PT com a matriz socialista e com o mito fundador da revolução de 1917. O instrumental teórico e a simbologia do partido indicam esta identidade, afinal a bandeira do PT é a mesma do Vietnã, acrescentando-se apenas a sigla no centro da estrela. O PT apresentava um caráter de classe muito bem definido, pois a defesa dos interesses das classes proletárias e subalternas era um elemento importante do programa partidário, e aí o nome do partido estava de acordo com as suas intenções. A expressão “dos Trabalhadores” representa o seu pertencimento a classe. Apesar da heterogeneidade do partido, o seu caráter proletário foi o elemento de identidade mais importante com o mito fundador da Revolução de 1917.

A questão do socialismo era definida a partir de um programa a ser construído pelo partido, tendo em vista a heterogeneidade característica de um partido formado por inúmeras tendências com programas variados e mais ou menos bem definidos. Todavia, uma regularidade pode ser apreendida: o

socialismo era visto como alternativa à dominação capitalista, o que implicava numa sociedade futura hegemônica pelas classes subalternas. O embaraço do PT estava mesmo nos métodos para chegar nesta sociedade.

Na segunda metade da década de 1980, ao mesmo tempo em que aconteciam os movimentos de massa pela democratização do país e das greves por melhorias salariais, a *Perestroika* e a *Glasnost* de Gorbachev acabaram provocando no PT profundos debates sobre o socialismo e a democracia, e os militantes do partido sentiram, com maior ou menor intensidade, diretamente os efeitos destas críticas. Estas críticas que também eram produzidas no interior do partido, demandavam a continuidade de um programa partidário distanciado das práticas dos PCs do Leste Europeu, mas ainda a perspectiva de renovação do socialismo era limitada a uma crítica que não transformava diretamente a vida orgânica do partido, já que este tinha o germe de uma organização democrática desde sua fundação.

Estas críticas se resumiam basicamente em três aspectos: a questão do partido único, a burocratização do Estado socialista e a falta de democracia. No caso do PT, esta discussão se refletiu nos debates como o do V Encontro Nacional do Partido⁴⁷, realizado em Brasília de 4 a 6 de dezembro de 1987, e foi também largamente documentado nas páginas da revista publicada pelo diretório regional do PT de São Paulo e que se tornaria, mais tarde, a revista nacional do PT, "Teoria & Debate".

No V Encontro Nacional do PT podemos verificar que a democracia era um elemento fundamental para o partido, mas ela estava agregada a um programa socialista maior, com muitos dos elementos que compunham um partido proletário e de esquerda, principalmente no que se refere a organização dos movimentos sociais. O discurso democrático ficava circunscrito a uma crítica que rompia com o modelo soviético. Na verdade, a democracia representada pelo direito de tendências, a proporcionalidade e as cotas femininas, formalmente constituídas, foi fruto de longo e disputado processo interno e que só se institucionalizou na década de 1990. Mas

⁴⁷ "V Encontro Nacional: Resolução". In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, Partido dos Trabalhadores: 1998.

esta disputa só foi possível porque as tendências e seus projetos já habitavam o PT desde a sua fundação.

A questão democrática funcionava como um elemento que propiciava a coesão de todas as suas tendências em torno do partido. Na medida em que o partido não tinha uma estrutura tradicional de esquerda em seu programa, na prática as tendências tinham organização própria, publicações e as suas posições teóricas eram defendidas abertamente. Este programa democrático acabou gerando a proporcionalidade nas direções do partido, o que garantia a participação das tendências nas direções partidárias proporcionalmente aos votos recebidos nas convenções. O centralismo democrático só foi utilizado no interior das tendências trotskistas, já que estas mantinham vínculos com a teoria leninista.

Na medida em que o programa de Gorbachev passou a ser colocado na URSS em 1985, o PT aprofundou suas críticas ao modelo soviético e muitos militantes passaram a defender estas reformas numa perspectiva de construção da imagem de um socialismo democrático e popular. A abrangência das críticas de Gorbachev chegaram a influenciar até mesmo lideranças trotskistas, como foi o caso do belga Ernest Mandel, filiado ao Secretariado Unificado(IV Internacional) e representado no Brasil pela tendência petista Democracia Socialista. Ele via na *Glasnost* uma possibilidade de auto-reforma do socialismo em seu livro "Além da Perestroika"⁴⁸, como a maioria dos petistas, que viam na *Perestroika* e na *Glasnost* um avanço para o socialismo e nunca um retrocesso, como a história veio a demonstrar. Mesmo aqueles que não se alinhavam com Gorbachev acreditavam que estas críticas ao socialismo eram fruto de suas contradições internas e que acabariam criando as condições, por outra via, a um socialismo democrático.

Com exceção das tendências trotskistas, a maioria das outras tendências, e o próprio PT, não tinha vínculos mais explícitos em relação a organizações internacionalistas. O partido preferia manter um tipo de internacionalismo solidário aos países agredidos pelo imperialismo norte-americano e a todos os

⁴⁸ COGGILA, Osvaldo. "Introdução": In: Trotsky como alternativa. MANDEL, Ernest.p.13:1995.

movimentos referentes às classes subalternas. Não tendo, assim, um internacionalismo com caráter especificamente proletário, mas democrático e antiimperialista.

Neste sentido, mesmo não tendo uma perspectiva programática que defendesse a tomada do poder internacional pelos proletários, assim como não sendo filiado a nenhuma organização internacionalista, o PT mantinha a centralidade do proletariado como perspectiva de transformação social a partir do tensionamento da luta de classes dentro do processo de industrialização na América Latina. Isto pode ser visto nos movimentos operários no ABC paulista e na própria criação do PT como partido proletário.

A única identidade internacional explícita do partido com a Europa, não era a um modelo existente de socialismo e sim a um movimento de oposição aos socialismos que predominavam lá, já que a defesa do sindicato Solidariedade na Polônia era mais consensual no interior do partido do que a defesa das próprias políticas de Gorbachev. Em relação a necessidade de uma identidade internacional com um modelo existente de socialismo, o PT preferiu um modelo latino-americano. A Nicarágua tinha os principais atributos de um socialismo próximo do que a maioria dos petistas pensavam como sendo um modelo de socialismo democrático. A formação social dos sandinistas era muito parecida com a do PT, como por exemplo, uma militância oriunda dos movimentos da esquerda católica. A Resolução do V Encontro explicita a identidade internacional do partido e os motivos dela:

O fato de que na Nicarágua, a partir do programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), apesar do cerco imperialista e da oposição militar dos contras, existia liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas, indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia. Longe de a democracia ser uma concessão, ela é parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização⁴⁹.

Talvez seja revelador o fato que a Nicarágua tenha priorizado muito mais as transformações na estrutura política, democratizando-a, do que mudando as estruturas econômicas, já que não chegou a estatização nos moldes do modelo soviético.

A resolução do V Encontro do PT pode ser vista como um verdadeiro manifesto contra o modelo de socialismo do Leste Europeu, ao mesmo tempo em que tornava referência os movimentos populares de oposição àqueles regimes, como o sindicato Solidariedade:

A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas conseqüências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o PT tem apoiado⁵⁰.

No momento que o socialismo do Leste Europeu ainda vivia "um certo impasse", o PT seguia a sua tradição sindicalista apoiando o Solidariedade polonês, e não via a heterogeneidade interna do sindicato que era controlado muito mais por adversários do socialismo do que por defensores dele. De qualquer forma, seria muito difícil um partido de esquerda e de massas, como o PT, imaginar que um sindicato de trabalhadores poderia ser responsável pelo fim do socialismo em algum momento da história (com exceção do PCdoB). A problemática para o PT fica inscrita no fato de que, se a identidade mais próxima de socialismo era a Nicarágua, e ele mantinha tantas críticas aos regimes do Leste Europeu, por que o colapso destes gerou problemas para o partido?

Para buscar uma explicação coerente para esta pergunta é necessário o entendimento que a *Perestroika* e a *Glasnost* operam inicialmente apenas no campo das idéias, e que a crise do socialismo efetivamente teve o seu cume com os

⁴⁹ “V Encontro Nacional: Resolução”. In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, Partido dos Trabalhadores, p.316: 1998.

acontecimentos iniciados em 1989, e foram eles que geraram a crise internacional do socialismo. Com estes acontecimentos o PT passou a problematizar não só a questão democrática, que já fazia parte de seu programa, mas muitos dos paradigmas utilizados nos partidos de esquerda até então, principalmente, a questão da centralidade da classe proletária na luta pelo socialismo. Este paradigma foi posto em xeque a partir dos acontecimentos internacionais de 1989, principalmente os da China e da Alemanha Oriental, mas também com o impacto de dois acontecimentos na América Latina, desencadeadores e determinantes para a crise do socialismo no interior do PT.

A derrota eleitoral de Lula em 1989, seguida pela derrota de Daniel Ortega, na Nicarágua, contribuíram para inúmeras reformulações de estratégias para o PT. O movimento sandinista acabou entregando as armas e levou alguns esquerdistas, como refere Michel Löwy, a "encerrarem o período aberto pela Revolução Cubana" e iniciarem a era do "consenso democrático"⁵¹ ou, ainda, como sugeriu o mexicano Jorge Castañeda, nascia uma esquerda desarmada que lutava unicamente no contexto da democracia capitalista em "A utopia desarmada(1993)"⁵². A derrota dos sandinistas tinha abalado uma construção de socialismo baseado no desenvolvimento social específico da América Latina, ao mesmo tempo que levantava sérias dúvidas acerca do método revolucionário como forma de alcançar o socialismo. Para o PT a derrota de Lula contribuiu para a construção de um programa que ia muito na direção do "consenso democrático", o que significou a descentralização das classes proletárias e um programa menos tensionado pela luta de classes e que buscou nas eleições o principal meio para a transformação social.

Se as convicções acerca de um "consenso democrático" foram abaladas em 1994 com o aparecimento do movimento zapatista, seria inadequada a caracterização de uma continuidade do PT com a fase da Revolução Cubana pós 1989, como fica entendido na obra de Löwy.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ LÖWY, Michael. "O Marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais". São Paulo: Fundação Perseu Abramo:2000.

Sendo assim, a crise internacional do socialismo tem seus antecedentes com a estagnação econômica vivida pela URSS a partir da década de 1970, aprofundando-se com a tentativa de reformas da *Perestroika* e a *Glasnost*, e assumindo o seu caráter de crise em 1989. Com isso, o PT absorveu estas críticas acerca da democracia, mas só mudou os seus métodos a partir da derrota de Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989 e do colapso definitivo do socialismo na URSS.

2.1.1 Os acontecimentos de 1989 e seus efeitos no PT

Como demonstramos alhures, o PT negligenciou o fim do socialismo em vários países do Leste Europeu em 1989 para se fixar, principalmente, nos acontecimentos na China e na Alemanha Oriental. Construíram um discurso que parecia ir numa direção muito clara: a democratização do socialismo era para a maioria dos petistas necessária para o aperfeiçoamento do próprio socialismo. As análises dos acontecimentos de 1989 eram realizadas num furor incessante na busca de uma explicação capaz de conter a própria decadência daqueles que a faziam. As leituras do que acontecia variavam entre leituras otimistas e pessimistas, prevalecendo uma idéia que o socialismo avançava: “Hoje se poderia dizer que a “comuna” de Pequim é o túmulo do velho comunismo burocrático e o berço do socialismo ou comunismo democrático”⁵³

Mas já apareciam sinais de que as manifestações pela democratização do socialismo e a repressão a estes movimentos despertavam um certo desconforto, e alguns acabaram prevendo que o que estava acontecendo poderia gerar efeitos negativos sobre a base militante do partido no Brasil: “os acontecimentos da China derramaram um mar de desesperanças no mundo militante, em particular na juventude”⁵⁴.

No editorial de Teoria e Debate(7) os acontecimentos da China apenas confirmavam e davam continuidade as interpretações e análise que o partido vinha fazendo até então. Este primeiro grande acontecimento de 1989 contribuiu para que o

⁵² CASTAÑEDA, Jorge G. “Utopia Desarmada” São Paulo, Companhia das Letras:1994.

⁵³ ANDRADE, Marília de. “A Comuna de Pequim”. In: Teoria e Debate – 7 – p. 41:1989.

⁵⁴ ARBIX, Glauco. “O Crepúsculo das Burocracias”. In: Teoria e Debate – 8 – p.14:1989.

PT referendasse uma posição contrária aos modelos do socialismo real, mas não contra o socialismo em si.

(...) Com efeito, o que a situação chinesa deixa demonstrado não é a morte do comunismo, mas a falência dos modelos burocráticos que têm usurpado o poder nos países socialistas, contra as aspirações das massas. Não é sem razão que, em seu último Encontro Nacional, o Partido dos Trabalhadores rompeu relações com o Partido Comunista chinês.(...) Enquanto a imprensa burguesa procura qualificar o governo chinês como a personificação do comunismo, ou do socialismo, e procura fazer do movimento de massas daquele país o sintoma de um desejo de volta ao capitalismo, as evidências que se apresentam são outras: o governo chinês deve ser derrotado para que o socialismo possa avançar – este o real desejo das massas.⁵⁵

O fato do PT se colocar diretamente contra o regime socialista na China, em função das manifestações na praça da Paz Celestial, inicia um processo mais enfático às posições contrárias a todos os regimes socialistas burocráticos. A perspectiva que o socialismo avançava colocava o partido ao lado dos críticos do socialismo real. Esta posição, todavia, era tranqüila, pois nenhum partido de esquerda no Brasil ousou defender o Partido Comunista chinês. De certa forma esta posição contribuiu para um fortalecimento dos críticos dos regimes socialistas existentes na China e no Leste Europeu, dando consistência à *Perestroika* de Gorbachev no interior do partido.

Mesmo tendo em vista as profundas transformações ocorridas em 1989, o PT estava demasiado preocupado com o processo eleitoral onde o partido vinha crescendo e a possibilidade que o candidato Lula pudesse vencer as eleições presidenciais na passagem para o segundo turno, não propiciaram naquele ano uma crise generalizada, pelo menos até a derrota para Collor em dezembro daquele ano.

O PT vinha de um acúmulo muito grande em termos de base social, já que a campanha presidencial do partido foi caracterizada por uma militância muito

⁵⁵ Teoria e Debate – 7 – p.1:1989.

disciplinada e aguerrida, capaz de organizar inúmeros comícios com milhares de pessoas. Estes militantes eram provenientes principalmente das lutas sindicais, mas também de outras áreas sociais como movimentos comunitários, estudantis, ecológicos, feministas e etc.

As manifestações na praça da Paz Celestial foram apenas um anúncio do que viria pela frente, mas foi a queda do Muro de Berlim que acabou pegando o partido em plena campanha eleitoral. Apesar disso, não chegou a afetar imediatamente o partido, já que mesmo com todos estes fatos o partido passou para o segundo turno numa polarização inédita para a história do Brasil entre direita e esquerda. É claro que mesmo no primeiro turno das eleições, partidos como o Partido Liberal usaram a queda do Muro contra o PT, mas foi no segundo turno que o candidato Fernando Collor(PRN) se utilizou largamente do discurso da “modernidade” contra os projetos derrotados da esquerda internacional.

Na verdade foi a própria derrota de Lula, liderança oriunda das greves do ABC paulista, que acabou por ser a centelha geradora das reformulações que marcaram as mudanças internas do PT. Ou seja, a derrota de Lula parecia entrar para o rol de todas as derrotas da esquerda internacional, e a derrota de Ortega na Nicarágua, alguns meses depois, apenas encerrou esta onda geral de fracassos da esquerda (independente) latino-americana. A derrota de Lula trouxe a crise do socialismo para o Brasil, e alguns aspectos referentes ao socialismo e métodos para alcançá-lo começaram a ser questionados. O PT tinha desde muito incluído a questão democrática em seu programa, por isso tinha que reformular outros elementos de seu projeto socialista: o paradigma da centralidade do proletariado foi o eixo desta mudança.

A publicação da revista Teoria & Debate do final de 1989 “Socialismo Real: O que Desfazer?” foi a principal representação das preocupações petistas em relação a crise do socialismo no Leste Europeu com uma eventual crise internacional do socialismo. Em seu editorial a revista comemorava a circulação de 15.000

exemplares em todo o Brasil. A abrangência da distribuição da revista denota a importância do periódico como referência dos principais debates sobre a crise do socialismo no interior do partido mas, também, era a publicação que circularia durante todo o processo eleitoral, incluindo o primeiro e o segundo turno das eleições presidenciais daquele ano. Isto justifica, em parte, o tom otimista acerca do futuro do socialismo nesta edição.

Esta edição do último trimestre de 1989 não incluía, obviamente, os acontecimentos de Berlim, mas deixava claro que os fatos do primeiro semestre daquele ano anunciavam o que se chama de “crise internacional do socialismo”. Os acontecimentos da China e as greves que eclodiam na URSS já caracterizavam o estado de crise eminente do socialismo.

Como para a maioria dos militantes do PT, para Jacob Gorenender a crise do socialismo, em 1989, significava apenas a crise do partido único e do planejamento econômico de tipo burocrático. Acreditava que a propriedade na URSS iria se manter social, e que a *Perestroika* era apenas uma reforma de ampliação dos mercados e de democratização, num regime que permaneceria socialista.

Neste mercado, os agentes fundamentais serão agentes sociais, ou seja, empresas de propriedade social como fábricas, fazendas agrícolas e cooperativas de indivíduos, que voluntariamente se reúnem para oferecer serviços à população(...) A Propriedade social não será afetada. Pelo menos, esta é a intenção declarada. E não se pretende admitir a contratação privada do trabalho assalariado na URSS, o que já vem ocorrendo na Hungria e na Polônia.

O que está em crise é o modelo vigente há tantos anos de partido único fundido como Estado dirigente⁵⁶.

Gorenender avaliou naquele momento uma transformação positiva para o mundo socialista, e pensava que:

Está caindo por terra o famoso paradoxo de Norberto Bobbio, segundo o qual nenhum país democrático chegaria ao socialismo e

⁵⁶ GORENDER, Jacob. “Crise mortal ou reconstrução”. In: Teoria e Debate – 7 – p.10:1989.

*nenhum país socialista chegaria a democracia. Assistimos à chegada de países socialistas à democracia*⁵⁷.

Esta análise de Gorender demonstra que os vínculos com o socialismo estavam mantidos e que a crítica ao modelo soviético estava resultando na prática: o socialismo estava sendo aperfeiçoado. Ainda em 1989, mesmo com toda a crise instituída no mundo socialista, as perspectivas no Brasil eram que o processo eleitoral garantia possibilidades positivas para um projeto das classes subalternas numa perspectiva em que a vitória de Lula iria criar as condições para a implementação do socialismo no Brasil “O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa(...), são as reivindicações dos trabalhadores(...)”⁵⁸. Esta visão cruzava os discursos no período e davam margem para interpretações marcadamente ilusórias do que ocorria de fato no Leste Europeu. O exemplo é que mesmo tendo em vista o retrocesso polonês e húngaro, o autor parecia não querer ver os sinais que o socialismo estava se exaurindo. Esta leitura não era vinculada apenas ao fato do PT ser um partido independente, mas também porque a Resolução de 1989 apontava que o socialismo democrático poderia ser implementado gradativamente por uma eventual vitória do candidato petista.

Nesta mesma publicação, Daniel Araújo faz uma análise significativa contestando o que seria a natureza de várias revoluções, como as revoluções Russa, Cubana e Chinesa, apontando estas revoluções como revoluções de caráter subalterno e de conquistas imediatas e, na maioria das vezes, calcadas na questão nacional, e não socialista. Araújo procurou demonstrar que estas revoluções só foram socialistas porque os seus líderes assim o quiseram, e não pela vontade das massas. O levantamento dos movimentos revolucionários como inicialmente nacionalistas, trazia à baila o nacionalismo como forma de coesão social e, no fundo, horizonte para o PT.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ “VI Encontro Nacional - 1989” In: Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998, Partido dos Trabalhadores, p.384: 1998.

Para seguir este programa democrático, o partido devia romper ou pelo menos colocar em dúvida qualquer vínculo internacional com tipos de socialismo autoritário. Neste momento o PT passou por um processo de redefinição de seus referenciais internacionais e por mais que alguns militantes defendessem Cuba, este regime permaneceu suspenso por sua identidade marxista/leninista que o ligava em demasia com os regimes burocráticos do Leste Europeu e com a China. Daniel Araújo sintetizou esta preocupação:

(...) Fidel Castro, que, em recente discurso, sugeriu em termos apocalípticos a desagregação do sistema socialista mundial, garantindo a respeito a fidelidade dos cubanos (que não foram consultados a respeito, nem têm liberdade para se manifestar sobre o assunto) ao marxismo-leninismo⁵⁹.

As reformas econômicas capitalistas que estavam acontecendo no mundo socialista pareciam não importar, tendo em vista a democratização dos regimes no Leste Europeu. E não se tratava de uma democracia participativa: as reformas eram no contexto da democracia representativa, a mesma democracia burguesa que os movimentos de esquerda sempre criticaram pela sua pouca capacidade de transformação efetiva da sociedade. Em alguns setores do PT a idéia de democracia passou a ser mais importante que a de socialismo. Tanto que a desagregação do socialismo não interessava tanto quanto o aparecimento da democracia. E até mesmo Cuba passou a ser alvo de ataques de alguns militantes do PT, como alguns abaixo-assinados que circularam no interior do partido exigindo eleições naquele país. Entretanto, não se vê uma definição muito clara do conceito de democracia.

O ano de 1990 passou a ser decisivo para a análise destes processos. A crise do socialismo aprofundada com os acontecimentos de 1989 colocou o PT numa verdadeira encruzilhada entre as manifestação de massa no Leste Europeu que não exigiam apenas a democratização do socialismo, como deixava claro João Machado:

⁵⁹ FILHO, Daniel Araújo Reis. Um mundo de ponta cabeça. In: Teoria e Debate, número 8 , 1989, p.4

Passamos a ter uma atitude que mistura a alegria pela retomada das lutas de massa e do processo de democratização com a preocupação e com a compreensão de que o processo será muito complicado. De imediato, principalmente depois da derrota eleitoral dos sandinistas na Nicarágua, fica claro que os socialistas estão numa posição defensiva.

No momento, em grande parte do Leste Europeu, os partidos que representavam as burocracias se tornaram minoritários e as forças revolucionárias, com a perspectiva de aprofundar o socialismo, são ainda mais minoritárias.

(...) Nada disso significa que as coisas estejam decididas em favor de uma ampla restauração capitalista⁶⁰.

O impasse dos militantes petistas era justamente até que pondo estas manifestações e ações das velhas lideranças comunistas iriam transformar os regimes em democracias socialistas ou em países capitalistas, e o que seria um avanço democrático poderia acabar em retrocesso capitalista. A democratização dos regimes do Leste Europeu estava colocando em risco o socialismo. Um dos relatos mais significativos do processo de crise do socialismo foi feita por Frei Beto, que estava na Alemanha Oriental, acompanhou os acontecimentos e relatou o que viu em Teoria & Debate no artigo “O fim do que foi o princípio”:

O caso da RDA difere dos demais países socialistas por abrir um precedente histórico: é a primeira vez que um país socialista retorna à economia de mercado.

(...)Hoje, a palavra socialismo entrou para o índice dos alemães orientais, a ponto de não se admitir que seja pronunciada em público (sob risco de ser vaiada ou ridicularizada) (...)⁶¹

Esta perspectiva de transformação e tomada de consciência dos acontecimentos acabou sendo a raiz de todos os problemas da esquerda independente brasileira, pois o que estava ocorrendo não era um avanço, mas um retrocesso. E isto gerou uma profunda crise de valores nos militantes petistas. Mas como o PT havia surgido dentro do processo de crise do socialismo e era expressão dela, a maioria dos

⁶⁰ MACHADO, João. “Pela tradição Marxista”. In: Teoria e Debate – 10 – p17 : 1990.

⁶¹ BETO, Frei. “O fim do que foi o princípio” In: Teoria e Debate – 10 – p.11:1990.

petistas acreditava que era a falta de democracia o problema da URSS, e não a sua implementação como estava acontecendo.

Para o PT era mais coerente dar continuidade ao seu discurso democrático, mesmo que isso resultasse em apoiar o fim do socialismo no Leste Europeu, do que colocar em risco a sua imagem democrática. O PT estava mais interessado em adjetivar o socialismo do que a democracia. Mas este papel desempenhado pelo partido tinha um outro interesse, pois mudanças de táticas políticas estavam começando a operar de forma intensa no partido, o que levou o PT a assumir uma posição negligente em relação ao futuro do socialismo.

Em 1990 Gorender, após tomar consciência do que realmente acontecia, afirmava justamente isso: a crise do socialismo era a pior de todas as crises, porque colocava em causa a construção do projeto socialista.⁶² Na medida em que o socialismo ia caindo no Leste Europeu, os militantes e intelectuais do PT passaram a se dar conta que, mesmo com todos os defeitos do socialismo soviético, o que estava entrando em colapso não era apenas um modelo burocrático de socialismo, mas o maior símbolo de resistência ao capitalismo mundial. Era isto que destruía com muitas convicções acerca do futuro do socialismo. O que significa dizer que a próxima sociedade socialista teria de ser erguida sobre valores totalmente diferentes daqueles que vigoraram até 1989. Estes novos valores não eram só de uma sociedade socialista democrática, isso já parecia ser um consenso; o que estava arruinado, ou se arruinando, era um conjunto de práticas baseadas no tensionamento entre as classes sociais.

2.1.2 O VII Encontro Nacional e o I Congresso do PT

O primeiro semestre de 1990 foi de análise e perplexidade para os petistas, e se encerrou com o VII Encontro Nacional de 31 de maio a 3 de junho em São Paulo. Foi o início de um processo de reformulações teóricas e práticas através da construção de uma visão de socialismo a partir da resolução acerca do “socialismo

petista”. Este primeiro semestre de 1990 foi o momento que o partido acabou tomando consciência sobre o processo de restauração capitalista no Leste Europeu. Entretanto, o PT acabou realizando de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991 o seu I Congresso, que tinha como principal objetivo a elaboração de uma estratégia para alcançar o socialismo. Porém, 1991 foi o ano que o socialismo entrou em colapso definitivo na URSS e isso foi determinante na resolução deste Congresso. É neste momento que setores do partido passaram a questionar com mais eficácia o paradigma da centralidade do proletariado, buscando no discurso nacionalista os principais elementos de coesão para um movimento de oposição aos projetos neoliberais.

Numa análise geral dos artigos de Teoria e Debate e dos documentos do PT, não se vê negação direta à idéia de socialismo, ao contrário, o PT buscou uma formulação definitiva para o seu socialismo, indicando os caminhos a serem trilhados para alcançá-lo, como demonstra em seu VII Encontro Nacional (1990), numa tentativa de explicitar um caráter democrático do socialismo do PT:

Na raiz do nosso projeto partidário está, justamente, a ambição de fazer do Brasil uma democracia digna desse nome. Porque a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada.⁶³

Mesmo a democracia sendo “meio e fim” muitos aspectos ficavam subentendidos, já que o único elemento verdadeiramente consensual era a questão da idéia de um futuro socialista, ou seja, de como o socialismo deveria ser. Liberdade de expressão e pluripartidarismo não pareciam ser o problema para uma eventual sociedade socialista. Já a questão do método para alcançar esta sociedade futura se apresentava de forma mais complexa, pois também implicava em saber que tipo de democracia alcançaria o socialismo, mas para isso era necessário adjetivar a democracia. Fazendo isso, o PT criaria um nó incapaz de ser desatado. Por isso, o que ficava nas entrelinhas garantia um certo consenso entre as tendências internas:

⁶² FREIRE, Alípio e VENCESLAU, Paulo de Tarso. Entrevista com Jacob Gorender. In: Teoria e Debate – número 11 – 1990, p.20-36.

uma democracia do tipo *soviets* para uns, ou uma democracia representativa e parlamentar para outros. Esta questão parece ser a mais importante de todas, principalmente por não ficar explícita. Só uma análise mais profunda pode verificar, principalmente dentro das tendências trotskistas e marxistas revolucionárias, que a formulação desta Resolução ainda deixava brechas para um tipo de democracia que havia sido a principal via para a Revolução Russa. Era o governo paralelo dos soviets em forma de democracia direta, como havia formulado Trotsky⁶⁴. Mas o conceito não podia ser explicitado por falta de consenso. Era o “não dito” da democracia petista. Só desta forma a democracia podia ser vista para *todos* os petistas como “meio e fim”.

No intervalo entre o VII Encontro Nacional e o I Congresso(1991) do Partido houve um aprofundamento significativo das discussões sobre a questão da estratégia para alcançar o socialismo, assim como a apresentação de várias teses de preparação para o I Congresso e publicadas em Teoria e Debate. Até então, o PT vinha numa posição defensiva e, por isso, o I Congresso deveria definir os caminhos para alcançar o socialismo.

O elemento democrático do socialismo do PT foi mais uma vez posto como o centro dos debates nas teses para o I Congresso, mas uma das teses representou de forma sintética o que dominava e o que dominaria no discurso petista. Era a chamada “estratégia de pinça” elaborada pela tendência trotskista Democracia Socialista:

*A estratégia central deve basear-se na noção de que a ruptura com a ordem burguesa será resultado de um movimento articulado, em pinça, dos trabalhadores sobre o centro do poder burguês isto é pela combinação do avanço sobre a institucionalidade com a criação do poder popular*⁶⁵.

Esta estratégia onde um braço da pinça era o movimento dos trabalhadores e o outro a luta institucional, acabou endossando o momento em que o PT passou a se

⁶³ “VI Encontro Nacional- 1990”. Resoluções de Encontros e Congressos(1979-1998) do Partido dos Trabalhadores, p.422: 1998.

⁶⁴ TROTSKY, Leon. “A História da Revolução Russa: Terceiro Volume – O Triunfo dos Soviets”: 1980.

⁶⁵ GUIMARÃES, Juarez. “A Estratégia de Pinça”. In: Teoria e Debate – 12 – p.32: 1990

organizar basicamente sobre o segundo, ou seja, as suas principais energias e interesses passaram a ser a luta pela conquista do parlamento e do poder de Estado.

Neste trecho, o artifício do “poder popular” indica a idéia velada de democracia direta, e não uma vontade explícita na inflexão puramente parlamentar, mas o próprio autor já identificava esta virada na direção da institucionalidade na prática do partido. Fica muito mais claro esta perspectiva na tese da tendência Nova Esquerda.

Praticamente todas as teorias estratégicas da esquerda, de Lenin a Mao, de Guevara à esquerda brasileira, reduziram a estratégia a um jogo entre dois sujeitos cujo resultado é zero. Isto é, no jogo estratégico entre os dois sujeitos (burguesia/proletariado, revolução/contra-revolução), o que um ganha o outro perde. (...) a luta por reformas radicais em todas as esferas e a luta dos movimentos sociais para conquistar posições e instituição de direitos, apresenta-se hoje como o âmago de qualquer tentativa lúcida para transformar a nossa sociedade e elevá-la a um nível de civilidade minimamente condizente com aquilo que há de mais universal, democrático e livre em nossa contemporaneidade⁶⁶

Esta passagem aponta para a necessidade de romper com a estratégia da luta de classes que era o elemento fundamental para o tensionamento do partido na sociedade, para reduzir a um projeto mínimo de sociedade, dentro dos parâmetros da dominação capitalista. Era o anúncio do fim da centralidade do proletário como estratégia. Salta aos olhos, independentemente do fim da perspectiva de um socialismo proletário, o fato que foi justamente o proletariado a classe no Brasil que mais perdeu com a derrota do socialismo internacional. Com esta inflexão, o PT contribuiu para que a direita conseguisse implementar mais facilmente um programa que visava desarticular o movimento operário no Brasil e, dentro dele, o próprio PT como partido de massas.

A questão não foi um programa que tendia para uma ampliação das bases sociais para a conquista da hegemonia, como afirma o proponente deste debate, mas a inflexão na direção de outros setores da sociedade e um verdadeiro abandono de um programa baseado no tensionamento da luta de classes.

⁶⁶ FORNAZIERI. Aldo. “Limites da Estratégia”. In Teoria e Debate – 13 – p.38: 1990.

Por parte da direita, este processo foi articulado e mais premeditado do que se possa imaginar. Fernando Collor de Melo (1990-92) e as classes dominantes brasileiras implementaram as primeiras reformas neoliberais no país se aproveitando da situação internacional e nacional. Este modelo consistia basicamente na abertura dos mercados brasileiros com a diminuição das tarifas de importação, além das primeiras privatizações. O seu principal objetivo, com isso, era provocar o crescimento das taxas de desemprego, principalmente nos setores onde a classe operária eram mais atuantes e causavam mais constrangimentos. A idéia bem sucedida deste projeto era quebrar as bases dos sindicatos e com isso reduzir a capacidade de pressão das lutas proletárias e das classes subalternas como um todo.

Paralelamente a isso, o PT passou a formular a sua nova tática numa possível vitória eleitoral como forma de barrar o avanço do neoliberalismo no Brasil. Para isso era necessário abandonar determinadas práticas baseadas na organização dos trabalhadores, muito mais que ampliar suas bases eleitorais. Gerando um afastamento do radicalismo proletário e grevista, característicos dos anos 1970 e 1980. César Benjamim, em artigo intitulado “Reforma e Revolução”, demonstrou a força deste novo projeto:

Daí a importância de um programa de reformas democráticas que atinja todas as áreas(...) Ele nos dará um perfil coerente e firme e, ao mesmo tempo, viabilizará o exercício de uma política de alianças ativa e não casuística. Ajudará, desta forma, a interromper o processo de cooptação política e radicalização sindical do PT, que nos retira o potencial hegemônico e nos leva ao pior dos mundos⁶⁷

O entendimento que as reformas eram necessárias como um passo importante para o socialismo vinha sendo construída desde o início da formação do PT. A luta parlamentar era um dos caminhos do partido para conquistar benefícios sociais para os trabalhadores. A questão posta a partir do I Congresso por algumas tendências, ia

⁶⁷ BENJAMIM, César. “Reformas e Revolução”. In: Teoria e Debate – 15 – p.50: 1991.

muito além disso, tinha o caráter de passivizar os conflitos e as lutas sindicais, para a partir disso construir uma “hegemonia” muito além do proletariado.

Este discurso tinha em si os reflexos da crise das idéias socialistas que por sua vez passaram a atuar diretamente na prática social dos militantes petistas. Uma perspectiva de “renovação”, de busca do “novo” e de rompimento com as “velhas” práticas geraram um posicionamento passivo dos militantes mais radicalizados frente a realidade. E, justamente quando o projeto neoliberal estava se implementando no Brasil, setores do sindicalismo passavam por um processo de imobilismo de sua políticas, reduzindo as tensões geradas pelas greves. Seria interessante um estudo que demonstrasse como a palavra “greve” passou a ser substituída nas assembleias de categorias por “paralisação” e como as greves foram diminuindo no setor privado e as graves gerais saindo lentamente da pauta do movimento sindical durante toda a década de 1990. Desta forma, a principal base do PT entrou num dos maiores refluxos de sua história. Interessante que muitos sindicatos estavam aderindo, em 1991, às Câmaras Setoriais do governo Collor e justamente as que “obtiveram melhor desempenho foram a automobilística e a de brinquedos que contaram com a colaboração ativa dos representantes dos sindicatos.”⁶⁸. As Câmaras Setoriais foram instrumentos de negociação onde os sindicatos conquistaram aumentos salariais significativos para estes trabalhadores, mas não impediram a redução da categoria pelo desemprego. Com a diminuição da pressão daquele que era o mais organizado e combativo movimento sindical do Brasil (os metalúrgicos do ABC paulista), pelo desemprego, o sindicalismo passou por um processo de refluxo sem precedentes a partir de 1992.

Mas não foi apenas uma reflexão acerca das práticas sindicais que caracterizou este processo no interior do PT. Algumas tendências internas geravam uma polarização “perigosa” para as mudanças de rumo que deveriam acontecer no partido. Neste sentido iniciou-se um debate para o I Congresso do PT que ia na direção de “excluir do partido as tendências que não se enquadravam nas normas partidárias”.

⁶⁸ CARDOSO, Regina Luna Santos. “A política industrial no Governo Collor, 1990-1992”p. 13.

A tentativa de expulsar a tendência “Convergência Socialista” não só assinala uma mudança de ordem organizacional como caracteriza a ruptura com uma tendência colocada à esquerda do partido. O I Congresso do PT realizado em São Bernardo do Campo foi totalmente tensionado pela questão da regulamentação das tendências, como demonstra a avaliação de Augusto de Franco, membro da Executiva Nacional no artigo “Quebra-cabeças de três peças”:

O I Congresso discutiu uma nova regulamentação do direito de tendência não por causa da Convergência, uma vez que a velha regulamentação dava conta de “enquadrar” esta tendência e no limite, até mesmo concedia poderes ao Diretório Nacional para excluir do partido seus integrantes.

A questão das tendências foi rediscutida justamente porque aquelas que então compunham 80% das direções (Articulação, Vertente Socialista, Democracia Socialista, Nova Esquerda, Força Socialista e o Movimento por uma Tendência Marxista) é que impunham (e em certa medida ainda impõem, embora algumas delas estejam em processo de dissolução como a VS e NE) uma velha dinâmica fracional à vida partidária, e não as minoritárias frações explícitas (como CS e o Trabalho). “O inimigo é a Convergência” constitui-se como um argumento do tipo “o culpado é o judeu”(…) ⁶⁹.

Parece que a *intenção* de expulsar a Convergência Socialista foi muito mais por questões táticas do que por uma falta de adaptação desta tendência a estrutura partidária. Mesmo sendo uma tendência minoritária, ela era uma expressão do internacionalismo proletário dentro do PT. Uma ruptura com o “esquerdismo” desta tendência abriria uma perspectiva maior em termos de base eleitoral, segundo Apolônio de Carvalho:

Há ainda milhares de associações de pequenos e médios empresários temerosos de uma esquerdização do país(...) Os que deram seu voto a Collor não o fizeram porque nele depositavam suas esperanças, mas por temor ao outro candidato. (...) As correntes de esquerda dificultam ainda o avanço para a política de frentes, inclusive no tocante às alianças fundamentais ⁷⁰

⁶⁹ FRANCO, Augusto. “Quebra cabeça de três pontas” In: Teoria e Debate, número 17:1992. p.20:

⁷⁰ CARVALHO, Apolônio de. Momento de Exclusão. In. Teoria e Debate, número 9, 1990

Mesmo levando em conta que a Convergência não tenha sido expulsa em 1991 no I Congresso do PT e que tenha sido levada a se retirar do partido em 1992, como hoje se afirma, fica claro nas linhas de Teoria & Debate a necessidade tática, por parte de setores do partido, em excluírem a tendência. Em 1992 a Convergência Socialista tensionou o partido na direção do “Fora Collor”, política que o partido não queria assumir e serviu de pretexto para a saída da CS. Revelador dos objetivos da direção do partido é que poucos meses depois a maioria dos partidos de esquerda e até de direita puxavam intransigentemente esta bandeira.

2.1.3 A Revolução Conservadora no novo PT

Analisando estes dois processos, de refluxo das lideranças sindicais e de reformulação interna do partido, podemos ver neles a síntese das transformações decorrentes de uma “revolução conservadora” diretamente relacionada com a crise internacional do socialismo mas, também, com a derrota de Lula. A revolução conservadora no PT atuou a partir do momento que os movimentos de massa e proletários passaram a ser caracterizados como forma de fragmentação e que a luta de classes gerada pelo proletariado deveria ser substituída por um projeto aglutinador visando uma vitória eleitoral no contexto democrático/representativo e nacional. Assim, ao contrário dos conflitos gerados pela luta de classes, que separavam, diluíam e desmontavam a nação, os setores dominantes do PT passaram a elaborar um discurso unificador, capaz de encobrir as diferenças e os conflitos, um discurso de coesão nacional oferecido para as classes subalternas, médias e até setores empresariais nacionais. Isto não significa que esta posição seja consensual no interior do partido, mas se apresentou como tendência dominante.

É possível que isoladamente a derrota de Lula tivesse levado o partido na mesma direção, mas a crise do socialismo internacional acabou operando no sentido de acelerar e dar força aos setores do partido que estavam ansiosos por fazer do PT um partido basicamente parlamentar. Para isso era necessário “domesticar” os setores mais radicalizados, principalmente os sindicalistas, onde muitos de seus militantes

acabaram se elegendo para o parlamento ou se mantendo como verdadeiros burocratas sindicais.

Se analisado de forma parcial podemos ver que o PT teve um êxito realmente significativo em forma de crescimento eleitoral, por outro lado, se visto de forma global, o projeto foi marcado pelo fracasso, determinado pelo avanço do projeto oposto, o neoliberalismo. Esta primeira fase do novo discurso do PT não teve sustentação de massa, o nacionalismo estava desgastado pela globalização e pela ineficiência estatal, tanto do campo socialista, como da social-democracia, assim, o partido ficou praticamente no plano discursivo da propaganda nacionalista. O exemplo disso está no movimento “Fora Collor”, que o PT não potencializou como um movimento de luta pela soberania nacional contra o projeto de abertura de mercados sem salvaguardas, ficando apenas no contexto da moralização e ética na política e contra a corrupção.

Segundo Michel Löwy em Teoria & Debate num artigo intitulado “Depois do Vendaval” ele afirmava que a “Tradição internacionalista do movimento operário estava enfraquecida, mas não desapareceu. Permanece viva em alguns movimentos sociais planetários como o feminismo e o ecológico”⁷¹.

O próprio internacionalismo trotskista no PT passou a sofrer um deslocamento de sua idéia original, deixando de ser fundamentalmente proletário e dando continuidade aos movimentos de classe média do ano de 1968. Como consequência para o proletariado, verificamos o aprofundamento do refluxo do movimento operário no Brasil e a diminuição das tensões geradas por ele.

Um dos aspectos mais polêmicos da crise do socialismo tem sido justamente a sua correlação com a chamada crise do proletariado. No PT desde 1989 encontramos avaliações importantes que colocaram a questão do desenvolvimento tecnológico como gerador de mudanças no mundo do trabalho. Aloizio Mercadante

⁷¹ LÖWY, Michael. “Depois do Vendaval” In: Teoria & Debate, número 18, 1992: p. 34

já chamava a atenção para as contradições do desenvolvimento tecnológico internacional e nacional.

*(...) Assistimos a um atraso tecnológico crescente no país, enquanto o potencial de transformações, de criatividade e de novas possibilidades acumulado pelo padrão tecnológico que verificamos em nível internacional é absolutamente inimaginável. A informática, a biotecnologia e as inovações tecnológicas vão invadindo nosso dia-a-dia e ampliando nossos sonhos e desafios.*⁷²

Muitas vezes a questão da tecnologia é apresentada de forma muito ambígua quando se fala do período da crise da esquerda brasileira, pois ao mesmo tempo em que o Brasil se apresenta com baixo desenvolvimento tecnológico, a tecnologia é interpretada como determinante nas transformações das relações de produção.

O que podemos verificar é que o impacto tecnológico foi praticamente inexpressivo para a crise interna do PT, não existindo, neste momento, uma determinação tecnológica na crise da esquerda na maioria dos artigos da revista Teoria & Debate e nem nas resoluções de encontros e congressos. Por outro lado, não fica claro que a tecnologia foi responsável pelo desemprego e pela redução das pressões dos trabalhadores sindicalizados. Ao contrário, como demonstrou Vicentinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP), a base dos sindicatos do ABC em 1991 ainda estava intacta em relação ao desemprego: “Em 1980, o nosso sindicato tinha 34 mil sindicalizados em 1984, 45 mil; em 1987 54 mil e agora estamos com 80 mil sindicalizados”⁷³. Mesmo tendo em vista este dado parcial, é inegável que os sindicatos do ABC eram os mais combativos. Ou seja, não existe relação no Brasil de 1991 entre crise do socialismo e crise do proletariado, pois o desemprego no Brasil decorrente da abertura dos mercados só teve impacto significativo nos sindicatos a partir de 1992.

⁷² OLIVEIRA, Aloizio Mercadante. “O vento e a Vela” In: Teoria e Debate – 7 – p.14 : 1989.

⁷³ VICENTINHO. “Greve tem hora”. In: Teoria e Debate – 15 – p.58: 1991.

Esta fase da crise dos partidos de esquerda no Brasil de 1989 à 1992, é caracterizada por uma escolha consciente do PT no sentido de deslocar a centralidade do proletariado para as classes subalternas como um todo. Mas é importante repetir que houve mais uma marginalização daquele do que uma ampliação para estas. Era “a morte anunciada do proletariado”. Parece que para um socialismo latino-americano a idéia de centralidade das classe subalternas compreende mais a realidade do que a centralidade do proletariado em termos de método para alcançar o socialismo. Neste sentido, a crise do socialismo internacional contribuiu para a ampliação dos referenciais teóricos da esquerda independente na direção das classes subalternas, mas por outro lado, limitou a prática partidária na medida que pulverizou as ações ao invés de intensificá-las. Na verdade o PT não ampliou suas bases, elas já eram amplas antes mesmo da crise do socialismo e, sim, abandonou sua ação sobre a classe mais interessada na contestação ao neoliberalismo, o proletariado brasileiro.

A explicação da relação entre a crise dos regimes socialistas com a crise do socialismo petista só pode ser vista a partir de uma questão de hegemonia. Não existe na verdade uma relação direta de identidade com o partido único ou da própria burocracia chinesa ou soviética, mas sim uma referência de contra-hegemonia, muito parecida com a do PCdoB, um núcleo duro do socialismo internacional que, para o PT, não estava na China e nem na Nicarágua, e sim na URSS, talvez, por ter sido o “princípio” como referiu Frei Beto, mas com certeza, por representar a contraposição ao capitalismo internacional de forma mais clara e definida durante a Guerra Fria. A crise do socialismo foi, na verdade, o fim de uma disputa internacional pelo poder. Este momento foi o fim da Guerra Fria e a derrota do projeto socialista inaugurado com o mito fundador da Revolução de 1917. Para o PT, estes acontecimentos determinaram a reorganização de suas posições no sentido de tentar ampliar as suas bases sociais e a sua intervenção na direção das classes subalternas e muitas vezes para as classes médias (dependendo das tendências predominantes). É interessante que a organização do proletariado era o elemento identitário mais forte no PT com o mito fundador da Revolução de 1917 e foi justamente esta identidade que mais entrou em xeque com a crise do socialismo internacional.

Na medida em que o PT buscou apresentar-se como partido *independente de esquerda* com um programa socialista e democrático, ele acabou não conseguindo implementar uma discussão acerca da democracia, e isto o levou para inúmeras concessões em seu programa, muito marcadas por indefinições, e por uma necessidade interna de criar uma possibilidade de consenso entre as suas tendências, caracterizadas por distâncias teóricas muito grandes. Resumidamente, o problema do PT não era uma falta de definição sobre sua utopia socialista mas sim sobre que tipo de democracia ele iria se debruçar para alcançar esta sociedade que desejava. E, ao invés de construir a democracia de baixo para cima nos movimentos sociais, como no sindicalismo e nos movimentos de massa, tentou fazê-lo exclusivamente de cima para baixo, no parlamento e no executivo. Todavia, quando não conseguia, a direita acabava avançando com passos cada vez mais largos, num programa extremamente conservador, o neoliberalismo.

3 O fim da Guerra Fria e a crise dos partidos de esquerda no Brasil

O fim da Guerra Fria gerou no Brasil o aprofundamento e consolidação das políticas conservadoras da direita. Contudo, estas políticas foram acompanhadas por um olhar pasmo e perplexo da esquerda brasileira. Por mais que alguns esquerdistas não cansassem em afirmar que o que caía na URSS não lhes afetava, pois, “o verdadeiro socialismo sequer havia nascido”, encontramos elementos suficientes para afirmarmos justamente o contrário: a maioria dos partidos de esquerda no Brasil tinha muitas identidades com o socialismo soviético. E o fim da Guerra Fria acabou, por assim dizer, aflorando o que estava, na verdade, apenas submerso.

Os partidos de esquerda no Brasil tiveram sua origem dentro da polarização capitalismo versus comunismo, e suas práticas foram muitas vezes determinadas por esta conjuntura internacional e, na medida em que a Guerra Fria se intensificava, estas determinações ficavam mais explícitas. O fim da Guerra Fria gerou uma nova situação para as relações internacionais dentro do contexto socioeconômico e das relações de classe dentro de um novo processo histórico que marcou definitivamente o fim do século XX a partir da “revolução conservadora”. Isto não passou incólume pelo Brasil e principalmente pelos partidos de esquerda brasileiros.

O final do século XX revelou o fracasso de um modelo de socialismo, ao mesmo tempo em que o capitalismo norte-americano se consolidou no mundo, militarmente, ideologicamente e economicamente. A falta de um país “referência” que se apresentasse como alternativa ao sistema reinante fez com que o capitalismo desenvolvesse suas formas mais sinistras e desumanas para manter a exploração do homem sobre o homem. Os genocídios e as guerras foram o ápice de um processo lento e cotidiano de um sistema que passou a conviver com a exclusão social gerada pelo desemprego, com uma verdadeira complacência de um “mundo livre” e democrático. O mundo globalizado e tecnológico não alcançou as classes subalternas, que ficaram agarradas na localidade e aos bens de consumo não-duráveis e de subsistência. Paralelamente

a isso, o fim da principal referência contra-hegemônica no mundo colocou em xeque os valores da esquerda brasileira que tiveram que formular novas alternativas ao sistema capitalista.

Com o fim da Guerra Fria a estratégia dos países centrais do capitalismo foi fazer que os investimentos em produção industrial desabassem perante os lucrativos e fictícios mercados financeiros. O capitalismo “vencedor” do século XX não precisou gerar bem-estar, emprego e produção. Sob o pretexto da Terceira Revolução Científico-Tecnológica, deslocou grande parte dos capitais produtivos para os mercados financeiros. A tecnologia que deveria diminuir o tempo de trabalho e melhorar a qualidade de vida de quem trabalha, acabou excluindo uma grande massa de pessoas do mercado de trabalho.

Esta nova conjuntura internacional foi resultado da crise internacional do socialismo e do fim de todas as pressões geradas pelo comunismo internacional. Com o fim da Guerra Fria o Brasil passou a ser alvo direto de políticas de consolidação da hegemonia dos Estados Unidos e passou a sofrer os efeitos de uma política que se resume num programa deliberado pelo Banco Mundial e FMI de desindustrialização para a América Latina(Borón,2000.). No contexto da continuidade da política neo-monroista de “América para os norte-americanos”, o continente passou a ser preparado para uma abertura de mercados sob domínio da grande potência do Norte, que pretendia e continua pretendendo, consolidar o Brasil no âmbito de seu domínio territorial como exportador de matéria-prima e importador de mercadorias industrializadas. Este processo no Brasil iniciou justamente no governo Collor(1990-92) e com o que temos chamado de “crise dos partidos de esquerda”.

Pensar a crise dos partidos de esquerda historicamente, depois de exatos dez anos em que o modelo soviético entrou em colapso, significa uma tentativa de ir além do discurso vencedor da inevitabilidade do capitalismo e da incapacidade de qualquer alternativa a ele ser bem sucedida. É verdade que encontramos muitos desajustes nos modelos de socialismo que acabaram no início da década de

1990, mas não se pode perder de vista que foram estes regimes que tiveram de ficar numa grande defensiva militar e econômica: foram os esquerdistas as maiores vítimas das perseguições impostas pelos governos norte-americanos e os países alinhados com ele; ao mesmo tempo que o mercado mundial capitalista isolou os países socialistas que não passaram de mercados regionais(Braga, 1996).

A democracia ocidental foi infinitamente mais virulenta que qualquer dos regimes do Leste Europeu. Como exemplo, basta pensarmos na história do PCB, que teve desde a sua fundação alguns poucos anos de legalidade. Sem falar no fato que, para todos os movimentos de esquerda da América Latina que lutam no contexto da democracia representativa, o Chile de 1973 sempre será uma sombra ameaçadora. O fim da Guerra Fria não significou uma maior possibilidade da esquerda tomar o poder político, ao contrário, parece ter dificultado ainda maiores. A esquerda tem conseguido vencer eleições em alguns estados e municípios no Brasil, mas em termos de governo central a tão aclamada alternância de poder não passou de uma alternância entre os partidos de direita.

A crise do socialismo internacional teve grande contribuição para o avanço das políticas conservadoras em todos os sentidos. Esta “revolução conservadora” atuou nas políticas dos partidos social-democratas que passaram a aderir as políticas neoliberais, juntamente com os partidos de direita. Já os partidos de esquerda passaram a abandonar muitos referenciais que possibilitavam a pressão das classes subalternas na relação com o Estado e com as classes dominantes. O programa de desindustrialização foi a base de um projeto que visou combater as manifestações proletárias e a principal base dos partidos de esquerda(Anderson,1998). O que leva a concluir que, no Brasil, o desemprego foi gerado propositadamente e não tem relação durante os anos de 1989 e 1992 com o desenvolvimento tecnológico. O Brasil, durante estes anos, não tinha tecnologia industrial capaz de propiciar o que se chama de desemprego estrutural.

Foi o projeto de abertura sem salvaguardas dos mercados brasileiros o responsável pelo crescimento significativo do desemprego no setor industrial. A crise do socialismo teve um papel importante para as classes dominantes na implementação destas políticas. Atuou no sentido das lideranças sindicais, principalmente ligadas ao PT, a aderirem às Câmaras Setoriais; estas foram o cenário de uma troca irresponsável entre os sindicatos e os patrões, onde os sindicatos dos trabalhadores do setor automobilístico ganharam aumentos salariais em troca de demissões. Como a crise do socialismo atuou sobre estas lideranças sindicais e de esquerda para que permitissem esta troca desvantajosa?

A crise do socialismo gerou a passivização da esquerda. As lideranças ligadas aos movimentos sociais e sindicais passaram a distensionar os movimentos de massa que polarizavam com as classes dominantes. Estes militantes passaram a integrar um discurso “renovador” dentro do contexto da “Nova Ordem Mundial” e da “revolução conservadora”. Foi desenvolvida uma política contrária ao radicalismo grevista característico dos anos 1970 e 1980.

O fim do socialismo no Leste Europeu atuou no sentido de diminuir a tensão no contexto da luta de classes em prol das classes dominantes. E a atuação das classes dominantes demonstrou uma grande organização e disciplina na implementação do seu programa. Suas estratégias foram decisivas desde o período militar até as primeiras medidas neoliberais adotadas no governo Collor. Na medida em que os governos militares serviram para conter a esquerda através da repressão, num contexto internacional de polarização, o governo Collor atuou no sentido de despolarizar as tensões internas na medida que desarticulou a esquerda brasileira em sua principal base social, aproveitando-se do fim da Guerra Fria.

É claro que a responsabilidade dos esquerdistas sobre a crise que afetou o socialismo são inúmeras, partindo dos próprios regimes que serviram de referência para o mundo: a burocratização, o personalismo, a falta de liberdade de expressão, geraram na URSS o favorecimento da mediocridade, principalmente daqueles que queriam manter os seus cargos e necessitavam legitimar os seus líderes para isso.

Sem falarmos numa política econômica que não visava a produção de bens de consumo e acabou transformando a URSS numa grande fornecedora de matéria-prima. Foi este o modelo de socialismo que entrou em colapso, e por mais que alguns queiram negar a existência do “socialismo” na URSS, foi este regime que prevaleceu lá, e não outro.

Na verdade, o internacionalismo socialista ficou demasiadamente a mercê dos interesses externos da URSS, e estes interesses não eram o de contribuir para a implementação do socialismo no mundo e, sim, o de desenvolver o seu próprio regime. A política de “coexistência pacífica” era a base deste programa que visava uma política externa soviética menos agressiva. Entretanto, ao passo que a URSS conseguiu desenvolver apenas bases econômicas regionais, o capitalismo dominou o mercado mundial (Vizentini, 1999). Isto demonstrou que o socialismo também esteve na defensiva no plano econômico e, durante a Guerra Fria, mesmo que o desenvolvimento dos países socialistas tenha sido significativo por um bom tempo, não conseguiram apresentar uma alternativa global.

A falta de um programa mais articulado e alternativo ao capitalismo, e por outro lado, um regime socialista internacional politicamente vulnerável, estatal, burocrático e autoritário, resultou na marginalização dos PCs em relação aos interesses das classes subalternas nacionais. No Brasil, os PCs mantiveram as estruturas partidárias da URSS e, ao mesmo tempo, não conseguiam projetar um programa com as especificidades brasileiras.

É por isso que o PT, como partidos de esquerda independente na década de 1980, teve bases sociais muito mais arraigadas, já que mantinha uma maior identidade com o desejo destas classes. Entretanto, com a crise do socialismo internacional, algumas lideranças, na tentativa de se reformarem, titubearam entre um programa para as classes subalternas e um programa para toda a sociedade civil. O fim da Guerra Fria e com ela a crise do socialismo contribuiu para que a esquerda independente caísse num programa democrático que ficou entre uma

democracia representativa para algumas tendências, e uma tentativa de democracia participativa para outras, mas num projeto muito precário para as duas posições.

Em termos gerais, a esquerda brasileira passou inicialmente por um processo confuso onde muitos apontaram saídas na direção de uma diminuição das tensões entre as classes sociais, todavia, este caminho acabou colocando a esquerda num processo contraditório que favoreceu o avanço das políticas de direita no país.

O maior problema da esquerda na década de 1990 foi ter reduzido o seu poder de pressão dentro das fábricas, fator que propiciou a marcha neoliberal no Brasil. É interessante observar o fato que o programa eleitoral de Lula em 1989 foi o que mais se aproximou das classes subalternas, e o mais propício, dentre todas as outras eleições da década de 1990, de ser vencedor. O problema do PT não foi o alargamento das bases sociais e, sim, o processo que marginalizou aquela classe que mais contribuiu para o seu crescimento, o proletariado.

O deslocamento da centralidade do proletariado, tanto na perspectiva tática como estratégica, tem um sentido muito importante para as elaborações teóricas no Brasil. Na medida que Marx projetou as rupturas revolucionárias em países industrializados e colocou o proletariado como principal agente transformador, levou a maioria dos partidos de esquerda a se sustentarem basicamente nele. Contudo, a tendência do proletariado de ser a classe revolucionária não se confirmou durante o século XX, nem nos países centrais do capitalismo nem nos países periféricos.

Para os países periféricos do capitalismo o proletariado teve muitas dificuldades de se tornar o centro das transformações, na medida que são países pouco industrializados. No Brasil, esta classe até foi bem significativa em função da economia brasileira ter passado por políticas de industrialização, mas paralelamente ao proletariado também apareceram outras classes importantes no contexto da luta de classes. Neste sentido, a ampliação da luta das esquerdas brasileiras na perspectiva de uma tática e estratégia baseadas nas classes subalternas como um todo, é um

elemento importante agregado com a crise do socialismo internacional. Todavia, é o somatório das classes subalternas que podem constituir um grau de tensão maior na sociedade, e não eventuais marginalizações, como aconteceu no caso do proletariado do ABC paulista. De forma conclusiva podemos afirmar que houve um deslocamento na ação dos partidos de esquerda brasileiros da centralidade do proletariado para a centralidade das classes subalternas, numa perspectiva mais bem adequada a realidade latino-americana e brasileira.

A desorganização partidária da esquerda não atuou apenas nacionalmente, mas também, em termos de organização internacional, isto ajudou a propiciar a consolidação dos projetos conservadores do fim da Guerra Fria. Enquanto a esquerda aprofundava sua auto-análise, a “direita convicta” implementava seu programa que, além de garantir mais lucros tinha a vantagem de desarticular ainda mais os partidos de esquerda. A possibilidade de atingir altas taxas de lucro nos mercados financeiros sem gerar empregos e acirramento da luta de classes, funcionou como a principal estratégia das classes dominantes internacionais. Este fato transformou a burguesia do pós Guerra Fria numa classe menos preocupada e ameaçada por outras ideologias, possibilitando um avanço dos movimentos imperialistas de dominação militar, sem contrapartida, a se ver obrigada a deslocar capitais para o mundo subdesenvolvido.

O fim da Guerra Fria foi também o fim da possibilidade de barganhar dos governos periféricos. As dívidas externas passaram a atuar como forma de pressão dos países desenvolvidos no sentido de induzirem a desindustrialização na periferia, para que esta permanesse submissa aos interesses das classes dominantes internacionais e aos países centrais do capitalismo, como o caso do Brasil, Argentina e México.

Depois que o proletariado brasileiro entrou em refluxo com o desemprego a partir de 1992, a esquerda brasileira não teve alternativa a não ser a tentativa de organizar os chamados “novos movimentos sociais”. Mas a tendência para reagir ao neoliberalismo ficou basicamente no parlamento e acabou também fazendo que a esquerda perdesse muito em força social. É interessante que no momento que a

direita começou a atribuir o desemprego à tecnologia, a esquerda não conseguiu utilizar uma de suas bandeiras históricas consagrada como principal instrumento de combate a “mais-valia relativa”: a diminuição do tempo de trabalho não foi sequer colocada em questão nas mesas de negociação das Câmaras Setoriais. A crise dos partidos de esquerda brasileiros estava atuando neste e em outros paradigmas fundamentais da esquerda. Estas reformas, todavia, apesar de serem responsáveis por uma grande paralisia dos socialistas no Brasil, tiveram algumas contribuições importantes que poderão refletir, um dia, num acúmulo teórico capaz de resultar num amadurecimento qualitativo dos partidos de esquerda no Brasil.

CONCLUSÃO

Como foi visto, os partidos de esquerda no Brasil foram fortemente influenciados com a maioria das crises ocorridas na URSS, que foram determinantes na organização/reorganização destes partidos. Os acontecimentos que geraram as principais rupturas nos movimentos de esquerda internacionais acabaram sendo responsáveis pelas posições que estes partidos tomaram no momento da “grande crise” iniciada em 1989. A *crise internacional do socialismo* funcionou como “crise de valores” e gerou transformações sem precedentes nos partidos de esquerda no Brasil. Os valores que foram postos em xeque nesta crise abalaram as suas principais identidades. Isto significa dizer que as identidades mantidas com as perspectivas temporais de passado, presente e futuro foram a base desta crise, ou seja, o rompimento com muitas práticas baseadas no *mito fundador*, nas *organizações revolucionárias* e na *utopia socialista*, projetaram um novo sentido na intervenção dos partidos de esquerda na sociedade brasileira.

Saltou aos olhos o fato do PCB ter acompanhado todas as transformações no PCUS, a ponto de se preocupar mais com os acontecimentos soviéticos do que com a conjuntura nacional, como no golpe de 1964. A forma como os interesses da política externa soviética prevaleceram sobre o interesse da construção do socialismo mundial contribuiu para um programa internacionalista pouco articulado. Não percebendo isso, o PCB funcionou na maioria das vezes como satélite soviético aqui no Brasil. Os laços de identidade que criou com o PCUS foram tais que não havia um só acontecimento dramático na URSS que não refletisse em mudanças aqui no Brasil.

Esta perspectiva que colocou o PCB como satélite dos interesses das políticas externas soviéticas gerou no partido a construção teórica de uma estratégia política como método para alcançar o socialismo baseado na “democracia como valor universal”. Este discurso se apresentou contraditório no sentido que dava continuidade a uma orientação internacionalista de “coexistência pacífica”, mas ao mesmo tempo não refletia as políticas internas da URSS, já que o PCUS até a *Perestroika* não pensava em democracia representativa e muito menos a democracia como valor universal.

O PCB vinha construindo uma estratégia baseada num caminho democrático deste a Resolução de 1958. Todavia, com o colapso do socialismo soviético, agregou-se a idéia de democracia uma questão econômica. O PPS passou a pensar a sociedade futura a partir da Revolução Científico-Tecnológica, que significa que, com o aperfeiçoamento tecnológico, o mundo viveria uma sociedade onde a máquina substituiria a exploração sobre o homem. Desenvolver o capitalismo e o mercado passou a ser necessário para alcançar esta sociedade na forma de uma nova utopia.

Para desenvolver este programa era necessário acabar definitivamente com os setores do partido ligados a velha ortodoxia. Esta cisão se deu a partir do golpe sobre Gorbachev, mas desde o IX Congresso o PCB já havia acabado com as estruturas estalinistas de organização. O Golpe foi apenas a centelha que gerou a necessidade de mudar o nome e os símbolos do partido, ao mesmo tempo que provocou a saída dos “ortodoxos”.

A idéia de sociedade futura para o PCB/PPS ficou inscrita na perspectiva da revolução Científico-Tecnológica economicamente e numa sociedade “radicalmente democrática”, política e socialmente. Talvez não seja muito adequado pensar o PPS como partido que tenha mantido um referencial nacionalista, já que passou, mais tarde, a integrar o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, o que nos dá elementos para inferir que o PPS está fora do campo dos partidos de esquerda.

Com certeza o PCdoB foi o partido menos afetado com a crise do socialismo internacional. Em termos de método para alcançar o socialismo o PCdoB manteve a estratégia de ruptura revolucionária para alcançar a hegemonia proletária e das classes subalternas, tendo em vista um certo refluxo no movimento sindical, que foi totalmente hegemonizado pelo PT; fez uma inflexão na direção de uma tática política em termos de base social que se consolidou principalmente no movimento estudantil, expresso nos movimentos de massa contra o governo Collor. Com o fim do socialismo na URSS, teve que ampliar o seu discurso em prol de uma tolerância política ao resto das organizações e partidos de esquerda e referências internacionais, na tentativa de reconstruir uma contra-hegemonia ao capitalismo.

Na organização partidária, o PCdoB iniciou uma mudança importante na questão do centralismo democrático de tipo estalinista, não chegando ao seu abandono, mas tendo em vista a democratização do país, o centralismo passou a funcionar como “vontade da maioria”. O colapso do sistema socialista albanês gerou no partido o encontro de outros referenciais internacionais, de forma embrionária, em Cuba e na China; em termos táticos, deu continuidade aos movimentos de soberania nacional baseados num discurso nacionalista, principalmente para se contrapor ao neoliberalismo, colocando o internacionalismo proletário mais no plano estratégico.

Em termos de projeto de sociedade futura, o PCdoB manteve a perspectiva comunista de hegemonia proletária, todavia, com as críticas ao modelo estalinista abriu possibilidade para uma sociedade futura com um grau de discussão e debate maiores do que aquele período, dando mais ênfase à democracia participativa nos moldes dos *soviets* e negando o personalismo e a centralidade do partido sobre o Estado.

O PT, como partido da esquerda independente, manteve um fio de continuidade com os primeiros grupos que contestavam o regime socialista soviético e o estalinismo dos anos 1930. Entretanto, este caráter de ruptura com o socialismo soviético acabou criando no partido uma postura de oposição a este regime, muitas

vezes contribuindo com uma visão simplificada do processo histórico, não entendendo corretamente o processo de luta de classes internacional estabelecido na Guerra Fria. Da mesma forma que o PCB, o PT acabou vendo no processo de crise do socialismo um avanço para o socialismo democrático, dando-se conta do que realmente acontecia somente depois do fim do socialismo na URSS. A derrota do candidato Lula em 1989 teve um peso significativo nas mudanças no interior do partido, agregando-se a este fato a crise internacional do socialismo, assim como a derrota de Ortega na Nicarágua. A derrota de Lula somada a do socialismo internacional levou o PT para uma reformulação tática e um desvio em sua estratégia.

Em termos de tática, o partido passou a buscar um maior apoio nas classes médias e distensionou o movimento sindical. Já em sua estratégia, passou a formular uma perspectiva democrática (esta perspectiva muda de acordo com cada tendência interna) para alcançar o poder, somando a isso um desvio da centralidade do proletariado como principal agente transformador, em direção das chamadas classes subalternas. Assim, em termos de método para alcançar o socialismo, o PT acabou buscando um alargamento das bases sociais do partido, destituindo a centralidade do proletariado na busca de maior coesão social como contraponto a luta de classes. Foi uma adesão ao discurso nacionalista numa perspectiva basicamente eleitoral para alcançar o socialismo.

Em termos de organização, a maior transformação foi o abandono das grandes mobilizações de massa características das greves e dos grandes comícios e, em segundo plano, a exclusão da tendência Convergência Socialista. Sendo assim, acabou encontrando no parlamento o lugar das grandes reivindicações. Em termos de referência internacional, alguns setores acabaram defendendo modestamente Cuba e China, mas o partido seguiu num projeto basicamente nacionalista.

Em termos de projeto de futuro, o PT permaneceu defendendo o socialismo democrático, não numa perspectiva de hegemonia da classe proletária, mas de certa

forma, manteve-se no contexto dos partidos de esquerda com uma sociedade do futuro hegemônica pelas classes subalternas.

A crise de organização partidária gerou nos partidos de esquerda no Brasil uma desmobilização geral em relação a sociedade, os movimentos sindicais foram desarticulados e os movimentos de massa entraram em declínio. Grande parte do acúmulo destes movimentos da década de 1980 desapareceram e tomaram outro feitio. Os movimentos sociais passaram a funcionar de forma mais independente dos partidos de esquerda, ao passo que estes se deslocaram das disputas sindicais de massa e passaram a atuar no campo parlamentar.

O caráter internacionalista dos movimentos de esquerda foi substituído por um discurso nacionalista. Mas este caráter nacionalista não passou, até 1993, de um discurso de propaganda nacionalista, sem base social e sem movimentos nacionalistas. O nacionalismo como bandeira política contra o processo de globalização, ou contra os movimentos imperialistas, não geraram a coesão nacional capaz de se opor ao movimento de expansão dos mercados do capitalismo central. Na verdade, o nacionalismo serviu para muitas correntes de esquerda para dar sentido a um programa dentro dos parâmetros da democracia representativa, na medida que o nacionalismo dava conta da idéia de sociedade civil. Um programa para a sociedade civil combinava muito mais para a idéia de nação, que um mundo dividido por classes e conflitos. Muitos esquerdistas passaram a construir a idéia de que num processo eleitoral *todos* poderiam votar num candidato de esquerda se ele defendesse um projeto nacional.

Estas transformações correspondem ao rompimento com as principais identidades construídas na história dos movimentos de esquerda no Brasil, e foi o que fez de muitos militantes que pegaram em armas ou acreditavam na revolução armada remodelassem totalmente o seus discursos radicais para dar um sentido de consenso democrático e nacional a suas intervenções.

Nada foi mais emblemático para a esquerda brasileira que a morte de seu *mito fundador*. A tomada de consciência que o princípio chegou ao fim gerou na esquerda brasileira uma sensação de profunda desilusão. A possibilidade de se encerrar o período da revolução socialista na URSS em 1991, colocou em dúvida a própria idéia do futuro socialista. De uma perspectiva que o capitalismo iria criar as condições para a sua própria destruição, até a consciência que as experiências socialistas terminaram antes dele, operou fortemente na prática destes partidos, pois na medida que a crise do socialismo internacional se aprofundava, os partidos foram se reorganizando no sentido de romperem com os tipos de organizações revolucionárias que serviam de caminho entre o mito fundador e a utopia socialista. Na medida que estas práticas partidárias iam mudando, se criou a imagem de uma espécie de labirinto entre o passado e o futuro do socialismo. O caminho para alcançá-lo se tornou mais tortuoso e mais difícil de ser decifrado. Para muitos dos militantes de esquerda, que foram em toda a sua vida organizados e disciplinados e que colocavam muitas vezes a “causa” na frente de seus projetos pessoais e familiares, parecia que o fio de continuidade que garantia o retorno ao “princípio”, estava rompido. Tudo estava por ser feito, nenhum caminho parecia ser usual.

Contudo, é possível afirmar que a crise de valores esteve menos presente nas utopias socialistas que no mito fundador e nas organizações partidárias de tipo revolucionárias. Porque as organizações revolucionárias, ao mesmo tempo que estavam diretamente relacionadas com as práticas presentes dos partidos de esquerda, mantinham o fio de continuidade com o mito fundador da Revolução de 1917, e este foi o elemento mais característico das identidades dos partidos de esquerda brasileiros para com os movimentos socialistas internacionais. Na medida que estes tipos de organização foram diluídos, a esquerda perdeu muito de sua capacidade de tensionamento e pressão sobre o Estado e as classes dominantes. Estas organizações entraram em crise porque um conjunto de práticas que remontam a Revolução de 1917 foram vistas como ineficientes com o fim do socialismo na URSS.

A esquerda, mesmo não tendo definido claramente quais os métodos a serem seguidos para alcançar os seus objetivos depois da crise internacional do

socialismo, manteve a convicção da necessidade de oposição ao atual sistema capitalista. Dos partidos que se mantiveram na esquerda, todos continuaram acreditando na construção de um novo mundo, numa utopia socialista. É sintomático o fato de que foi justamente o modelo de organização partidária que foi um dos principais aspectos responsáveis pela crise do socialismo internacional. Na medida que os partidos de esquerda tradicionais, adotaram o centralismo democrático de tipo estalinista e acabaram vulgarizando o pensamento marxista/comunista limitando o desenvolvimento e aprofundamento das idéias socialistas mediante o debate, promoveram modelos de socialismo que privilegiaram o personalismo e as decisões de cima para baixo. A URSS foi incapaz de formular uma democracia socialista baseada num princípio de horizontalização . A prova disso foi que, com o fim do socialismo neste país, acabaram adotando a democracia ocidental, que tem mecanismos mais próximos da verticalização exigida pelos velhos comunistas soviéticos, já que personalismo e burocratismo são pilares da democracia representativa burguesa.

Os partidos da esquerda tradicional perderam muitos militantes com este tipo de organização aqui no Brasil, mas foi somente quando o modelo soviético passou a apresentar a sua ineficiência econômica é que estes partidos perderam influência, principalmente o PT. Se as teorias partidárias fossem mais debatidas e menos tuteladas pelas direções dos PCs, provavelmente teriam menos propensão para a construção de formulações tão pouco operacionais como o “feudalismo brasileiro”(PCB) e a “pequena burguesia no interior do sistema comunista soviético”(PCdoB), evitando inúmeros equívocos na história deste partidos.

Se o tipo de organização estalinista foi responsável pela perda de influência e representação na sociedade brasileira dos partidos tradicionais, o PT como partido de esquerda independente conseguiu potencializar uma organização democrática com uma grande inserção social. Contudo, mesmo tendo uma organização diferenciada, passou por um processo de redefinição tática e estratégica em sua organização.

O PT, mesmo não tendo uma organização estalinista, era baseado na centralidade do proletariado, ou seja, a organização dos movimentos de massa era visto como estratégico para o rompimento com o capitalismo. E foi através das lutas sindicais que o partido obteve grande parte do seu sucesso, inclusive eleitoral. O PT na década de 1980 foi caracterizado por provocar o tensionamento através da luta de classes, organizando não só o proletariado, como também grande parte das classes subalternas. A base da organização partidária do PT era a organização dos movimentos sociais e, principalmente, sindicais. E foi este tipo de organização no PT que entrou em crise.

A crise do socialismo internacional dada pelo fim definitivo do chamado socialismo realmente existente constituiu um processo que rompeu a continuidade das experiências socialistas e esquerdistas com o que foi o “princípio”, atuando diretamente na prática dos partidos de esquerda no Brasil. Não foram apenas as secessões ocorridas nos partidos de esquerda que levam a esta interpretação, mas a necessidade de reformulações orgânicas ocorridas nos sucessivos congressos de todos os partidos de esquerda no Brasil entre os anos de 1991 e 1992, justamente no momento que o socialismo desaparecia definitivamente no Leste Europeu. A auto-análise dos partidos de esquerda no Brasil não apenas paralisaram a reação dos partidos de esquerda contra o neoliberalismo, mas contribuíram para passivizar os movimentos sociais, principalmente o sindical. É claro que não foi esta auto-análise em si que gerou este processo, mas o resultado dela.

Os partidos de esquerda brasileiros no contexto da crise internacional do socialismo passaram por um processo complexo de transformações internas que terminou com as principais tensões características do período da Guerra Fria, encerrando-se no mundo a fase da Revolução Russa e de um conjunto de práticas relacionadas a ela, abrindo um período de redefinição e teorização *transitória* marcado pelo refluxo dos partidos de esquerda brasileiros durante a década de 1990 frente ao avanço das ideologias liberais.

Neste sentido a esquerda igualitária de Bobbio não ultrapassa uma análise realizada no contexto da própria crise do socialismo, tirando da esquerda o seu sentido transformador na medida que desarticula as identidade com as perspectivas de passado, presente e futuro dos movimentos de esquerda. O caminho proposto por ele contribuiu muito para que a esquerda permanecesse onde estava, ou seja, sem perspectiva de formular caminhos alternativos ao capitalismo. Todavia, a esquerda igualitária de Bobbio não é uma simples abstração, mas serve muito mais para identificar como grande parte da esquerda ficou após o fim do socialismo na URSS do que como apreensão da realidade.

No Brasil o PPS passou a ser um partido igualitarista, do mesmo modo que alguns setores do PT. Mas de forma geral a esquerda continuou sendo socialista e não apenas com uma “tendência ao igualitarismo”.

Talvez a maior contribuição da crise internacional do socialismo para os partidos de esquerda no Brasil tenha sido em termos de utopia socialista, já que a idéia de socialismo passou a ser vinculada diretamente com o elemento democrático. Entretanto, não avançou muito no sentido de definir o tipo de democracia para alcançar este socialismo. A contribuição democrática ao socialismo é explícita no caso do PCdoB, com a sua crítica ao estalinismo e suas novas formulações acerca de privilegiar o debate e a discussão.

Uma idéia que o socialismo e os socialistas também foram responsáveis pela crise que lhes abateu, demonstra a necessidade de se ir além da leitura de Braga(1996), onde sua interpretação ficou basicamente nos elementos externos ao socialismo como causa da crise como, por exemplo, a força repressora da Guerra Fria contra os socialistas. É correto demonstrar que o movimento socialista esteve sempre na defensiva, mas é necessário que os partidos de esquerda tenham a dimensão que o tipo de organização revolucionária baseada no centralismo democrático de tipo estalinista foi um dos principais responsáveis pela reprodução do autoritarismo e personalismo no seio da esquerda. Entretanto, fica nítido o fato que a esquerda só conseguiu exercer pressão sobre as classes dominantes a partir de

organizações disciplinadas e principalmente baseadas na organização dos movimentos sociais. Sem eles, não adiantou muito os partidos de esquerda abandonarem suas estruturas estalinistas. Como o caso do PT, que sendo um partido independente e tendo uma larga base social nos sindicatos, perdeu seu potencial de tensionamento graças a um desejo de resumir a sua luta ao interior das instituições burguesas.

Parece que, para a esquerda brasileira, tudo está por ser feito. As suas elaborações após a morte do socialismo soviético passaram a ser construídas novamente da porta de entrada até a chegada ao socialismo, e pouco se tem em termos de métodos e experiências a serem seguidas. Mas uma coisa parece certa: a esquerda amadureceu como nunca neste processo e, se não sabe, ou não tem definições muito claras em termos de como alcançar o socialismo, tem convicção daquilo que não quer. O que não significa um abandono da experiência da luta dos socialistas; mas hoje se faz necessário uma leitura que procure interpretar e desvendar muitos elementos que serviram como mera propaganda partidária e justificativa para a ascensão pessoal de muitos esquerdistas.

Ou os partidos de esquerda no Brasil retomam seus projetos coletivos e horizontais, ou ficarão isolados nos gabinetes e instituições que conquistaram. A esquerda, depois dos acontecimentos de 1989, ficou mais frágil em termos de prática social e teoria revolucionária. A tradição socialista das lutas sociais e por um outro mundo sem explorados e exploradores continua viva no interior dos partidos de esquerda no Brasil. A experiência que remete às práticas usadas pelo socialismo soviético contribuíram para o entendimento da esquerda brasileira que este caminho tende a levar a própria destruição.

Talvez agora a esquerda tenha tomado consciência de uma dupla tarefa: a de acabar com as desigualdades de classe e de criar ao mesmo tempo organizações políticas mais horizontais e capazes de darem conta de um poder que funcione de baixo para cima, onde os partidos de esquerda sejam mediadores dos interesses das

classes subalternas e que projetem programas articulados e organizados com ela, sem perder a perspectiva de construir um novo mundo hegemônico por elas.

E talvez, depois de dez anos do fim do socialismo no Leste Europeu, o Fórum Social Mundial ocorrido há dois anos consecutivos em Porto Alegre, represente o início de um movimento internacional organizado das esquerdas mundiais. E possivelmente seja o marco de uma reorganização e redefinição dos métodos para que a esquerda construa novos caminhos para um novo mundo. Pois está na esquerda, e não na direita, a possibilidade de construir um programa que diminua sensivelmente a miséria e os flagelos que abatem o nosso planeta. Já que são os partidos de esquerda que projetam o fim das desigualdades de classe e uma sociedade economicamente mais racional como utopia para o nosso planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMAZONAS, João. “Com a Perestroika cai a máscara do regime”. Princípios: revista teórica e de informação, número 17,1989.

ANDRADE, Marília de. “A Comuna de Pequim”. Teoria e Debate, número 7, 1989.

ARBIX, Glauco. “O Crepúsculo das Burocracias”. Teoria e Debate, número 8, 1989.

AZEVEDO, Ricardo. “Qual a tua Convergência?”. Teoria e Debate, número 10: 1990.

BACZKO, Bronislaw. Los imaginários sociales. Buenos Aires, Nueva Visión, 1991

BENJAMIM, César. “Reformas e Revolução”,. Teoria e Debate, número 15, 1991.

BETO, Frei. “O fim do que foi o princípio”. Teoria e Debate, número 10, 1990.

BOBBIO, Norberto. Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política 3º ed .São Paulo:Editora Unesp, 1995.

BORÓN, Atilio . Alca, Mercosur y la hegemonía norteamericana. In: A crise do capitalismo globalizado na virada do milênio. Org. CARRION, Raul K. M.

BRAGA, Ruy. A Restauração do Capital: um estudo sobre a crise contemporânea. 1º ed. São Paulo: Xamã Editora, 1997.

CARDOSO, Regina Luana Santos. A política industrial no Governo Collor, 1990-1992.

CARRION, K.M. e VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Crise do Capitalismo Globalizado

na Virada do Milênio. 1º ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

CASTAÑEDA, Jorge G. Utopia Desarmada. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CHAUVEAU, Agnès. Questões para a história do presente. 1º ed. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

COGIGILA, Osvaldo. “Introdução”: in: Trotski como alternativa. Mandel, Ernest. 1º ed. São Paulo: Xamã Editora, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: O Marxismo na América Latina. Org. Löwy, Michael, 1999.

DEUTSCHER, Isaac. A Rússia Depois de Stalin. 1º ed. Rio de Janeiro: Agir, 1956.

FERNANDES, Luis. “Perestroika: Nova fase de inegração no mercado capitalista mundial”. Princípios: revista teórica e de informação, número 17, 1989.

FILHO, Daniel Araújo Reis. Um mundo de ponta cabeça”. Teoria e Debate, número 8, 1989.

FORNAZIERI, Aldo. “Limites da Estratégia”. Teoria e Debate, número 13, 1990.

FRANCO, Augusto. “Quebra cabeça de três pontas”. Teoria e Debate, número 17, 1992.

FREIRE, Alípio e VENCESLAU, Entrevista com Jacob Gorender. Teoria e Debate, número 11, 1990.

FREIRE, Roberto. Entre o passado e o futuro. Teoria e Debate, número 15, 1991.

GORENDER, Jacob. “Crise Mortal ou Reconstrução” Teoria e Debate, número 7, 1989.

GUIMARÃES, Juarez. “A Estratégia de Pinça”. Teoria e Debate, número 12, 1990.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Quinhentos anos de periferia. 1º ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 5º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HALLIDAY, Fredy. Repensando as relações internacionais. 1º ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: O Breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KAREPOVS, Dainis. “Plínio Mello”. Teoria e Debate, número 7, 1989.

KURTZ, Robert. O Colapso da Modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

LÖWY, Michael. O Marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 1º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento. 2º ed. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987.

_____. “Depois do vendaval”. Teoria e Debate, número 18, 1992.

- LUTOSA, Rogério. “Sovietes um milhão de vezes mais democráticos”. Princípios: revista teórica e de informação, número 17,1989.
- LUXEMBURG, Rosa. Reforma ou Revolução? 4º ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1970.
- MACHADO, João. “Pela tradição Marxista”. Teoria e Debate, número 10, 1990.
- MALINA, Salomão Intervenção na abertura do XIX Congresso do PCB. In: Voz da Unidade, 1991
- MARTINS, Humberto. “Particularidades e caráter de classe do revisionismo soviético”. Princípios: revista teórica e de informação, número 17,1989.
- MAZZEO, Antonio Carlos. Sinfonia Inacabada: a política dos comunistas no Brasil.
- OLIVEIRA, Aloizio Mercadante. “O vento e a vela”. Teoria e Debate, número 7, 1989.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Em Defesa dos Trabalhadores e do Povo Brasileiro. Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000. 1ª ed. São Paulo: Garibaldi, 2000.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos. 1º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo,1998.
- SADER, Emir. Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. 4º ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. Século XX: uma biografia não-autorizada. 1º ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

TROTSKI, Leon. História da Revolução Russa: Terceiro Volume – Triunfo dos Sovietes, 3º ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

VICENTINHO. “Greve tem hora”. Teoria e Debate, número 15, 1991.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Dez anos que abalaram o século XX. 1º ed. Porto Alegre: Novo Século, 1999
